



Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Mestrado em História Social do Trabalho

*A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A experiência de Vassouras
Companhia Têxtil São Luiz
1930 – 1936*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra, como requisito para a obtenção de título de Mestre.

Orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Philomena da Cunha Gebran

Vassouras, fevereiro de 2000.

Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A experiência de Vassouras
Companhia Têxtil São Luiz
1930 – 1936

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dra. Maria Philomena da Cunha Gebran
Orientadora
Universidade Severino Sombra

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna
Universidade Severino Sombra

Profa. Dra. Eulália Maria Lahmeyer Lobo
Professora Emérita da UFERJ

A meus pais, por eles, meus avós e
meu irmão, a meu marido por ele e
meus filhos, sem todos minha
existência seria bem menor.

Agradecimentos

À professora Philomena Gebran pela constante presença, zelo profissional e paciência, acolhendo-nos e dando sempre ricas contribuições ao nosso trabalho. Mais, e sobretudo, pela amizade que o permeou.

Ao corpo docente do Programa de Mestrado da USS, pela generosidade acadêmica, apoio logístico de toda a natureza e o incentivo constante.

Ao corpo docente da Universidade Severino Sombra, em especial aos professores do curso de História, muito auxiliaram na formação de conceitos utilizados neste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Vassouras, que nos permitiu acesso a documentos do acervo municipal.

À sempre solícita Isabel Rocha Ferreira, e com ela a todos os funcionários que nos receberam no Museu Casa de Hera, possibilitando-nos acesso a grande parte das fontes primárias a que recorreremos.

A minha mãe e meus sogros, pelo apoio cotidiano que nos deram durante os anos do curso, e por toda a convivência.

Aos colegas do Colégio Estadual Ministro Raul Fernandes.

Aos amigos Beth, Maria Antônia Coufal, Leila e Ricardo pelo sempre constante apoio e confiança no projeto.

Aos amigos que me incentivaram a iniciar o curso, bem como aos que conquistei no transcorrer dele, pela constante ajuda e incentivo.

A Adiel Queiroz Ricci, companheiro e interlocutor, Maria Clara e David, pela presença em minha vida.

Mais importante, a D. Dira, D. Maria Luiza, D. Zoé, D. Oliva, D. Léa, D. Guizinha (*in memoriam*), D. Glória, D. Gita, Vovó Célia, D. Conceição, Seu Antônio, Seu Manoel, Seu João Jorge, D. Lia, D. Ruth, Consuelo, D. Walmira, bem como a seus familiares, enfim, todas as senhoras e senhores que nos receberam em suas casas, nos contaram suas histórias para que pudéssemos contar a nossa.

“As coisas estão pelo mundo, e eu estou aqui para aprender.”

Paulinho da Viola

“Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador na sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista.”

Michael Lövy

Índice

Índice

Agradecimentos

Introdução.....11

Capítulo I

O Sonho do Progresso.....20

Capítulo II

“*Apelo ad verecundiam*”.....53

Capítulo III

A vida na fábrica – A vida em Vassouras.....87

Conclusão..... 118

Referências Documentais.....120

Referências Bibliográficas.....122

Anexos

Resumo

Esta dissertação procura analisar uma das experiências industriais, a da Companhia Têxtil São Luiz, em Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro. Decidimos fazê-lo em um recorte temporal estabelecido entre 1930 a 1936. Descrevemos as características do município, as condições de implantação da fábrica e as conseqüências dela para a cidade. Buscamos demonstrar que leis foram estabelecidas no período tratado e como foram entendidas nessa comunidade especificamente. À luz de contribuições de autores como Tompsom, Hobsbawn e Przeworski, permeamos nosso trabalho com o conceito de comunidade limítrofe, que aplicamos aos agentes sociais do trabalho, relatando seu cotidiano dentro e fora da fábrica .

Abstract

The aim of the present work is to analyze one of the industrial experiences in Vassouras, in the state of Rio de Janeiro: the Companhia Têxtil São Luiz. We have decided to consider a time slice between 1930 and 1936. We describe the characteristics of the municipality, the conditions of implementation of the factory and its consequences in the town. We show which laws were established during the previously mentioned period and how they were understood in this specific community. Under the light of the contributions from authors such as Tompsov, Hobsbawn and Przeworski, we speckle our work with the concept of the edge community, which we apply to the social agents of work, registering their everyday life inside and outside the factory.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

INTRODUÇÃO

Abordaremos, neste trabalho, o impacto do conjunto da legislação trabalhista perpetrada no Governo Vargas sobre uma fábrica de tecidos, a Companhia Têxtil São Luiz, localizada na sede¹ municipal de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Através desta investigação, firmaremos o conceito de comunidade limítrofe, que permeia toda nossa dissertação, assim como o cotidiano dos trabalhadores da fábrica.

Constatamos a ausência de estudos referentes ao Vale do Paraíba no período entre 1900 e 1930. Trabalhos que relatam o processo de industrialização desta região, se é que foram feitos, são pouco divulgados nos meios acadêmicos; no entanto, ele existiu, e em muitas localidades, como Paraíba do Sul, Resende, Barra do Piraí, Vassouras e Valença, apresentou modificações estruturais e conjunturais. Tal fato leva-nos, portanto, a dedicar uma análise mais profunda a este hiato temporal, sobretudo no período posterior a 1900.

Escolhemos o município de Vassouras por ter, dentro do ciclo das cidades enriquecidas pelo café, uma constante menção, sendo exemplo de glória no período áureo de produção. Muito se fala de Vassouras e do Médio Paraíba na época dos Barões do Café. Títulos como “A Princesinha do Café”, “A cidade dos Barões”, são nossos velhos conhecidos. Vários livros relatam que aí se dispunha das mesmas regalias e confortos da corte

¹ Para efeito deste trabalho, usaremos o conceito de sede enquanto unidade político-administrativa, que concerne à atingibilidade das decisões e políticas públicas dentro de um determinado espaço fisicamente delimitado.

quando do auge da produção cafeeira e do modo de produção escravista, e que, com a queda desse modo de produção, nada restou a não ser um conjunto de “Cidades mortas”², abandonadas à sua própria sorte.

Escolhemos a experiência têxtil ante as outras indústrias do município devido a ser este segmento industrial o que emprega o maior número de operários em sua linha de produção. Esses trabalhadores iniciavam mais precocemente suas atividades na fábrica; logo, como adotamos a metodologia da história oral, seria mais fácil conseguir fontes orais para o período estabelecido.

Contestaremos a concepção lobatiana de “cidades mortas” demonstrando que, mesmo depois da migração do plantio do café para outras regiões, manteve-se a atividade econômica, agora incorporada ao modo de produção capitalista, que persistiu e perseverou até os primeiros anos da década de 1980, estabelecendo a importância da fábrica de tecidos para a economia local como principal fonte empregadora da cidade de Vassouras.

Contudo, o eixo de nossa análise se constituirá das tentativas de regulamentação do trabalho industrial e das relações trabalhistas impostas pelas leis de Vargas, bem como sua aceitação junto ao que iremos conceituar como a comunidade trabalhadora fabril vassourense. Observamos que a legislação foi aceita com certas reservas, não somente por parte dos empregadores como também dos trabalhadores, uma vez que não refletia os interesses desta comunidade especificamente.

Não queremos dizer aqui que essa legislação não tenha sido cumprida, nem o poderíamos, posto ser ela de cunho obrigatório e

² Monteiro Lobato relatou, em sua Obra “Cidades Mortas” (Cidades Mortas Brasileira, 11ª ed. Obras Completas, Vol. 2, 1964), a decadência e estagnação das cidades do Vale do Paraíba Paulista no declínio da Produção Cafeeira e a conseqüente retirada da produção rumo ao Paraná. Diz-nos o Autor que, com a ida do café, nada sobrara senão um conjunto de cidades mortas, entregues à própria sorte. Há quem utilize essa afirmação como certa para todo o Vale do Paraíba, esquecendo, porém, localidades como Resende, Barra Mansa, diríamos até, Valença e Vassouras.

irrestrito. Referimo-nos, sim, à sua inadequação às necessidades dos trabalhadores indicados como agentes sociais de nossa pesquisa, os quais não tiveram participação efetiva em sua execução. Acreditamos até que a maioria dos trabalhadores da região estava alheia a ela, aceitando-a como benesse, e não conquista.

Nossa pesquisa se reveste de uma peculiaridade: ela nos acena com uma pluralidade de possibilidades. Na verdade, ao analisarmos as Leis que formam o nosso direito Social Operário, proposto no período de 1931 a 1934 para o povo trabalhador, e os motivos expostos em suas considerações preliminares, pretendemos demonstrar que, embora de direito tenha havido uma Universalização, de fato as normas jurídicas não atingiram pleno vigor nas comunidades fabris limítrofes. Esse conceito permeia todo o trabalho, norteia-o e lhe dá consistência.

Nesse sentido, não poderíamos nos furtar a determinar o que conceituamos como Comunidade Fabril, e as razões pelas quais não adotamos, para esse trabalho, no que se refere especificamente aos agentes sociais indicados, o conceito de Classe Trabalhadora.

Engels, por exemplo, demonstra ser a classe operária aquela que, através dos meios de produção, gera a mais valia ao capitalista, sendo essa absoluta, através do aumento do tempo de trabalho, ou relativa, pelo aperfeiçoamento dos meios de produção e conseqüente expansão da produtividade, passando então o trabalhador a produzir mais no mesmo tempo de trabalho.

No Manifesto Comunista, em notas de rodapé, F. Engels diz-nos que:

“... Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
meios de produção próprios, se vêem obrigados a
vender sua força de trabalho para poder existir.”³

Ora, o próprio Marx nos diz que as classes trabalhadoras não são iguais: cada qual possui sua especificidade segundo as características histórico-sociais nacionais e regionais, bem como as fases do desenvolvimento das forças produtivas.

Entendemos, como Eric J. Hobsbawm⁴, que a história operária é parte da história da sociedade e que essa não pode ser analisada de per se, devendo o analista observar todo o conjunto de móveis que se conectam para formá-la, tanto no aspecto externo, vale dizer propostas legais, institucionais, patronais ou administrativas, quanto internos. Esse Autor diz-nos, ainda, que:

“... a classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis. Uma Classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal.”⁵

Com efeito, acreditamos que não basta agregar um grupo de pessoas em um mesmo lugar, sob a égide das mesmas leis, imposições aos mesmos padrões, para que se forme uma classe operária. É necessário, diríamos indispensável, que tal grupo tenha para si, não somente objetos comuns e objetivos concorrentes e concomitantes, para sua vida imediata,

³ Marx, K. e F. Engels. Manifesto Comunista. RJ, Ched Editorial. p. 8.

⁴ HOSBSAWN, Eric J. Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária. RJ, Paz e Terra 2ª Edição, 1988. p. 29.

⁵ HOSBSAWN Op. cit. p. 36.

mas a convicção interior de que faz parte de algo maior, de um projeto de sociedade. Cremos, como Angela de Castro Gomes, que:

“... o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político cultural capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.”⁶

Assim, ao vislumbrarmos o conjunto de trabalhadores da fábrica através das entrevistas, pudemos penetrar em seus conceitos sobre o coletivo no local de trabalho e na sociedade em que eles se inseriam. Somente nos resta, nesse ponto da pesquisa, supô-los como detentores de uma Experiência de Classe⁷, em que a noção de experiência é algo exterior ao indivíduo, não havendo manifestações da consciência, por ser essa própria ao agente.

Tanto para Tompson como para Hobsbawm, um dos pontos nodais para entender a consciência de classe é a cotidianidade, a ação nas próprias vidas dos trabalhadores, como construtores de sua própria história e desconstrutores sociais da realidade que se lhes impõe. Compreendemos a idéia de classe como uma busca permanente da dinâmica histórica e das possibilidades postas em cada momento. Entendemos, como Przeworski, que:

“... As Classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas porque constituem

⁶Gomes, Angela de Castro. A invenção do Trabalhismo. RJ Relume Dumará. 2ª Edição, 1994. p. 8.

⁷Tompson, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa I A Árvore da Liberdade. p. 9 e 10.

efeitos de lutas, e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção. A formulação tradicional não nos permite raciocinar teoricamente sobre as lutas de classes, uma vez que a reduzem a um epifenômeno ou as considera isentas de determinação objetiva. As lutas de classe não têm caráter de epifenômenos e nem são livres de determinação. São estruturadas pela totalidade das relações econômicas, políticas e ideológicas e produzem um efeito autônomo sobre o processo de formação de classes ... A própria teoria das classes deve ser considerada intrínseca a projetos políticos específicos. As posições nas relações de produção, ou quaisquer outras relações, não são mais, portanto, consideradas objetivas no sentido de serem anteriores às lutas de classe. São objetivas apenas na medida em que validam as práticas de formação das classes, na medida em que tornam os projetos específicos realizáveis ou não. É aqui que o mecanismo de determinação não é o único: vários projetos podem ser variáveis em uma dada conjuntura.”⁸

Acreditamos provar, através de nosso trabalho, que a consciência de classe no âmbito da fábrica de tecidos de Vassouras foi abortada por uma série de medidas paternalistas, tanto, em épocas anteriores, no domínio do empresariado e da Prefeitura Municipal de Vassouras quanto, posteriormente, no governo Vargas. Tais medidas somam-se à dificuldade

⁸ Przeworski, Adam. Capitalismo e social-democracia. 1989. p. 7.

na formação de consciência dos agentes sociais da nossa pesquisa devido à forte presença, no imaginário coletivo social, do modo de produção anterior, o Escravista Colonial, e as estruturas que, por sua duração, se estabeleceram, em especial, na região que escolhemos para desenvolver este estudo.

Muito embora as formas de relações entre os agentes viesse a divergir segundo critérios os mais distintos, no fim, as pessoas menos privilegiadas economicamente, embora muitas das vezes mais produtivas, acabavam por curvar-se diante da força da “lei” ou de ações menos nobres. Tal fato pode ser observado tanto no período estudado bem como no que o antecede e continua, sob muitos aspectos, presente em nossas atuais estruturas sociais.

Destarte, não se pode, ou, pelo menos, não se deve mais pensar em projetos globais como se fossem realizáveis, necessariamente, em um tempo e segundo circunstâncias formais ou materiais. Impõem-se condições objetivas de natureza imediata, estruturas de escolhas que estejam disponíveis, postas a cada momento e em cada conjuntura.

Ora, se vemos na pesquisa que tal grupo de trabalhadores não possui o requisito fundamental para que se forme a sua consciência, vale dizer, a certeza interna de que pertence a um conjunto maior que sua própria comunidade (um conceito localista e imediato), é natural e esperado que não se forme neles a Consciência de Classe. Com efeito, entendemos a classe como um fenômeno histórico-cultural em permanente construção, e a sua existência é fruto destes fenômenos e das formas variadas como cada fenômeno pode ser compreendido. Por assim o serem, a classe e a consciência de classe somente podem ser percebidas em um movimento histórico determinado. A questão é que, ao contrário dos meios de produção, consciência de classe não se compra, e, como se restou provado

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

no decorrer das políticas governamentais, sua aquisição de fato não interessava.

Os agentes sociais que indicamos na pesquisa têm seu perfil pouco trabalhado. Os Operários-camponeses⁹ são observados, em quase todos os trabalhos que pudemos acessar, como estranhos, figuras deslocadas nos estudos históricos. Contudo, todo um contingente deles existiu, no Estado do Rio de Janeiro, em Paracambi, em Valença, em Vassouras. Muitos ainda levam essa dualidade.

O período por nós estabelecido para o nosso estudo tem em Vassouras, especialmente, uma peculiaridade. O Prefeito Municipal foi Maurício Paiva de Lacerda. Sabemos, por vários trabalhos já publicados, como o de Angela de Castro Gomes,¹⁰ Luiz Werneck Viana,¹¹ Paulo Sérgio Pinheiro,¹² que a primeira proposta de Código de Trabalho foi elaborada pelo então deputado Maurício de Lacerda, em 1917.

Discutiremos as tentativas de implementação do Código do Trabalho e a utilização de muitos de seus princípios na legislação de Vargas, e a sua efetiva introjeção pelos funcionários da fábrica. Propomos a fazer esta discussão com fulcro em entrevistas concedidas por trabalhadores da Companhia Têxtil São Luiz, bem como por parentes próximos a eles, mormente os que estivessem no exercício de suas funções no recorte temporal por nós adotado. Para tanto, realizamos um conjunto de 16 entrevistas: as sessões foram realizadas geralmente na residência dos entrevistados, e coletivamente; sempre participaram dois ou mais trabalhadores, relatando suas experiências: eram mães, filhas, sobrinhas;

⁹ Alvim R e Leite Lopes. Famílias Operárias. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14 1990. p. 8/17.

¹⁰ Gomes Angela de Castro Búrguesia e trabalho Política e legislação social no Brasil – 1917-1937 capítulos 3, 4 e 5.

¹¹ Vianna Luiz Werneck. Sindicato e Liberalismo no Brasil RJ, Paz e Terra, 1976. Capítulo 1.

¹² Paulo Sérgio Pinheiro. “O proletariado Industrial na Primeira República ” in História Geral da Civilização Brasileira, Volume III Sociedade e Instituições. Difel, 1975. p. 170.

velhos amigos se reencontrando; irmãs relatando suas memórias. As entrevistas foram ricas e muito proveitosas. Contudo, muito do que foi declarado, em especial os fatos menos abonadores do cotidiano, foram relatados com pedido de sigilo. Assim não podemos, em respeito à confiança em nós depositada pelos entrevistados, à intimidade com que nos receberam, reproduzir todas as entrevistas na íntegra, tampouco nomear todos os que nos receberam.

Outrossim, utilizaremos jornais editados na cidade de Vassouras e revistas que dela falem para que se completem os relatos.

Demonstraremos que preocupações e medidas institucionais que objetivaram benefícios ao operariado vassourense foram levadas a termo na administração de Maurício de Lacerda.

Observamos que na cidade de Vassouras, assim como cremos que em outras cidades com realidades socioculturais semelhantes, houve uma dicotomia entre os comportamentos industriais e agrícolas, um embate entre a ideologia tradicional e o novo modelo de comportamento social imposto pela produção.

CAPÍTULO I

O SONHO DO PROGRESSO

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente; legadas e transmitidas pelo passado.”

Karl Marx, O Dezoito Brumário de Luiz
Bonaparte.

Pretendemos neste capítulo fazer um histórico da Companhia Fabril Vassourense, razão social que adotava a Cia Têxtil São Luiz quando de sua fundação, em 05 de agosto de 1913.

Para tanto, principiaremos por dizer o que era Vassouras neste período.

Entre o “Mar de Morros”, relevo característico da região do médio Vale do Rio Paraíba do Sul, encravado nos vales da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, surge o município de Vassouras, outrora rico pelo café, o qual, no período em questão, já há muito se direcionara a São Paulo

e norte do Paraná, perdendo a cidade a opulência de um dos mais imponentes e significativos conjuntos arquitetônicos do Vale do Paraíba. Isso ocorre tanto no que concerne às fazendas dos Barões do Café, diversas e salpicadas por todo o território do município, como no centro histórico de sua sede, hoje tombado.

A riqueza do café produziu a abastança de famílias que puderam proporcionar a seus filhos e netos relevantes condições de escolaridade e de participação social. O Ministro Raul Fernandes e Maurício Paiva de Lacerda, por exemplo, iniciaram suas carreiras públicas no município, sem porém dele nunca se afastarem totalmente. A esses filhos ilustres, e a quem, como eles, pudesse dispor de numerário, Vassouras podia oferecer as primeiras letras, feitas em escolas particulares; os desvalidos, de sua vez, buscavam-nas no Asilo Furquim, escola reformada e mobiliada pelas edilidade vassourense, e instalada onde hoje funciona o Colégio dos Santos Anjos.

O primeiro distrito municipal contava, como principais logradouros, a Rua Caetano Furquim, não pavimentada, onde se estabeleciam as principais casas de comércio, sendo elas armazéns e armarinhos, uma casa bancária, escritórios de solicitadores¹³ e a primeira farmácia, ainda hoje em funcionamento, a Farmácia Central. A área residencial mais nobre localizava-se na ruas que circundam a Praça Barão do Campo Belo e a Igreja Matriz, já pavimentadas desde o período imperial¹⁴. A cidade contava com dois cemitérios: o municipal, estabelecido ao fundo do Asilo Furquim, e o da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, este posto ao fundo da Igreja Matriz, com acesso também

¹³ Profissionais que realizavam serviços semelhantes a mediadores judiciais.

¹⁴ A pavimentação dos logradouros foi por nós apontada frente às constantes indicações dos jornais, que atribuíam ao fato um sentido de progresso. As primeiras ruas calçadas foram as que circundam o edifício da Prefeitura Municipal; nelas também achamos as Casas dos Barões. Outras ruas calçadas do Período Imperial foram a Visconde de Araxá e a da Residência do Sr. Joaquim Teixeira Leite.

pavimentado. Existia um matadouro público, que servia ao município, ou deveria fazê-lo, na quase totalidade dos distritos próximos à sede. Há relatos, em entrevistas de operários, de boiadas inteiras que vinham do distrito de Mendes, para o abate neste matadouro e o posterior envio ao frigorífico Anglo, que lá mantinha uma unidade de produção.

Há indicações de um crescente número de casas de pensão e pequenos hotéis. O clima da região era tido como propício à cura dos males das vias respiratórias, muito embora diversos estabelecimentos proibissem o alojamento de doentes, o que se pode comprovar na grande maioria das propagandas dos jornais, em especial as mais próximas ao período temporal que indicamos como recorte de nosso trabalho. Atribui-se esse fato ao código municipal de higiene, bem como a uma presente polícia sanitária, mormente nas estações climáticas, como eram denominados os distritos de Miguel Pereira e Mendes, e, sobretudo, na sede de Vassouras. Sabemos, por depoimentos de antigos moradores, que a cidade era muito procurada, como estação de veraneio.

O município trazia em seu projeto a proposta de manutenção de rendas pela pecuária de leite e de corte, sendo a primeira a mais difundida, nas já decadentes lavouras de café. Foram feitas novas tentativas de plantio de outras culturas, como o algodão, o amendoim, a mandioca, contudo o solo estava comprometido e esgotado, além de apresentar as dificuldades próprias do relevo de meias laranjas¹⁵. Com a migração do café para o Oeste Paulista, e mesmo depois dela, muitas famílias, ou parte delas, em especial as que moravam na sede, dirigiram-se à capital, ou retornaram a Minas Gerais, para lá exercerem funções públicas, mediante seus contatos no poder. Com efeito, muitas das casas, na medida em que eram legadas a herdeiros, permaneciam fechadas, sendo utilizadas como casas de veraneio.

¹⁵ O relevo de meias laranjas é típico da região e se caracteriza pela presença de elevações de cume semi-esférico.

O poder público vassourense buscava, de maneira sistemática, trazer a modernidade e o progresso ao município. Propunha-se a realizar tal tarefa pela busca de interligar os distritos à sede, quer pelas vias rodoviárias, quer pelas ferroviárias. Anteriormente, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, buscava-se a ampliação da estrada de ferro, por ser ela entendida como um foco gerador de progresso ao município. Na ocasião da inauguração destes melhoramentos, Matoso Câmara, um jornalista local que se fez orador, saudou a iniciativa progressista durante a visita do Presidente ao Município de Vassouras¹⁶, juntamente com o Ministro da Viação, Dr. Paulo de Frontin,¹⁷ para inaugurar os trechos compreendidos entre Governador Portela e Estação de Vassouras:¹⁸ Juparanã, em Valença, e Barra do Piraí, construídos quando das obras de reforma da Estrada de Ferro Rede Fluminense, em 30 de maio de 1914. Passava então o município de Vassouras a possuir o maior número de estações ferroviárias do Estado do Rio de Janeiro, contando com dezoito postos na Linha Central do Brasil, e, na linha auxiliar, com trinta e quatro estações. Diz-nos Ignácio Raposo que:

“Em seguida (Matoso Câmara) dirigiu a palavra ao Ministro da Viação. Mostrando que seu nome

¹⁶ Vassouras, no recorte temporal que estabelecemos, contava com uma extensão territorial significativamente superior à que atualmente possui. Municípios hoje emancipados, como Miguel Pereira, Paty do Alferes, Mendes, Rodeio - atualmente Engenheiro Paulo de Frontin - e grande parte de Paracambi, onde havia a divisa com Iguaçu, feita pelo rio Macacos, integravam seu território, composto por oito distritos, e limitado pelos municípios de Petrópolis, Três Rios, Iguaçu, Barra do Piraí, Piraí, e Valença.

¹⁷ O distrito de Vassouras, antes da inauguração da estação ferroviária que interligava o município à bitola mais larga, era denominado Rodeio. Por ocasião da obra, foi renomeado Eng. Paulo de Frontin, em “homenagem de reconhecimento” da municipalidade ao Ministro da Viação do governo do Mal. Hermes da Fonseca.

¹⁸ A instalação de linha férrea que pudesse ligar a sede municipal com a linha de bitola larga, que passava no distrito de Valença, Barão de Juparanã, distante apenas alguns quilômetros, sempre foi um sonho. Tivemos no município duas tentativas privadas para a instalação de tal linha. Ambas não lograram êxito.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

impoluto não podia ser esquecido em uma festa de progresso.”¹⁹ (grifo nosso)

Sabemos ainda que, neste período, o transporte rodoviário do município era satisfatório segundo os parâmetros estabelecidos para a época. O município contava com uma estrada que o ligava ao Rio de Janeiro, que é a que hoje ainda nos serve, além de uma ligação com Petrópolis através do então distrito de Paty do Alferes, que possuía a proximidade de 39 quilômetros.

Não se pode negar a importância dos meios de transporte, em especial da estrada de ferro, como forte fator de incremento para a indústria. Hobsbawn afirma que:

“Em primeiro lugar, a economia industrial nos seus primórdios descobriu – graças largamente à pressão da busca de lucro da acumulação do capital – o que Marx chamou sua “suprema realização: a estrada de ferro”. Em segundo lugar – e parcialmente devido a estrada de ferro – o vapor e o telégrafo ‘que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção’.”²⁰

As elites dirigentes estavam convencidas de que o progresso, gerador de divisas municipais, se faria na cidade somente através do trilhos. Antes mesmo da República, elaborou-se e apresentou-se ao Imperador D. Pedro II um projeto de estrada de ferro cujo trajeto beneficiava Vassouras. A existência de um outro projeto, beneficiando Barra do Piraí, gerou uma

¹⁹ História de Vassouras, Inácio Raposo, p. 222.

²⁰ Eric J. Hobsbawn A Era do Capital : 1848-1875. p. 53.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

crise entre os Teixeira Leite, na pessoa do Dr. Joaquim Teixeira Leite como defensor do encaminhamento pelo município de Vassouras, e o Município de Barra do Piraí, defendido pelo Barão do Rio Bonito, representante da família Faro e com forte influência junto à corte. Saiu vencedor da querela o município de Barra do Piraí, por se entender, segundo o engenheiro Charles Garnett, que aquele seria o percurso economicamente mais viável para o transporte, dadas as características geográficas que determinavam o trajeto dos trilhos, como pontes e locais pantanosos, mais abundantes no trajeto proposto por Vassouras, além, evidentemente, das questões políticas que envolviam a escolha entre os municípios.

Já se entendia, na época, que o melhor caminho para o desenvolvimento era a ligação entre o mercado consumidor e a produção, e o trem seria o meio de transporte mais indicado. Nesse sentido, a busca por melhores e maiores possibilidades de se atingir o progresso era, em um município com a extensão e complexidade administrativa como Vassouras, a que se daria de forma mais eficiente e a custos mais reduzidos: por trilhos. E esta cidade era, segundo nos diz Raposo, um município com potencial para desenvolver-se e cercado de possibilidades de crescimento: bom escoamento da produção, luz elétrica, iluminação pública, fornecida pela Companhia Industrial de Eletricidade desde setembro de 1913, e água em abundância.

Neste mesmo ano, realizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, à rua Frei Caneca, 204, no dia 05 de agosto, a primeira reunião da recém fundada Companhia Fabril de Vassouras. Concomitantemente, como arauto do progresso desejado e esperado para o município, reiniciava-se, em nova fase de publicações, o jornal “O Vassourense”, que de pronto nos dá notícias do evento mais esperado pela cidade em muitos anos: a inauguração da fábrica de tecidos.

“O vassourense sente-se satisfeito de em seu primeiro número falar da companhia fabril, noticiando que, hoje, dia 13, terá lugar a festa da cumeeira, que a todos agradará não só por sua intenção, como porque ella vem afirmar a breve inauguração da Fábrica de tecido – sonho que realizamos graças aos esforços dos ilustres senhores Antônio Santos e o major Plínio Franklin. A solenidade do benzimento, que será feita pelos rev. senhores padres vigário Henrique Mayer e Alberto de Andrade terá logar mais as 16 horas (4 da tarde), tendo sido convidadas para madrinhas as senhoras D. Maria Thereza L. de Carvalho, Joaquina Jordão, Francellina Leitão e Maria Paula de Souza, e Padrinhos os Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado Júnior , Dr. Athaide Parreiras (promotor), coronel Lourenço Ribeiro e Coronel João E. da Silva Gomes. O Ex.mo. Barão do Amparo fará o corte da fita, com tesoura que lhe será entregue pela interessante menina Rosalina Amaral, que com duas outras – as gentís Guiomar Jordão e Ruth Guimarães –, representarão o futuro operariado da Companhia.

As nossas bandas de música comparecerão a **bela festa operária**, que se prolongará até a noite, quando haverá brilhante iluminação elétrica.

Os diretores da fábrica esperam que o povo vassourense, acudindo o convite que lhe fez, dirigido em boletim, compareça a esta festa, **toda sua**, da qual

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
serão oradores o Drs. Arthur Prado de Souza e
Rodolpho Macedo.”²¹ (grifos nossos)

A implantação da fábrica de tecidos, segundo vemos, representa o forjar de um novo processo produtivo dentro de uma cultura escravocrata-agrário-exportadora. Contudo, este novo processo produtivo já nasce, ou tenta nascer, na forma de grande indústria, no sentido da amplitude física e da transformação da matéria prima. Antunes entende que o processo de constituição e consolidação do capital no Brasil apresenta-se de forma contraditória e conciliatória, já que a indústria convivia concomitantemente com o latifúndio.²²

O conceito de progresso que imperava à época estava ligado às inovações tecnológicas, entendidas como a produção industrial na qual Vassouras pretendia inserir-se com a Fábrica de Tecido, principal indústria nacional. Tal conceito era comum tanto às pessoas que se dispuseram a integralizar o capital inicial da fábrica, de uma forma geral pequenos comerciantes locais e fazendeiros, quanto à população simples do município. O nascimento da indústria têxtil, especialmente na região do médio Paraíba, entendida aqui como composta pelos municípios de Vassouras, Valença, Três Rios, Barra do Piraí, Piraí, outrora enriquecida pelo café, comprova que a decadência de economia fluminense deve ser no mínimo relativizada. Todos os municípios tiveram, em maior ou menor escala, suas próprias experiências industriais, algumas ainda hoje em funcionamento.

²¹ O Vassourense, Anno I 13 de maio de 1914 n 1 p. II Diretores Pedro Costa e Antônio Mattoso.

²² ANTUNES, Ricardo. Classe operária, Sindicato e Partido no Brasil: Um estudo sobre a consciência de Classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez, 1982.

É importante observar, na interlocução proposta por Tompson²³,

a inegável intenção de chamamento popular ao conagraçamento com o progresso: o próprio jornal reinicia suas atividades, depois de anos de recesso; reforçava o semanário, pela menção repetida em dois parágrafos muito próximos, a idéia de que a fábrica proporcionaria uma festa operária, dirigida ao povo de Vassouras, sem deixar de indicar claramente que a solenidade seria promovida, concedida, por um novo segmento, o Industrial, de alguma forma “amparado”, abençoado pela elite, e acompanhado, diz o artigo, por “jovens gentis e interessantes”, meninas em tenra idade, representando o futuro operariado. Colocando nitidamente, assim entendemos, o perfil do operariado que se pretendia empregar: submisso, dócil, passivo. Com efeito, é dizer que a transformação se dará com a permanência.

Ademais, figuram no artigo já citado nomes de pessoas cujas famílias eram tradicionais na cidade, como o Barão do Amparo, e a ele também se somam as jovens operárias, de quem este receberia a tesoura para o corte da fita inaugural. A festa operária, no entanto, deveria ter sido dirigida ao povo vassourense, conclamado a fazer parte deste projeto de modernidade e progresso. Pode-se fazer tal assertiva com base em relatos de jornais e de pessoas do povo, que associavam a vinda da luz elétrica e da fábrica ao progresso.

O relato de Manoel da Silva Rebello, caseiro de D. Eufrásia Teixeira Leite e residente na casa desta – hoje Museu da Chácara da Hera – desde 1887, em carta por ele remetida a 29 de janeiro de 1914 à sua empregadora, permite-nos perceber que a fábrica era uma novidade muito bem vinda.

²³ Vide nota 7.

“... no mais aqui na cidade tem vindo muitas famílias passar o verão, ... a cidade já tem luz elétrica pública e particular e uma fábrica de tecido. As famílias de aqui estão saindo e as de fora vem para aqui.”²⁴

A população da cidade recebeu com grande euforia a fundação da fábrica, que, vinda junto a tantos outros melhoramentos, como a estrada de ferro finalmente conseguida, a luz elétrica e o farto, para a época, abastecimento público de águas, grassavam auspiciosos e alvissareiros os ventos da modernidade.²⁵

Sobre o início da construção do referido estabelecimento fabril, assim escreve “O Vassourense”:

“... realizou-se no dia 13 do fluente , perante uma enorme massa popular, em meio a qual se destacavam nossas primeiras autoridades locais, as cerimonias de benzimento da cumeeira da fábrica de tecidos, que, aliás se revestiram de máxima solenidade, como é costuma acontecer quando são feitas estas festas.

As 4 horas da tarde, reunidas as sympaticas sociedades musicaes 26 de julho e Recreio Vassourense, devidamente uniformizadas, ... Tendo início a festa com uma pequena mas eloqüente oração

²⁴ MCH – 90.10.53 Museu casa de Hera- correspondência particular de Eufrásia Teixeira Leite.

²⁵ A indústria têxtil necessita, em virtude de seu maquinário e etapas de produção, de abundância e freqüência no abastecimento de água e luz elétrica, para que se torne operacional. Nesse sentido as fábricas mantinham-se próximas umas às outras, devido às possibilidades regionais de se fornecerem tais pré-requisitos, quer por meios públicos, quer privados, como também pela facilidade de fornecimento de matéria prima e escoamento da produção, na região, usualmente feitos por via ferroviária.

feita pelo Sr. Dr. Athayde Parreira, ilustrado promotor público da comarca, que representava o Sr. presidente da Câmara municipal. Em seguida, teve a palavra o Sr. Dr. Rodolfo Macedo, um dos oradores oficiaes ... depois de pôr em relevo os altos e inestimáveis serviços que irá prestar à Vassouras aquele centro industrial, disse que tão grande melhoramento estava sendo feito por uma plêiade de cavalheiros, cheios de boa vontade, todos congregados, batendo-se com denodo pelo mesmo alevantado ideal, – promovendo os meios necessários e indispensáveis a manutenção de algumas dezenas de operários Vassourenses que ahi vivem lutando com os asperos rigores da falta de serviço consequentemente acoçados pelas maiores dificuldades que imaginar possa. O orador disse mais que ali não havia algum grande cofre cheio de ouro: quem trabalhava eram alguns industriais e fazendeiros.

Ultimamente usou a palavra o Sr. Antonio dos Santos, um dos diretores da Companhia, aquele que também não tem poupado melhor de seu tempo, de seus múltiplos trabalhos moraes e materiais no sentido de ver consumada essa obra grandiosa.

As 5 horas da tarde, depois de cortada a fita pelo distinto Cel. Horácio Lemos, que agradeceu a honra que lhe era conferida pela diretora da Companhia, procedeu ao benzimento da cumeeira o estimado vigário padre Henrique Mayer a qual foi logo suspensa por alegre grupo de operários, ao som de música,

palmas vivas e foguetes, de mistura com estridentes apitos da máquina da fábrica, que registavam o feliz acontecimento.

E' o sol vivificante da realidade, a causticar os sépticos, (sic) aqueles para quem a fundação aqui de um estabelecimento industrial não passava de mera utopia: é o sol da realidade que surge, rasgando a densa treva que ha muito já envolve o lar modesto do operário humilde.

Não temos expressão para que de alegria se passa nos corações de quantos possuem ainda uma parcela de amor, de quantos querem bem a esta Vassouras ...”²⁶

Mais uma vez, o progresso, o novo, baseia-se, suporta-se, nos conceitos de antanho – mais que isso, nas figuras de ontem para legitimar seus projetos. O artigo chama à ordem quando destaca, entre a enorme massa popular, as primeiras autoridades locais, entre elas o pároco, que convida ao benzimento, salientando que os diretores da empreitada são todos congregados, vale dizer, membros da Irmandade. Indica também o artigo a intenção dos diretores, homens abnegados e voluntariosos: trazer progresso à cidade, proteger o operariado desvalido, demonstrar o amor pelo município.

Cremos que o positivismo, em seus fundamentos sociológicos, teve uma marcante penetração na sociedade brasileira, dada a sua capacidade de conferir coesão a argumentos para a consolidação de determinadas relações sociais. Com efeito, entendemos que tenha havido um “empréstimo”, uma nova qualidade ao paternalismo herdado da

²⁶ O Vassourense, Anno I 20/05/1914 n° 2 p. I Diret. Pedro Costa e Antônio Mattoso.

sociedade patriarcal, fortemente marcada na população vassourense, reforçando-lhes a lógica excludente e hierarquizada, ao avançar sobre outros espaços além da casa grande e da senzala. Entendemos que o paternalismo não se resume a relações harmoniosas ou livres de contradições, mas sim em uma forma de manutenção e continuidade de controle, exercendo o domínio como uma forma mais sutil, e, na maioria dos casos, mais eficiente, já que através dele se produz menos desgaste pessoal entre as partes, e se permite algum nível de negociação. Vemos isso claramente na indústria têxtil, como segmento industrial, e o percebemos com maior agudeza em comunidades onde o operariado apresenta características pontuadas de comportamentos socialmente paternalizados.

Outra questão que julgamos relevante é a quase exclusão do agente externo, visto não somente no que se refere à tomada de capital da fábrica, quanto, e em especial, na presença de operários estrangeiros²⁷ nas forças de trabalho da fábrica, ao contrário, por exemplo, da indústria carioca, que os abrigava, alterando sobremaneira, entendemos, suas formas cotidianas de interação.²⁸

Vemos o liberalismo, entendido em sua vertente clássica e econômica, como tendo fornecido à burguesia industrial pueril nacional os fundamentos para que se pudesse reconhecer a Indústria como uma

²⁷ As únicas referências a operários estrangeiros que foram encontradas nas pesquisas, foram e de um mestre, o Sr. Bruno Schuls, e de um português, Sr. Torres, que trabalhava na administração. O primeiro era alemão e veio trabalhar na fábrica em 1923. Exerceu a função de mestre na Cia Têxtil São Luiz por 29 anos. Aposentou-se, e pouco tempo depois teve um enfarte e faleceu. Foi substituído, por outro alemão, o Sr. Kurt, que trabalhou na fábrica até o final das atividades.

²⁸ Como referencial de cotidiano no operariado carioca, podemos destacar o trabalho de Sidney Chaloub, com Trabalho, Lar e Botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Vera Maria Cândido Pereira, que em seu O Coração da Fábrica, em um recorte temporal mais recente, estuda, com base em depoimentos orais, as condições de vida e trabalho e o comportamento social e ideológico do operariado têxtil do Rio de Janeiro, a partir do enfoque teórico que privilegia a análise das contradições que se expressam no processo de trabalho capitalista, proposta a qual pretendemos corroborar, com o fito de demonstrar que as desigualdades estruturais na mentalidade do operariado das comunidades periféricas ainda fizeram por reforçar este domínio do capital. Frente à escassez de material específico, sobre o trabalho no interior do Estado do Rio, consultamos Paulo Fernandes Keller, com A vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ e deste mesmo Autor, O Cotidiano e o Complexo, comunicação feita na IV Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas.

necessidade e uma benesse, um benefício à sociedade como um todo. Em contrafeita, considerando-se que a divisão social do trabalho proposta pelo capitalismo era entendida como condição precípua para o progresso da humanidade, a economia política clássica subsidiou o discurso desta mesma burguesia, que, no entanto, intransigentemente, permanecia na postura do liberalismo ortodoxo, condenando a ingerência do Estado nas relações entre signatários dos contratos de trabalho mediante a inserção dos direitos sociais.²⁹

O liberalismo ortodoxo, a economia política clássica e o positivismo se expressavam na vida cotidiana dos trabalhadores têxteis, tanto no interior das dependências da fábrica, através da implantação de estabelecimentos educacionais para os operários e seus filhos, da assistência médica, do recrutamento de familiares e das agremiações musicais, como fora dela, pelo incentivo à formação de clubes de esportes e blocos de carnaval, pela inserção na vida cotidiana da comunidade trabalhadora, e pelo comparecimento a festividades comemorativas. Com efeito, estas formas de ingerência social não eram incompatíveis com o mundo desigual do trabalho assalariado; apenas cumpriam, em sua diversidade, papéis diferenciados, mas interdependentes nas relações de subordinação que submetia os trabalhadores ao tipo de autoridade exercida pelo patronato. Tal fato permite que a inexistência de um aparelho completo de suporte ao operariado de Vassouras – particularmente, de uma vila operária – não elimine a marca de dominação e intransigência sofridas pelos operários circunscritos a vilas deste tipo.

Consideramos a implantação da fábrica de tecidos especificamente em Vassouras à facilidade de implementação e/ou reforço

²⁹ O assunto terá uma abordagem mais ampla no próximo capítulo.

do tipo de relação exposto acima bem como ao funcionamento, em localidades próximas, em especial Valença e Iguaçu, de indústrias têxteis, como referências de sucesso nos projetos industrializadores como questões decisivas para que este segmento fabril fosse escolhido como indústria a se instalar na sede municipal.

Tradicionalmente encontra-se no segmento têxtil a maior produção industrial do interior do Estado. Foi sem dúvida no que se instituía como Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro que ocorreram os primeiros grandes empreendimentos nessa modalidade de produção industrial.

No final do período imperial, contávamos no país com cerca de uma centena de estabelecimentos fabris de certo vulto, em especial os têxteis, e tanto a capital quanto as cidades próximas a ela já integravam esse segmento. A produção era a tecelagem de algodão. No quinquênio 1890/95 havia no país quatrocentas e vinte e cinco fábricas, e em 1907, quando realizado o primeiro censo geral, 7% das indústrias encontravam-se no Estado do Rio de Janeiro. Convém lembrar que não se incluem aí as indústrias do Distrito Federal, que somavam 33% do parque nacional.³⁰

As primeiras unidades têxteis haviam se instalado no Brasil, em especial nas então províncias da Bahia, Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, já no segundo quartel do século XIX, e, para sua transformação em grandes unidades industriais, houve a necessidade de utilização de linhas de crédito facilitadas, energia elétrica e que o crescimento populacional se desse de maneira mais acentuada. Também era significativa a questão do escoamento interno e externo da produção, que atuaria como facilitador da atividade industrial em geral e a têxtil em particular. Isso se dá pela relativa

³⁰ In Prado Jr., Caio. História Econômica do Brasil, informações retificadas por Stein, Stanley, in Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

autonomia que este segmento industrial apresenta ante a seus coetâneos, no que concerne à produção da matéria prima básica industrial.

O nascimento da Indústria têxtil nessa região particular do Estado do Rio de Janeiro, indica, por um lado que devemos usar com cautela a reincidente afirmação de decadência econômica dos capitais da cafeicultura fluminense e não abarcá-la como globalizadora e uníssona. Encontramos em S. Stein indicações de que:

“Alguns fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro investiram em fábricas de tecidos de algodão. ... O colapso do boom algodoeiro que se desenvolvera no Brasil durante a guerra civil Americana representou um novo incentivo para a indústria têxtil do algodão ...”³¹

Podemos afirmar que, no período de 1913 a 1920 a indústria têxtil viveu um ápice quantitativo, se observamos o volume de máquinas importadas. Firmou-se aí a supremacia do centro-sul como parque industrial melhor formado.

Segundo dados fornecidos por Stein³², não só a quantidade de máquinas importadas teve um sensível acréscimo, como também a natureza das máquinas o teve, vale dizer, houve introdução e uma posterior difusão de maquinário que permitia trabalhar com fios mais finos, possibilitando, é claro a produção de tecidos mais finos, mais leves e delicados. Diz-nos ainda que em 1913, às véspera do conflito mundial, foram importados mais de 13.000.000 de quilos e que 78% deste total rumaram aos estados do Rio de Janeiro, interior de Minas e São Paulo.

³¹ Stanley Stein: *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950*. p. 36.

³² Stanley Stein. *Op. cit.* 110.

Pela tabela que se apresenta podemos concluir que as indústrias do Estado do Rio de Janeiro, embora quantitativamente iguais as do Distrito Federal, possuíam menor número de fusos, teares, e por conseqüência, menos trabalhadores eram empregados em sua mão de obra. Isso nos faz concluir que a maioria das indústrias têxteis desta região caracterizava-se por ser de pequena monta.

Figuram como principais empresas têxteis do Estado do Rio de Janeiro, segundo a “Estatística geral das Fábricas brasileiras de fiação e tecidos de Algodão em 1915” a Cia S. Pedro de Alcântara, Cia Manufatura Fluminense, Cia Brasil Industrial e Cia Petropolitana. Somadas as quatro unidades industriais empregavam cerca de $\frac{1}{4}$ da força produtiva, restando as outras dezenove.³³

Pelas estatísticas apresentadas acima, pode-se afirmar que as outras eram de menor porte e utilizavam máquinas com fios mais grossos. As máquinas foram importadas, em quase sua totalidade durante aproximadamente todo o período, segundo Elisabeth von der Weid e Ana Marta R. Bastos, a tecnologia nacional de fabricação de máquinas de tecelagem só surgiu na década de 20, produzidas inicialmente na Fábrica Cruzeiro de Companhia América Fabril, no Andaraí. O texto nos indica que a produção dessas máquinas servia às fábricas que compunham a companhia.³⁴

A nascente indústria Vassourense, recebida com tamanhos festejos e esperança pelo povo, demonstrou não estar alheia aos problemas que a indústria têxtil nacional estava por enfrentar. A diminuição da venda dos produtos, no mercado interno, frente ao aumento considerável das importações brasileiras de produto de algodão, em especial de Ingleses e

³³Weid, Elisabeth von der e Bastos Ana Marta R. O Fio da Meada Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil Rio de Janeiro. p. 130.

³⁴Op. cit. p. 149.

Americanos, no segundo quartel de 25. A isso se somam a dificuldade das grandes unidades fabris de remeter seus produtos a Argentina, Uruguai e Peru, estes sendo supridos por produtos ingleses mais baratos e de qualidade superior.

Entre essas, também se podem acrescentar a grande dificuldade da instalação da Fábrica de tecidos em nosso município.

O capital inicial da fábrica foi integralizado, em grande parte, por vassourenses natos ou que aqui passaram a residir. Como determinava a legislação coetânea, as Sociedades Anônimas eram obrigatórias como espécie de formação societária. Assim, instituiu-se também aqui, uma sociedade anônima com a expedição de 700 ações.³⁵ Dessas, a maior parte era composta, em número de ações, pelo Cel. Lourenço Pereira Ribeiro, com 265 próprias e 5 como tutor de sobrinhos, e pelo Major Plínio Rosalino Franklin, que detinha 227 ações, embora não as tenha integralizado plenamente, ambos residentes em Vassouras, e por um grande número de pequenos acionistas de famílias de comerciantes vassourenses, com preceituais de uma a três ações. Os pequenos comerciantes de Vassouras e prestadores de serviços de famílias que ainda hoje residem no Município como os Mandaro, os Martuchelli, os Jordão, os Sayão, investiram no progresso, na época corporificado na fábrica, acreditando nela como forma de fomento ao desenvolvimento econômico e social do município.

O Major Plínio foi recebido com festa popular, posto que ele representava para o povo vassourense a personificação do progresso, entendido como a indústria, que nascia naquele momento, quando desembarcou do trem vindo da capital federal, em outubro de 1913. Estava esperançoso com o sucesso do empreendimento. Já em entrevista dada ao

³⁵ Tecnicamente, era indicado que se emitissem pelo menos, 1.000 ações, contudo, não nos foi possível rastrear mais do que as 700 que mencionamos.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

periódico “A Borboleta”, reproduzido no Jornal “O Vassourense”, em junho de 1913, o industrial dava todas as indicações do otimismo que possuía e tentava contagiar os vassourenses, conclamando-os a ingressar no projeto da construção da fábrica.

“BOB: ... Que podeis dizer sobre a fábrica e o movimento de subscrição? Que esperas do comércio, proprietários e povo locais.

PRF: Penso, como todos, que a fábrica vem levantar Vassouras, que só ela ... poderá dar vida a cidade: que o comércio, ora morto, terá extraordinário incremento; que a própria lavoura, maxime a pequena, nas cercanias da cidade; que a cidade terá largo desenvolvimento, que chegará a exportação fácil porque temos, agora, estrada de ferro á porta ... Faltam-me subscritores e não sei porque! É de sentir que os proprietários e negociantes em condições estejam um pouco retrahidos, não tendo tomado acções relativas as posses que teem. No entanto eles são os maiores interessados: mais que o próprio povo, as classes mais pobres, as quais não farão serviços diretos ou indiretos. Fundada a fábrica em Vassouras até os velhos e as crianças terão meios de ganhar a vida.

BOB: Mas porque será que o commercio e os proprietários estão um tanto retrahidos? Será um receio de que as acções lhes não cheguem a dar um juro compensador?

PRF: Não, respondeu, com segurança, o nosso entrevistado. não pode ser. Affirmo desde já, sem receio de ser mau calculista, que os acionistas terão sempre ótimos dividendos. Procure os relatórios annuaes de estabelecimentos congêneres, lede, por exemplo, o da fábrica de Valença ... É regra geral sem excepção, grandes lucros nas fábricas de tecido. Sei que o povo está comigo ... só me falta o concurso franco dos proprietários e negociantes que, tendo agora ocasião de serem úteis a Vassouras e a de exercerem a melhor das caridades – o trabalho aos pobres – terão bom emprego de capital.³⁶

Os planos para a implantação da fábrica eram ambiciosos. A edilidade local, certa de que o melhor caminho, sob o ponto de vista legal, era a “venda simbólica” do terreno a Companhia, o fez. Há indicações, por periódicos locais, que teria sido realizada pelo valor de 200\$000 mil reis. O terreno contava com uma área superior a 31.000 metros quadrados, confrontando-se a esquerda com a estrada de ferro, e a frente com o asilo Dr. Furquim. Nos fundos desse asilo, situava-se o cemitério municipal, removido por ocasião da “venda”³⁷ do terreno.³⁸

³⁶ O Vassourense , Anno I, 05 de junho de 1914, n 10, pag. IV. Diretores Pedro Costa e Antônio Mattoso.

³⁷ A disposição de terreno público é, via de regra, um processo muito trabalhoso, devido a premissa de que o bem público serve a todos, logo não haveria interesse do coletivo e ceder ao particular propriedade pública. O que se costuma fazer e permitir, através de incentivos fiscais, os mais variados, como isenções de impostos, menor exigibilidade quanto ao Código de Obras e Posturas mesmo a Cessão de Direito de Uso, por 20 ou 25 anos, do terreno em questão. Tãmanha era a ânsia do Município pelo progresso que adotou todas as formas possíveis de favorecimento a Fábrica, ainda conseguindo a edilidade aprovar a venda por valor irrisório do terreno.

³⁸ O processo de remoção do cemitério municipal se deu devido a sua proximidade da estação ferroviária, um dos principais pontos de entrada cidade de Vassouras. Entendemos que não se achava adequado ter como primeira impressão do município, um lugar de morte. A sua remoção para a construção da fábrica da planejada Vila operária, trocava a imagem por uma de desenvolvimento, “amparo ao desvalido operariado” e progresso.

Os trabalhos se iniciaram pela construção do edifício da fábrica, constituído de um prédio com total de 3.852,00 metros quadrados, construído de cal, tijolos e pedra³⁹, coberto de telhas francesas, todo concretado, com colunas de madeiramento em madeira de lei, clarabóias de vidro, todo cercado de janelas envidraçadas, com caixilhos de ferro e um compartimento à parte para caldeira a vapor, para coloração dos tecidos, além de um depósito, tendo a caldeira ficado apenas com sua armação preparada. Segundo indicações da revista “O Brasil Próspero”,⁴⁰ tanto na parte principal como em qualquer uma de suas dependências recebia-se muita luz e bastante ar. O material de construção era enviado, com frequência, pelo trem, sendo adquirido na capital federal⁴¹. Os maquinismos também foram adquiridos, apesar dos preços elevados.

Funcionavam, em área separada do prédio principal, um galpão para oficina, uma marcenaria e o escritório, para as funções administrativas. Nos fundos desse, uma grande caldeira, utilizada para o alvejamento dos tecidos.

Para que se combatessem incêndios, o edifício central continha instalações de água, com mangueiras de 1” e ½”, distribuídas por toda a sua extensão.

O Jornal vassourense, “O Município”, relata a vinda do engenheiro autor do projeto da fábrica Dr. Thames Henry Small, qualificando o projeto como bom, com previsão para um segundo andar. O término deste andar estava previsto para março de 1914. Em janeiro do

³⁹ As grandes edificações que foram erigidas em Vassouras eram, e muitas ainda assim permanecem, feitas de estuque. A construção da fábrica era dos primeiros grandes prédios, construído de forma “moderna”.

⁴⁰ Revista Brasil Próspero n.º: 1 Ano I. p. 26.

⁴¹ Não pudemos aferir o local da compra dos materiais de construção, apenas sabemos que foram enviados de trem, e que em uma das ocasiões houve um desastre, que causou a perda de um significativo montante de materiais destinados à fábrica.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

mesmo ano chegariam ao Rio de Janeiro, as primeiras máquinas de fiação e tecelagem, importadas da Europa.

“... o engenheiro examinou o terreno do cemitério e vai fazer a planta para uma avenida de confortáveis casas para os operários.”⁴²

Segundo indicações, os projetos de instalação da fábrica eram baseados em critérios ingleses de produção, com todo os aparatos institucionais convergentes a esse tipo de administração, vale dizer, construção de vilas operárias, prestação de serviços e controle da fábrica a sua mão de obra, como vilas operárias, agremiações esportivas e carnavalescas farmácias e escolas operárias.

Assim, em reunião dos acionistas efetuada em 13 de outubro de 1914, a Companhia Fabril Vassourense, em seu escritório no Rio de Janeiro, à rua de São Pedro, 46, constituía a administração da mesma compondo-se do seguinte modo: Dr. Ezequiel Ferreira Baptista, Dr. Pedro Paulo Autran e Antônio da Rocha Santos: suplentes de diretores e Conselho fiscal Waldemar Figueiredo, Vigílio Souza e Francisco Ribeiro, Suplentes: Pedro Mendonça Lima, Manoel dos Santos e José Simões.

Os administradores do “grandioso empreendimento”, como já dissemos, eram fazendeiros e pequenos comerciantes locais, faltando-lhes a necessária competência administrativa e financeira para levar a termo projeto tão complexo. Não nos foi possível encontrar qualquer ligação entre os sócios majoritários da empresa, neste período específico, com qualquer empresa têxtil. Julgamos tal observação pertinente dado as indicações de que era praxe, entre as indústrias coetâneas, uma tendência à unificação,

⁴² O Município – 23 de outubro 1913. p. 1.

através das relações de parentesco, casamento, compadrio, que geravam uma ligação na produção e escoamento de produtos, para que, unidos, pudessem estabelecer preços e condições para competir com a produção estrangeira, quase sempre de melhor qualidade.

Cambaleante, durante três anos a empresa tentou soerguer-se da crise que sobre ela se abateu. Durante esse período, tentou a administração da Companhia, como meta, promover a construção do edifício, pelas dimensões necessárias. Devido ao maquinário, aos custos elevados pela guerra européia e à não integralização do capital inicial por alguns acionistas, a duras penas se ergueu o prédio.

Os motivos acima são dados como os fatores da liquidação judicial da Companhia em Vassouras. O redator do “Jornal de Vassouras”, nos relata o que julga como razões para a ruína do ambicioso projeto:

“Foi com verdadeiro pesar que vimos desaparecer esta empresa, que tantas esperanças despertou em nosso meio.

Houve um verdadeiro fracasso da instituição das sociedades anônimas, aqui, porque infelizmente erros gravíssimos se praticaram, mas cuja responsabilidade ninguém soube ou ninguém quiz apurar.

A verdade dolorosa é que um prejuízo avultado tiveram nossos conterrâneos, sendo nota que só o Sr. Coronel, Lourenço Pereira Ribeiro foi vítima de um prejuízo de mais de 50 contos de reis, si se considerar o lucro cessante de seu capital, tendo sido ilaquado de boa fé e no manifesto desejo de ver prosperar a terra onde elle tem seus interesses pequenos e constituído

sua família, visto que fez as entradas de 250 acções que figuravam como capital realizado, mas cujo tomador não tinha encontrado com um real.

Como nosso redator chefe teve a amarga sorte de ser o ultimo director presidente da empresa, e para que fique bem varrida sua testada em qualquer accusação que possa surgir contra as administrações, elle nos autorisa a declararmos que está prompto a sujeitar o período de sua gestão as mais minuciosas investigações pelos apparatus sociais constituídos, como sejam a policia e a justiça, ou por um tribunal de honra formado pelos representantes das classes conservadoras do município.

Não só o Dr. Arthur Paulo de Souza, como todos os demais membros da comissão de liquidação acceitam a luva que lhes queriam lançar os que julgarem com este direito.”⁴³

Com efeito, podemos fazer assertivas que, de alguma maneira, podem lançar luz sobre o ocorrido. A direção do empreendimento foi, pelo menos na última administração, entregue ao redator de um dos jornais municipais, logo alguém que não tinha experiência ou contatos com a burguesia industrial nascente, para que se lhe pudessem propiciar as condições mínimas de aceitabilidade mercadológica e de acesso aos meios de produção. Também, e este é uma aspecto muito mais técnico que

⁴³ Jornal de Vassouras, Anno I, nº 10, redator Arthur Paulo de Souza Filho, de 08 de Setembro de 1917. p. 2.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

histórico, contudo ainda assim elucidativo, a questão da restituição paga aos sócios acionistas quando da liquidação judicial.

Vemos estabelecidos, no “O Vassourense” de 08 de setembro de 1917, tendo como principais acionistas o Cel. Lourenço Pereira Ribeiro Ribeiro 265 próprias e 5 como tutor de sobrinhos, o Major Plínio R. Franklin, com 227, o Senhor João Julião Manso Sayão, com 25, o Dr. Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, contando com 10 ações, Dr. Arthur Paulo de Souza 23 ações, Cel. Manoel de Souza Jordão, com 14, a Cia industrial de Eletricidade, contribuindo pecuniariamente com 25 e proprietária de mais 25 por conta de serviços prestados a Companhia, o Sr. Edgard de Azevedo, com 60, assim como Cel. Francisco Ravisio Lemos que detinha 40 ações, sem contar um significativo número de pessoas físicas que detinham entre uma e cinco ações.

Feito o rateio, os acionistas foram ressarcidos no valor nominal de suas cotas, subtraídas as custas judiciais envolvidas. Ora, juridicamente, há uma ordem de vocação imposta para o pagamento da dívida da massa falida. Uma vez que houve a liquidação judicial, satisfeita esta ordem, somente depois disso poderá haver o rateio entre os sócios acionistas, do que restar do passivo. Se houve rateio, havia passivo o que nos indica que os próprios diretores reconheciam sua inabilidade administrativa, ao solucionar a crise com a venda do bem.

Também a questão do mal-estar que causou a venda da fábrica, e da má administração, já foi claramente posta. O redator do periódico, ao final de seu artigo, dizendo estar à disposição dos órgãos competentes para quaisquer esclarecimentos, o indica; a Justiça seria, a quem certamente precisou prestar contas, aliás, o único órgão competente para tal. A polícia, também, já que sugere não estar a responsabilidade pelo fracasso devidamente elucidada, possivelmente por falta de interesse, embora não

seja desta a responsabilidade institucional de atuar nestes casos, especificamente, salvo se provado algum crime como o estelionato, ou a apropriação indébita. Finalmente, como uma situação que certamente o escusará de qualquer culpa, busca um terceiro julgamento, de cuja legitimidade ninguém poderá duvidar. A ele dá maior importância que os “socialmente constituídos”. Seria um tribunal de honra, formado pelos representantes das classes conservadoras do município, aquelas que detinham o poder, a influência, mais do que isso, a força.

Em Vassouras, as classes conservadoras, quando não exerciam o poder de direito, pela participação direta, na administração pública, como por exemplo cargos na administração municipal, o faziam de maneira indireta, pela inserção no legislativo e/ou no judiciário. Pela honra julgariam, sendo considerado este julgamento mais relevante que os outros, institucionalizados. Era a tradição julgando o progresso.

Na data de 07 de junho 1917, declarou-se a liquidação judicial Pública da Companhia Têxtil Vassourense, que foi então adquirida em leilão público realizado na capital federal, a 25 de agosto com a venda da fábrica de tecidos pertencente àquela companhia, tendo sido vendido o edifício, a fábrica com todas as maquinarias, os móveis, utensílios e materiais de construção, pela quantia de quarenta contos de reis.

O comprador, Sr. Antônio da Silveira Linhares, conhecido industrial⁴⁴ obrigou-se por escritura pública a manter a mesma natureza do empreendimento, fábrica de tecidos e a tentar compor o quadro funcional por munícipes.

Os representantes da Companhia Fabril Vassourense, sempre integrados pelo Major Plínio R. Franklin, aceitaram a oferta de quarenta contos de réis para evitar que pudesse vir a ser aproveitado o edifício da

⁴⁴ Correio Vassourense anno II, n 11, Diretor Alberto Nóbrega da Silva, de 23/ agosto/ 1971. p. 3.

fábrica para matadouro, charqueada ou cortume, com prejuízo para a salubridade da cidade. As instalações do estabelecimento situavam-se em plena área urbana, próxima à estação ferroviária, uma das mais requintadas formas de transporte no município, não seria apreciável que um estabelecimento desta natureza se fixasse em tal logradouro. Também as dificuldades que o projeto impunha, e a incapacidade em para abarcá-lo, devido à falta de ligações dos diretores com pessoas que os pudesse prover das tecnologias adequadas à formação de máquinas, as decisões equivocadas dos primeiros momentos da administração, foram questões decisivas para a extinção da Companhia Fabril Vassourense.

A despeito do otimismo de muitos, havia quem antevisse o destino da companhia, e de pronto apontasse fatores que causaram seu fim.

“A diretoria incorporadora da Companhia que, ao começo, não nos parecia bem orientada para a execução de obra tão meritória, teve, com a crise ocasionada pela guerra européa, de arcar com os maiores impecílios, os quais, infelizmente não pode julgar ...”⁴⁵

Feita a partilha, subtraídas as custas do processo de liquidação, rateado o ativo, cada um dos sócios acionistas obteve como valor unitário nominativo de suas ações a quantia de 34\$ 516.

O novo comprador retomou o projeto de construção, e com ela, novamente a esperança do progresso ressurgiu. Novas fábricas iniciam sua atividade, como a Companhia de Laticínios Vassourense, em Barão de

⁴⁵ Correio Vassourense, Anno II, nº 11, Diretor Alberto Nóbrega da Silva, de 23 de agosto de 1917. p. 3.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

Vassouras, de Cal de Pedra e de Bebidas, todas na sede do município,⁴⁶ assim como, mais alguns anos, nos distritos de Paulo de Frontin, 6º distrito Municipal, uma grande fábrica de Guarda Chuvas e Chapéus, uma fábrica de fogos de artifício, a maior do gênero da América do Sul, uma grande olaria, próxima a outras de menor monte em Demétrio Ribeiro, uma fábrica de pasta de papel e de papelão comprimido em Aliança, pequenas indústrias de moagem diversas, uma fábrica de macarrão, oficinas de beneficiamento de café e uma fábrica de banha animal em Paracambi.⁴⁷ Sem contar a proximidade com o Frigorífico Anglo, que funcionava onde hoje se estabelece o Município de Mendes, e enviava suas reses para o abate no Matadouro Municipal⁴⁸ e as fábricas do complexo industrial de Pau Grande, nos limites entre o Município de Vassouras e Iguazu.

As razões para a construção da fábrica eram as mais diversas, mas todas apontavam para vantagens que resultariam de seu efetivo funcionamento, dá-las o jornal “O Vassourense”, em sua edição de 12 de janeiro de 1918:

“Dentro de poucos dias entrará a trabalhar a fábrica de tecidos, que teve início pela incorporação da Companhia Fabril, que trouxe mais de uma centena de reis da economia vassourense.

Entretanto pelo resultado que os lavradores vão obter desenvolvendo sua plantações de algodão,

⁴⁶ Correio de Vassouras, Anno III, nº 18, de 03 de novembro de 1917, p. 2.

⁴⁷ Segundo dados contidos no livro: O Governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas Municipalidades durante o ano de 1933-Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói, Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Exemplar nº 0422, 1934, o capital investido nas indústrias ultrapassava a importância de 12 mil contos de réis. p. 436.

⁴⁸ Pelo Decreto nº. 142/32, o prefeito municipal proíbe a passagem de boiadas por ruas da cidade e povoados que não sejam designados pela prefeitura para tal fim, e estabelece o imposto de 500 réis por cabeça para passagem das mesmas pelas ruas designadas.

tornando aproveitáveis áreas extensíssimas de nosso município: pelas vantagens que vão aferir nossos comerciantes pelo movimento que dará a via férrea e pelo trabalho que resultará para a pobreza da cidade, por todos esses motivos e mais outros de outra ordem, não podemos negar o aplauso aos autores da fundação da fábrica, não obstante todos os erros dos administradores anteriores.”⁴⁹

O comprador Sr. Antônio da Silveira Linhares, que compôs toda o maquinário, mesmo com dificuldades, completando a montagem da fábrica em todos os estágios de produção e qualidade de fio, gastou 200\$000.

Conclama o editor do Jornal “Correio de Vassouras” a municipalidade a incentivar a produção de algodão e a pequena lavoura, dizendo que a grande propriedade não serve a uma cidade com o povoamento que possui Vassouras

“A grande propriedade rural fez falência para a agricultura, nesta zona, presta-se apenas para a criação do gado, e certamente em roína de uma cidade, já bem povoada, como a nossa, possuidora de indústria, não há lugar para o gado”.⁵⁰

O ano de 1917 foi de intenso trabalho para o novo proprietário da fábrica de tecido⁵¹. Findou-se a obra do “magnífico edifício”, e aumentou-se o número de teares. Também nos relatam os periódicos que se adquiriu

⁴⁹ O Vassourense, de 12 de janeiro de 1918, p. 03.

⁵⁰ O município, de 12 de janeiro de 1918.

⁵¹ Referência no Correio de Vassouras, nº 11, de 15 de setembro de 1917, p. 2; nº 13, 29 de setembro de 1917, p. 2 e nº 18, 03 de novembro de 1917. p. 2.

um substancial estoque de algodão bruto e se dispunha a comprar todo aquele que aparecesse.

Em maio de 1918, finalmente, a produção seria iniciada, conforme prometido a janeiro do mesmo ano. O esperançoso proprietário tinha a expectativa de fazê-lo por já ter concluído todas as instalações físicas da fábrica, sem contudo ter construído quaisquer aparatos de dominação, como vilas operárias, escolas ou clubes, farmácias, igrejas. Acreditamos que, assim foi devido à proximidade com a sede municipal, onde se dispunha de casas, igrejas, farmácias, além da evidente e inegável falta de capital para a construção dos implementos, e da falta de interesse e possibilidade da municipalidade em compor ou colaborar com a composição de tais instrumentos.

Mesmo assim, a figura do empregador é indicada como a de um trabalhador interessado apenas no bem estar da municipalidade e de seus empregados, fazedor dos maiores sacrifícios em nome deles, provedor do sustento de famílias, ele, e não os operários.

“Ha dias fizemos uma vista a fabrica de Tecidos e dessa visita colhemos a melhor impressão possível. Já estão prontas a funcionar diversas máchinas e breve este estabelecimento sobre o qual repousam as mais gratas esperanças, virá dar á Vassouras a vida que tanto necessita. Quando o apito dessa possante machina, ao amanhecer do dia chamar os operários para a oração que mais dignifica o homem – o santo sacrificio do trabalho – esse apito ha de repercutir na alma do vassourense como um hymno sonorissimo, mensageiro da alegria, da paz e do confronto.

O Sr. Linhares, proprietário da fábrica, apesar de ter encontrado algumas dificuldades para levar avante seu desejo, já tem em parte vencido os obstáculos e está esperançado de fazê-la em breves dias trabalhar.

E justamente na quadra mais difícil por que tem atravessado o País que essa fábrica está se montando, quando os artigos são escassos e caros: mas nada se sem sacrifício para nós ...”⁵²

Os sacrifícios acima mencionados referem-se à falta de oficiais, vale dizer, pessoas que se dispusessem a ensinar o ofício da tecelagem aos trabalhadores da fábrica; à dificuldade na compra de máquinas têxteis, que, devido à guerra, não entram no país e à fabricação de maquinário nacional, já iniciado em algumas metalúrgicas nacionais, sob encomenda de fábricas de maior porte, como a “Brasil Industrial” que tinham um custo muito alto. A isso deve somar-se o incêndio na estrada de ferro, no qual perderam-se diversos artigos indispensáveis.

Vencidas essas dificuldades, em agosto de 1918 a fábrica de tecidos já se encontra em funcionamento, contudo os empregados não a procuravam.

“Se acha funcionando regularmente a fábrica de tecidos desta cidade: mas infelizmente, apesar de haver tanta gente sem serviço nesta cidade, tem o proprietário deste estabelecimento encontrado dificuldade em obter operários.

E de extranhar isso.

⁵² O município nº 15, de 15 de agosto de 1918, p. 2.

Elle por certo não poderá fazer grandes ordenados a quem vae aprender ainda o serviço, mas por pouco que pague, para quem não tem nada muitas vezes a fazer, sempre será melhor que ficar parado, pois terá vantagens futuramente.»⁵³

O operário humilde, assim como grande parte dos cidadãos de Vassouras, se desencantou com a fábrica, que durante todos aqueles 5 anos acenou com a indústria, símbolo da modernidade de do renascimento de Vassouras, e não o fez nascer. Cansado de ver o projeto emperrado, não mais acreditando nele, receoso de aventurar-se em uma empreitada nova, estava recalcitrante em apoiar novamente o projeto, deixando a segurança de suas atividades já tradicionais.

Em 1920, iniciou, na fábrica de tecidos de Vassouras, a Companhia Têxtil São Luiz, de forma efetiva, suas atividades têxteis, adquirida que foi pelos senhores Galeno Gomes, Octávio Gomes e Maximiliano Gomes, os quais a administraram durante todo o período temporal por nós estabelecido.

Prolongados e penosos foram os sete anos de espera, tentativa, erros e desilusões, para que o anunciado paradigma do progresso, a fábrica de tecidos, finalmente se firmasse como uma das indústrias de Vassouras.

Ainda assim, e talvez por isso mesmo a municipalidade estabeleceu, como norma prescrita na legislação, relação tributária para o recolhimento de impostos e taxas. O valor a ser pago para a expedição de Alvará de funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais, fixando, segundo a Resolução nº. 11 de 08 de julho de 1924, sancionada pelo Prefeito municipal Sr. Sylvio Ferreira Rangel é de 300\$000 contos.

⁵³ O município nº 15, de 15 de agosto de 1918, p. 3.

Sabemos, pelo Decreto nº. de 03 de junho de 1931, expedido pelo Coronel Joaquim Ribeiro de Avellar, então Prefeito Provisório do Município de Vassouras, que, desde 29 de agosto de 1931, por deliberação da Câmara Municipal de Vassouras, teve a Sociedade Anônima Companhia Industrial São Luiz dispensa de pagamentos de todas as taxas e impostos municipais.

Isso nos fornece provas cabais de que a administração pública municipal tentou, segundo os meios de que podia dispor, minorar a crise que era visto, nos parece, como um fantasma recorrente em nossa experiência industrial têxtil.

Durante os anos da administração dos Gomes, no período compreendido de 1920 à 1972, a fábrica teve sua produção modesta mas constante.

O consumo de algodão girava entre 120.000 à 200.000 quilos anuais. Contava a fábrica com uma setor de fiação, e tecelagem, dispondo de 4.400 fusos para 144 teares, um tanque de alvejamento e tinturaria, abastecidos com poço artesiano, dentro da própria companhia. Fabricava tecidos de algodão com gramatura média, como brins, zefires, morins e tecidos crus, e primava pelo bom acabamento. A produção anual no período temporal por nós estabelecido, girava entre 1.500.000 à 2.000.000 de metros, tendo como principal mercado consumidor a capital Federal. Há informações recorrentes, nas entrevistas dadas, de que não houve aquisição de maquinário novo, salvo quando da incorporação da unidade têxtil à Fábrica de Tecido Dona Isabel, sediada em Petrópolis.

CAPÍTULO II

“APELO AD VERECUNDIAM”*

“Os membros da coletividade devem, portanto, pôr-se de acordo entre si, discutir entre si. Devem, através da discussão realizar a fusão das almas e das vontades. Os elementos parcelares de verdade, que cada um pode ter, devem sintetizar-se na verdade complexa e ser a expressão integral da razão. Para que isso aconteça, para que a discussão seja exaustiva e sincera, é necessária a máxima tolerância. Todos devem estar convencidos que essa é a verdade e que, portanto, se deve absolutamente pô-la em prática. No momento da ação todos devem estar de acordo e solidários, porque no decorrer da discussão foi-se formando um acordo tácito, e todos se tornaram responsáveis pelo insucesso. Só se pode ser intransigente na ação se durante a discussão se foi tolerante: se os mais preparados ajudaram os menos preparados a acolher a verdade, se as experiências individuais foram postas em comum, se todos os aspectos do problema foram examinados e não se criou qualquer ilusão”.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
Antônio Gramsci. Artigo Publicado em 17 de
dezembro de 1917. Il Grido del popolo.

O Direito do Trabalho tem sido diversamente denominado: direito operário, industrial, corporativo, sindical, econômico, profissional, social, ou então legislação industrial, operária, social, trabalhista, do trabalho, social-trabalhista.⁵⁴ Distingue-se por ser um ramo do direito relativamente recente. Pode-se fazer tal afirmação, se vista sua função como a forma do Estado de intervir nas relações intersubjetivas ou inter-humanas entre o capital e o trabalho.

As primeiras tentativas de estabelecimento de regras de conduta diferenciada entre empregados e empregadores deu-se, por mais surpreendente que seja, em relação ao trabalho do menor. Referimo-nos aos disposto como paradoxal, posto ser esse problema social, diríamos mais, essa vexatória e inadmissível mancha e agressão ao que julgamos o primeiro dos direitos da criança que é o de justamente sê-lo, ainda hoje violado com estampa nas laudas dos jornais de repetidas denúncias de ocorrência.

Tratava-se do decreto de nº. 1.313, de 17 de Janeiro de 1891, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e por Cesario Alvim. A norma de conduta estabelecia condições de jornada de trabalho, de higiene e salubridade para o trabalho do menor, vedando o exercício de tarefas insalubres, perigosas ou penosas, para evitar que:

“... com prejuízo próprio e da prosperidade futura
da pátria, sejam sacrificadas milhares de creanças.”⁵⁵

* Em Direito, quando pretendemos traçar um argumento que apela para o respeito em que é tido um Autor, ou corrente de Autores reconhecidos, utilizamos a expressão que dá título ao capítulo. Tentamos expor a falaciosa construção da paternidade da legislação de Vargas, pela indicação da legislação anterior a ela.

⁵⁴ Evaristo de Moraes Filho, Introdução ao Direito do Trabalho, I. For. ed. Rio, 1956.

⁵⁵ Documentos Parlamentares Legislação Social, 1º Volume, p. 63.

Impunha ao infrator severas punições, corporificadas em penas pecuniárias, e obrigava a fiscalização a um inspetor geral subordinado ao Ministério do Interior, que deveria apresentar anualmente relatório das unidades que se punham sob sua responsabilidade.

Estabelecia como limite mínimo para o trabalho fabril a idade de 12 anos, contudo, em fábricas de tecidos, a título de aprendizado, poder-se-ia admitir menores com, pelo menos oito anos completos, desde que trabalhassem em atividades têxteis.

Embora publicado em diário oficial, dando aos industriais seis meses de prazo para a adaptação de seus estabelecimentos, o governo provisório nunca os fez vigor plenamente.

Entendemos esta como a primeira medida institucional de cunho social, por se observarmos seu caráter universalizador. Ora, as leis anteriores versavam especificamente sobre determinados serviços ou trabalhos, sem contudo ter a abrangência imposta pela presente lei.

Anteriormente a isso, observamos que a manifestação desse caráter de larga abrangência se encontra estabelecido no proposto pela Constituição de 1891, que no artigo 72, parágrafo 24, deixa “livre” o exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial.

Essa liberdade impunha às relações entre empregados e empregadores um tratamento igual aos contratos de cunho civil. Diz-nos Evaristo de Moraes, em uma observação pertinente, que a ficção jurídica de que as partes que tenham liberdade para contratar é, nos casos do direito do trabalho, uma ficção ainda mais presente e real.

“A burla do trabalho livre, unida à desenfreada concorrência industrial, criou, para o operário

moderno, situações novas de desespero e de sofrimento, despertou nele ânsias tremendas, levantou problemas cada vez mais pungentes, e que, por toda a parte, reclamam solução pronta. O espetáculo dessa luta de classes é muito do nosso tempo, não lhe encontraram similar em outra época da vida coletiva do homem: resulta dessa famosa expansão fabril e manufaturaria, ... e que, no entretanto, exige do trabalhador o supremo sacrifício de seu último esforço ... para dar-lhe em troca o direito de viver mal – apenas viver, mantido pelo salário mínimo.”⁵⁶

Com efeito, como tratar como iguais aqueles que são diametralmente diferentes. O capitalista, dono dos meios de produção, contrata conforme suas necessidades trabalhadores com habilidades específicas para a produção e o empregado aceita ou não as condições firmadas no contrato. Se isso é fato hoje, com a existência de normas de conduta institucionalizadas que estabelecem limites à liberdade de contratar, nas primeiras três décadas da República, quando essas leis não existiam ou, quando a matéria legal não possibilitava seu cumprimento, isso era uma verdade absoluta.

Os postulados do liberalismo eram marcados por liberdade entre as partes, não cabendo ao Estado qualquer tipo de intervenção, salvo para garantir o cumprimento do que foi acordado. Quando isso ocorria, nas raras vezes que um operário ou um conjunto deles o acionava, cabia ao Estado, dada a prestação jurisdicional, fazê-la cumprir.

⁵⁶ Moraes, Evaristo de Apontamentos de Direito Operário LT, São Paulo, 1971.

Essa é a preocupação que vemos no projeto de Medeiros de Albuquerque, representante de Pernambuco que em sessão de 03 de Setembro de 1904, sobe a tribuna para propor uma legislação que viesse a refutar o espírito que operava na lei.

As normas do Direito Romano, no qual o direito civil se norteia, tem como característica precípua a individualidade. Muito pouco ou quase nada nele se refere às questões coletivas, quando muito remete-as aos dispositivos elencados pelo direito comercial.

Eram adotadas na época, primeiras décadas da república, duas teorias que justificavam as decisões dos magistrados e formavam jurisprudência sobre os acidentes de trabalho. Uma, com forte influência na experiência francesa, essa com leituras do direito penal italiano, tinha como fulcro a responsabilidade delitual, baseando-se em que o empregador ou seus prepostos, por falta de cuidados e atenção, não faziam a devida manutenção nas máquinas, causando então os acidentes. Além disso, se entendia que o empregador deveria atentar para a idade, experiência e habilidade do empregado antes de atribuir-lhe esta ou aquela tarefa. Assim, na prestação jurisdicional, a pedido do autor, concomitantemente a se pensar na indenização, deveria o mesmo buscar a reparação do dano.

Outra era a teoria da responsabilidade contratual, devendo o empregador garantir a seguridade do empregado, devendo ele ser mantido “conforme lhe foi entregue” (tese de Sainctellete e Suzet)⁵⁷. A não ocorrência disso geraria ao empregador a exigibilidade de reparação de dano. Considera um fato material, objetivo, – o de ter causado prejuízo a outrem por uma coisa inanimada – e declara o proprietário dessa coisa responsável de pleno direito, ex-lege, pelo dano causado pelo bem de sua

⁵⁷ Dois juriscinsultos o primeiro francês e o segundo alemão. Ambos, em seus países, respectivamente, defendiam o tese do dano emergente. Ressaltamos que, naqueles países, bem como na Inglaterra, a busca por um conjunto legal sobre as relações entre empregador e empregado já era uma ocorrência comum desde antes da virada do século XX.

propriedade. Seria uma adaptação do Direito Civil, em seu artigo 1.384. Esta foi, sem dúvida, a mais amplamente aceita na doutrina e na jurisprudência.

Tratava pois de retirar da esfera, onde se encontraram dispostos, os artigos referentes a perdas e danos e o ônus da prova era do empregado. O autor do projeto supra-mencionado já denunciava as impossibilidades práticas de se efetuarem tais procedimentos judiciais, como a dificuldade de constituição de advogado por parte do litigante operário, e a burla de acordos judicialmente firmados entre industriais, mesmo que ruinosos.⁵⁸ Pretendia o Projeto Medeiros de Albuquerque que houvesse uma inversão processual, impondo o ônus da prova ao acusado e causando uma modificação no direito substantivo, pela presunção da culpa, e não da inocência.

Contudo, assumiram os membros da Câmara que essa teoria não poderia prevalecer, aceitando assim a teoria do risco profissional, que impunha ao empregador a exigibilidade de pagamento de indenização comprovado o sinistro, no local, e, dependendo da natureza do trabalho prestado, de uma indenização por perdas, que atingiam no máximo a quatro anos de salário, em caso de morte do operário, que tivesse mulher e filhos menores de 16 anos, mais as despesas fúnebres, até o teto de cem mil reis.⁵⁹

Por quatro anos, vagou o projeto de lei pela Câmara, sem que tivesse sido devidamente apreciado pelos parlamentares, sendo retomado em 1908, por Graccho Cardoso, por indicação de um dos editores do Paiz, sugerindo a necessidade do estabelecimento de legislação referente a acidentes de trabalho.

Este novo projeto baseava-se na premissa de que competia ao Estado garantir minimamente as condições de manutenção da sobrevivência de

⁵⁸ Documentos Parlamentares, Legislação social 1º Volume p. 5.

⁵⁹ Op. cit. p. 10.

famílias desamparadas pelo falecimento de operários, entendendo ser esse um dos seus deveres, não se ferindo, no entanto, as liberdades individuais de quem quer que fosse. Isso significava não-ingerência pública nos contratos de trabalho firmados entre empregado e empregador, nem inclusão de qualquer questão que pudesse dirimir a liberdade de contratar entre as partes.

Em outubro de 1908, Wenceslau Escobar reforça a necessidade da legislação dispondo sobre a urgência da reparação do dano ao operário, alegando ser esta uma prática já comum nos Sistemas Mutuais, na França, os Trade Unions⁶⁰, na Inglaterra ou o Sistema de Seguros, na Alemanha.

Cita os projetos de seguridade operária instituídos na França, em 1883, por Felix Faure, o da Inglaterra, datado de 1802, o da Suíça, de 1873 e o de Bismarck, apresentado no Reichstag, em 1881. O Projeto alemão estabelecia, diferentemente dos outros, o seguro Estatal. Elencou também as experiências italianas de 1886 e a da Áustria-Hungria, além da Norte Americana. Na exposição de motivos, declara que tais projetos não poderiam ser aplicados no Brasil, já que a indústria de seguros não era largamente difundida no país; e o Estado teria dificuldade em impor proteção apenas a uma classe, pela criação de um seguro obrigatório estatal previsto apenas às classes operárias urbanas, dando direitos a exigí-las, também as que obrassem na “indústria agrícola”. Assim, impõe a responsabilidade legal, pelo dano sofrido, às empresas que fizessem usos de motores mecânicos.

⁶⁰ “A união trabalhista de artesãos ou trabalhadores em artes relacionadas, distintos de trabalhadores gerais, ou uma união incluindo todos os trabalhadores de uma indústria.” Random House Webster’s Unabridged Dictionary – Second Edition. Random House Inc. NY, U.S.A., 1997. Há de se fazer uma distinção entre o Trade Union e o Labor Union sendo este uma organização de empregados assalariados, onde se podia negociar coletivamente com o empregador, questão de toda a natureza, tanto pecuniária, como as que se referissem à força e condições de trabalho; logo existe uma premissa de que, nessa situação, haja um nível de conscientização coletiva das questões recorrentes a conflitos entre capital e trabalho. Webster’s New International Dictionary of the English Language – Second Edition – Unabridged. Vol. I and II GeC Merriam Company, Publishers. Springfield, Mass., U.S.A., 1955.

Na década de 10, vários projetos referentes a Direitos e relações entre empregador e empregado foram elaborados, tal situação foi observada em muitos países das Américas. Podemos indicar entre eles os esforços legislativos do Canadá, dos Estados Unidos da América do Norte, e da Argentina, países em fase de desenvolvimento industrial.

Finalmente, como uma possibilidade de efetivo cumprimento de seus dispostos, de 25 de junho de 1915, o Senador Paulista Adolpho Gordo, consegue aprovar, em dezembro do mesmo ano um projeto que regula a indenização do dano sofrido pelo empregado, a estabelece como compulsória, e do empregador, indicando como requerentes apenas os trabalhadores, ou na ausência desse, seus herdeiros menores e viúva.

O direito cabia àqueles que percebessem menos que 2:\$400 reis anualmente. Estabelecia um teto máximo de 60% do salário anual da vítima fatal, entregue a sua viúva. Tratava a lei de estabelecer limites que, paulatinamente diminuem, ou, em alguns, casos fazem cessar o dever de reparação do dano ao empregador.

Novamente, em 1917, a Câmara dos Deputados fervilhava em projetos referentes ao Direito Operário. Contudo já não bastava estabelecer normas para acidentes de trabalho, outras providências deveriam ser tomadas. Foram então firmadas as primeiras tentativas da consolidação dos dispositivos legais existentes para que, a partir deles, se formasse um Código do Trabalho. O projeto recebeu o nº 284, tendo sido enviado à votação a 17 de maio. Pretendia coordenar disposições de sete projetos apresentados naquele ano por Maurício Paiva de Lacerda, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro e de outros quatro parlamentares.⁶¹

⁶¹ Os Projetos coordenados eram os 101, 119, 125, 135, 136 e 137 de 1917, de Aatoria do Dep. Maurício P. de Lacerda, em substitutivo ao Projeto nº 4 A, de 1912, do Dep. João Pernetta, dos Projetos ns. 169/14 do ex-Deputado Medeiros e Albuquerque e nº 273/08 do ex-Deputado Graccho Cardoso.

Houve quem acusasse o projeto de ter sido elaborado e encaminhado sob a égide de uma greve da Cantareira, em Niterói.⁶²

Tratava-se de um projeto mais abrangente, que disciplinava a função, direitos e deveres de empregador e empregado, questões sobre o contrato de trabalho, horas e horário de trabalho, trabalho da mulher, do menor, trabalho noturno, hora extra, acidentes de trabalho e a reparação do dano dele recorrente, órgãos fiscalizadores e conciliadores das questões entre capital e trabalho, a criação do Patronato de Trabalho, um órgão sob a direção do Ministério da Agricultura, que serviria de órgão consultivo e fiscalizador do cumprimento das disposições legais. O Código compunha-se de 107 artigos, divididos em VI Títulos. A comissão de Justiça, composta por Maximiano de Figueiredo⁶³, Mello Franco, Passos de Miranda Filho, Gonçalves Maia e José Gonçalves, estes dois últimos com restrições, especialmente o Título III, referente ao horário de trabalho, o encaminhou ao congresso. Foi levado à discussão plenária em outubro do mesmo ano.

Os debates em torno do projeto foram muitos e todos acalorados.

Dizia-se tentar estabelecer uma legislação que resolvesse os conflitos entre capital e trabalho.⁶⁴

Podemos afirmar que existia um grande grupo de opositores à proposta do Deputado Maurício Paiva de Lacerda. Grupos a diziam inconstitucional, quando feria disposição da “liberdade profissional” gravada no artigo 76 da Carta Magna.

⁶² No livro Rio de Janeiro Operário. Natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de Classe, página 38, se acham relacionadas em uma tabela as manifestações grevistas no ano de 1917, não pudemos encontrar referência a este evento particularmente.

⁶³ Informa-nos Angela de Castro Gomes (1979) que o deputado foi convidado a comparecer a uma reunião no Centro Industrial Brasileira (CIB), para que o presidente tivesse conhecimento das posições daquele órgão associativo. Tem também nos Documentos Parlamentares Legislação Social, 1º Volume, há referências ao convite feito pelo centro aquele parlamentar.

⁶⁴ Compunha-se pelos Srs. Cunha Machado, Presidente, Maximiano Figueiredo, Relator, Passos de Miranda Filho, Gonçalves Maia e José Gonçalves. Estes dois últimos apresentaram restrições, especialmente ao capítulo III, que versava sobre o horário de trabalho.

Entre os mais intransigentes neste ponto estavam Borges de Medeiros e Passos de Miranda, tomando o ultimo a tribuna nos primeiros momentos de apreciação do Congresso pela Lei e diz que:

“... fiz uma leitura rápida do projeto, mas os defeitos se apresentam tão salientes, que não foi necessário grande meditação para descobri-los e trazel-os com interesse que ele deve despertar em todos nós.”⁶⁵

Tais defeitos, comuns aos argumentos da maioria dos legisladores que tentaram impedir o andamento da lei, eram, segundo o deputado a maior dificuldade em estabelecer uma legislação de abrangência geral, que se prestasse às necessidades das indústrias de todo o país, e o cerceamento à liberdade de contratar, uma vez que se estabelecia um limite mínimo às horas de trabalho. Esta matéria deveria ser firmada por jurisprudência, com a revogação “tácita” dos artigos do Código Civil que dispunham sobre o pátrio poder e sobre o poder marital, o “jacobinismo inverso”, uma vez que facultava maiores vantagens ao operariado estrangeiro que ao nacional. O Deputado por Minas Gerais, Sr. Augusto Lima defendia que a indústria não precisa de leis para dar o que considera seu “dever moral”, entendido aqui como as formas de proteção ao trabalhador.

Houve quem defendesse esse pressuposto, não em bloco, entendendo que o mais prudente seria uma reflexão mais profunda sobre os acidentes de trabalho, como o Deputado Bento de Miranda, representante do Pará que não foi favorável à adoção de um código.

⁶⁵ Documentos Parlamentais Legislação Social, 1º Volume, 1919. p. 140.

Esse deputado opinou ser uma questão menor tratar de assuntos de alçada contratual. Disse ser necessário que o Estado promovesse condições materiais para que a lei se cumprisse, julgando ser sua possibilidade seria condição fundamental, antes de instituir dispositivo legal. Parece-nos julgar que antes da lei, o Estado devia dar sua contrapartida na questão social. No decorrer dos debates, foi-se tornando mais simpático à adoção do Código do Trabalho.⁶⁶

Maurício Paiva de Lacerda, com fito de acelerar a votação, já de muitas formas proteladas pelas mesmas questões, se abstém de qualquer apreciação ao projeto, facultando-lhe a possibilidade regimental de discussão em terceira votação. Segundo entendemos, essa tentativa de celeridade de nada adiantou. As questões que protelavam a efetivação do “Código do Trabalho”, permaneciam as mesmas. Os argumentos de que a carga horária imposta pela lei era incoerente com a realidade da mão de obra nacional, já habituada a horários de trabalho mais extensos e da escassez de mão de obra habilitada, ao contrário da experiência européia, onde se tentava estabelecer um horário de trabalho de 08 horas diárias, eram recorrentes. Também o calor dos trópicos que, tornando o dia claro por mais tempo permitia ao trabalhador a “facilidade” de impor-se carga mais extensa. Quanto ao trabalho da mulher e do menor, as preocupações se realizavam, no âmbito do pátrio-poder. A busca era pela educação do menor, que estando na fábrica não se entregaria ao ócio e aos maus costumes. Alegava-se ser a concessão de férias aos trabalhadores da indústria desnecessária, posto que o ofício por eles exercidos não demandava esforço mental, logo não havia indicação da necessidade de descanso. Além da sempre combatida, intervenção na liberdade de contratar.

⁶⁶ Op. cit. 176 a 201.

Em 02 de agosto o próprio autor do projeto denunciou não haver colaboração, somente protelava-se a decisão, e os líderes não garantiam o quorum mínimo para a apreciação do projeto, mesmo que nos discursos apregoassem a necessidade da legislação social, que quer por questões de produção, quer por motivos humanitários, quer pela justa, assim julgamos, prerrogativa da cidadania operária, não utilizam o direito legal de sanar o mal por todos apontado.⁶⁷

Diante disso, buscando argumentos que se baseavam no cataclisma que se abateu nos países europeus, onde a doutrina jurídica e os preceitos do direito operário eram estabelecidos, julgou, Prudente de Moares, mais adequado apresentar, em 02 agosto de 1918, um substitutivo denominado Lei Operária e de Acidentes de Trabalho, não mais que um código, em muitos aspectos transigindo nas questões de difícil aprovação do projeto anterior.

Essa sofreu ainda mais críticas que o projeto original. Por parte de dois “republicanos sul-riograndenses”, o Sr. Carlos Penafiel declara que o substitutivo nada mais era que uma manobra legislativa, uma troca de nomes, uma afronta as tradições republicanas pela quebra de uma das liberdades constitucionais. Reforçando os princípios liberais, da não interferência, em pronunciamento de 26 de setembro declara;

“A questão do trabalho está ligada à de todas as outras liberdades e garantias constitucionais. Os phenomenos sociais ligam-se, se penetram. Não se separa uma liberdade das demais sinão para dissocial-as imprudentemente, tornando-as, uma após outra,

⁶⁷ Op. cit. p. 425.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
mais facilmente vulneráveis. ... A razão profunda de
uma liberdade está em todas as liberdades.”⁶⁸

Assim como ele, muitos julgavam a lei intempestiva, já que a situação do operariado brasileiro estava longe da situação caótica, diziam os congressistas que defendiam esta corrente, do velho continente.

Outra linha de argumentos baseava-se na idéia de que o papel do legislador era o de estabelecer a regra, firmá-la e não de legislar sobre a exceção. Novamente apoiavam-se nos dispositivos do artigo 1.216 e seguintes do Código Civil de 1915⁶⁹.

Houve ainda quem julgasse serem as greves resultado direto da época de turbulência política vivida na Europa, com a guerra, causadora da carestia, dos acontecimentos na Rússia, da inquietude dos espíritos nos tempos modernos, não de reivindicações legítimas. Os que assim faziam pareciam ignorar as seguidas greves no setor têxtil, onde se concentram nossas pesquisas, ocorridas nos anos em que se encaminhava a votação do projeto. Sobre as greves ocorridas na Companhia América Fabril, nos anos de 1917, 1918 e 1919, fala-nos Weid que:

“As principais reivindicações dos grevistas se referiam a aumento salarial, redução da jornada de trabalho para oito horas e a regulamentação do trabalho da mulher e do menor. O acordo firmado em

⁶⁸ Op. cit. p. 485.

⁶⁹ Eis o artigo, seguido do comentário:” art. 1.216 – Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.

Comm.- a locação de serviços é contrato synallagmatico (vínculo bilateral recíproco), em virtude do qual uma parte (locador) obriga-se a prestar á outra (obrigação de fazer) certos serviços, que a outra (locatário) obriga-se a remunerar (obrigação de dar). Podem ser objeto de locação os serviços de qualquer natureza, desde que sejam lícitos, materiais ou imateriais, abolida a valha e inconcebível distincção entre serviços *nobres*, como os das profissões liberais, e os serviços de criados, trabalhadores rurais, etc. Perante a lei todos os serviços são eguaes, como eguaes os direitos individuais. Código Civil Annotado pelo Dr. João Luiz Alves, 1917. p. 833.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

1919 pelo recém criado Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão e a União dos Operários em Fábrica de Tecidos estipulou 56 horas de trabalhos semanais ... A Companhia América Fabril ignorou complementemente o acordo até 1920 ...”⁷⁰

Ponderava um grupo que o projeto original era mais beneficiador ao operariado que o substitutivo, mas que em ambos havia um vício, não se ouvira o proletariado, e seus interesses não eram atendidos. Deputados e Senadores julgavam que a lei operária servia mais ao patrão que ao empregado, sendo esta uma característica das leis trabalhistas em geral. Ao fazermos uma análise dos projetos, tanto do primeiro quanto do substitutivo, em especial deste, o que podemos ver é a manutenção de preceitos dispostos nos contratos civis, notadamente os artigos referentes a locação de serviços, posto que, a Comissão de Justiça se compunha de juristas que auxiliaram nos trabalhos de sua concepção e feitura, seria lógico que aproximassem os trabalhos de forma a prevalecer os dispostos naquele codex. Além disso há, no final do Livro “Legislação Social”, uma publicação feita por ordem da Câmara dos Deputados, na sessão de Anexos, uma entrevista com o Sr. Jorge Street, um dos mais representativos industriais do setor têxtil, e presidente do Centro Industrial do Brasil.

O radicalismo liberal, que rejeitou vigorosamente todas as incursões que visavam retificar o estatuto de sua ordem. No entanto ao intervir nas formas de produção e no mercado do café, nas formas de organização operária, na questão relativa à inclusão na cidadania, tanto do imigrante, como no que se refere as direitos básicos como o sufrágio, para os nacionais, no câmbio, todas essas são indicações pontuais de que os

⁷⁰ Weid, E. Von der e Bastos, Ana M. R. Op. cit. p. 188.

limites que cercavam a liberdade eram flexíveis, quando se tratavam de interesses das elites dominantes.

Julgamos que se deve ponderar sobre o que de fato importa quando se fala de domínio econômico-social de um segmento social como não sendo tão somente sua efetiva participação no poder, mas também na preocupação estatal em “resolver os problemas” que ela possa vir a enfrentar.⁷¹

O projeto é retirado da ordem do dia e finalmente é vetado.

Durante a década de 20, novamente retornaram à baila as discussões sobre os direitos do operariado, para que se regulamentasse o que foi objeto de acordo com a maioria das categorias na greve de 1918, e reforçados pelo fato de o Brasil ter sido signatário no Tratado de Versalhes, em 1919, fez com que se aprovasse uma Lei de acidentes de trabalho, nº. 3.724, de 15 de janeiro daquele ano, regulamentada por Delfim Moreira em Decreto de março.

Neste processo legislativo, atribuímos a celeridade ao forte impacto das greves de 1918, que tinha como reivindicação recorrente a formação de um tipo de seguro para os trabalhadores acidentados. Na prática os empresários faziam seguros com indústrias controladas por associações de classes patronais. No setor têxtil figurava como a mais freqüente a Sociedade de Seguros Operários em Fábricas de Tecido.

Uma nova tentativa de se estabelecer um Código do Trabalho se deu em 1923. Mais uma vez, a questão foi posta como prematura, em se levando em conta a multiplicidade e diversidade regional, e o caráter nacional que se dava ao projeto.

⁷¹ Angela de Castro Gomes, em seu livro *Burguesia e Trabalho – Política Social no Brasil*, traça o perfil do “Poder de veto” da burguesia industrial, conceito este, esclarece a Autora, firmado por Wanderlei Guilherme dos Santos. p. 307 a 309.

Os principais questionamentos se mantinham em relação às questões levantadas para o primeiro projeto do código do trabalho. Opunham-se à implantação de um horário de 8 horas, mesmo sendo tal ponto uma conquista de trabalhadores por meio das greves, diziam ser a concessão de férias anuais, por um período de 15 dias, um ônus que causaria prejuízos severos, à redução da carga horária de trabalho de menores e ao estabelecimento de idade mínima de 14 anos para o início da profissionalização. Este último aspecto foi menos combatido, em especial pelo fato de já terem as indústrias têxteis acordado sobre o disposto na ocasião das greves de 1919.

A Companhia Têxtil São Luiz, ao iniciar a gestão dos Gomes⁷², em 1920, já introduziu o horário de trabalho de 8 horas diárias.

Apenas se regulamentou a função do Departamento Nacional do Trabalho, que foi proposta de Maurício Paiva de Lacerda, aprovada em 1917, e que tinha poderes de fiscalização e de arbitramento o que, juntamente com a inexistência da legislação social, que se deveria fazer cumprir, desencadeou uma séria inoperância naquele órgão. Efetivamente, tal Departamento somente começaria a funcionar depois de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Contudo, o princípio do contratualismo individualista dava inequívocos sinais de sua extinção, muito embora somente pela emenda à Constituição de 1891, levada a efeito em 1926, possamos afirmar ter derrocado este regime jurídico contratual. Surgia, então, já um negociador coletivo, um contraente com algum poder de barganha: o sindicato. Antes, pela legislação civil, cada trabalhador era obrigado a firmar individualmente o contrato de trabalho.

⁷² Os Gomes assumiram a direção da Sociedade Anônima Companhia Têxtil São Luiz em 1920. Eram três irmãos: Octávio, Maximiano e Galeno Gomes, sendo que o primeiro foi quem efetivamente administrou a fábrica durante o período proposto.

Voltando à Lei 3.724, essa impunha ao patrão o pagamento de seguro em caso de acidentes de trabalho, por ela estabelecidos. Faculta ao empregador a aferição de seguro, embora, na exposição de motivos, indique que essa seria a solução mais sábia. Na Comissão que a elaborou, participaram o Dr. Andrade Bezerra, Deputado Federal, um representante da Diretoria de Indústria e Comércio do Ministério da Agricultura, um diretor do Serviço de Povoamento e o Diretor do Departamento do Trabalho do Estado de São Paulo. Contudo, somente em 1925, dois anos após sua criação, o Conselho Nacional do Trabalho se encarregou de fazer cumprir esta lei e de fiscalizar a implementação da carga horária de 8 horas diárias, descanso semanal e a lei de férias, corporificada pelo Decreto nº 4.982 de 24 de dezembro. A regulamentação da Lei, somente ocorreu em outubro de 26, depois de recorrentes manobras do setor industrial, garantiram-se apenas aos trabalhadores do comércio férias de 15 dias úteis, de caráter obrigatório. No que se refere a indústria, conseguiu-se protelar até 1929 a decisão de férias.

Outro aspecto da legislação proposta no período é a lei do trabalho do menor. Pelo projeto de 17, a idade mínima imposta ao aprendiz era a de 10 anos, sendo considerado apto para o trabalho normal aos 14 anos de idade. Tentou-se estabelecer, pelo decreto nº 5.083, de 01 de dezembro o limite de jornada para 6 horas diárias, o início das atividades aos 14 anos e a maioridade aos 18. Atuou, principalmente, Manoel Vilaboim, representante do PRP, e líder da maioria, que, desde o projeto de 17, representou os interesses dos industriais de São Paulo, mais uma vez, com o apoio de Jorge Street e de Francisco Matarazzo, líderes da Indústria Nacional e representantes do setor têxtil, segmento que certamente perderia muito com a exclusão da mão de obra infantil.

Não havendo, pelo menos na prática, um órgão de fiscalização dos direitos sociais, couberam ao Juizado de Menores, que se manteve neste período, sucessivos problemas com o empresariado.⁷³

É, também, relevante falar-se do projeto das caixas de seguro, que estabeleciam dever de se prover os trabalhadores de assistência médico-farmacêutica. Alegavam os empresários que as empresas já ofereciam o direito aos empregados pela intervenção compulsória. O projeto importava ao empregado uma contraprestação, um ônus que esse não tinha. Passam-se os anos e não antes de 1930 o projeto seria retomado.

No que tange especificamente ao Estado do Rio de Janeiro, Eulália Maria L. Lobo⁷⁴, nos informa que na década de 20 a imprensa operária cobrava do patronato e do Estado medidas mais efetivas no cumprimento de acordos e da legislação então existente.

Pode-se afirmar que o intervencionismo do Estado nas relações entre empregado e empregador foi delineado a partir da reforma constitucional de 1926. Os conflitos entre o capital e trabalho, presentes com intensidade nos primeiros anos da década, já não podiam mais ser vistos como assunto de alçada privada. O estabelecimento de normas redundava em uma questão de ordem prática, uma questão de segurança pública.

Não havia, por parte do empresariado, uma aceitação da introdução de direitos novos, só se podia manter o que efetivamente já se caracterizava como práxis. O discurso do empresariado se firmava em garantia da harmonia social. Na verdade, o que se objetivava era garantir que não houvesse ingerências na forma de acumulação de capital, pela inserção de encargos que o empresário se veria obrigado a assumir,

⁷³ Gomes Angela de Castro Burguesia e trabalho Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. p. 183.

⁷⁴ Lobo, Eulália Maria L. Rio de Janeiro Operário. Natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de Vida e consciência de Classe, p. 16 e 17.

gerando efeitos imediatos sobre a lucratividade e a organização do trabalho da empresa.

Para tanto, as leis teriam que considerar as necessidades econômicas não somente dos empregados, mas as conjunturas econômicas que se apresentavam ao empregador. Essa argumentação, além de diluir paulatinamente as reivindicações dos trabalhadores, levadas pelos representantes desse movimento às tribunas da Câmara, traçava argumentos que permitiam um discurso de solicitação de garantia de crédito e proteção fiscal e tarifária.

Assim, com limites muito determinados, a gradual permissão da interferência estatal na liberdade de contratar pôde se estabelecer. Contudo, o ponto nodal era garantir que os direitos trabalhistas não excedessem aos que “gentilmente lhes concedia o industrial humanista”.

Nota-se que a legislação social proposta, embora tivesse um alto volume de teorização, utilizando conceitos de elaboração legislativa franceses, italianos, alemães e da nascente teoria norte americana, salvo pelas recorrentes e perseverantes incursões empresariais, não teve a participação efetiva das lideranças operárias. Estas eram ouvidas nos momentos de greve. Há de se ponderar que as reivindicações eram em muito semelhantes às do operariado dos países europeus.

Ambos os projetos possuem muitos aspectos que foram estabelecidos pelos decretos de Getúlio Vargas. Tanto estes como aqueles eram fruto de uma necessidade social premente e de uma política de reconhecimento de uma cidadania até então restrita a uma parte específica da população que já se mostrava presente e não mais podia ser ignorada. Ocorre que, sendo este questionamento, assim o entendemos, uma questão que permeava as relações interpessoais entre empregados e empregadores de todo o mundo, fazemos esta abordagem ante ao elevado numero de

países que buscavam ter ou aperfeiçoar sua legislação social, negociada no decorrer de anos, em especial nos primeiros anos no governo Vargas.

Como muitos outros mitos, a construção ideológica da imposição da legislação social, por determinação, foi um meio de fortalecimento de regime, convenientemente ocultadas todas as tentativas anteriores e toda a efetiva transigência, não serena, dos industriais.

O conjunto da Legislação Trabalhista, mais tarde consolidada por Vargas, principiou em 1930, pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que teve como seu primeiro ocupante Lindolpho Collor. Em 1931, aprovou-se uma legislação sindical que ata o sindicalismo a uma versão oficial. No que tange ao que denominamos “Direitos Sociais Personalíssimos”, posto seu grau de abrangência, embora sendo largo, estabelecia normas que deveriam ser aplicadas a cada trabalhador pessoalmente, conquanto membro de uma classe, gostaríamos de ater nossas considerações. Referem-se tais direitos a jornada de trabalho, férias, trabalho feminino, trabalho de menores, benefícios, aposentadorias e pensões, a instituição da Carteira Profissional, bem como a criação dos contratos temporários de trabalho.

Esse conjunto de Leis,⁷⁵ convertido de Decretos⁷⁶ anteriores e Leis aplicáveis a específicas categorias profissionais, começou a vigor, em sua grande maioria, entre 1932 e 1934 quando da gestão de Joaquim Pedro

⁷⁵ Lei é a norma jurídica escrita aprovada pelo poder legislativo. Assim, determina uma norma de conduta compulsória, estabelecendo uma obrigação de dar, fazer ou não fazer. Deve ter seu nascedouro nos interesses da coletividade, nesse sentido, o legislativo, que representa, ou deveria representar, todo o conjunto da população tem a prerrogativa de projetá-la, discuti-la e aprová-la. Também se pode propô-la por medida popular, seguindo-se as normas estabelecidas na Carta Magna de 1988. Uma vez sancionada e passando a vigor, tem caráter universal no território onde o Estado que a estabelece exerce sua soberania.

⁷⁶ Decretos são medidas de exceção, posto serem determinações do executivo unicamente, mas que possuem a abrangência e validade da Lei. Pela Constituição Federal de 1988, não há mais possibilidade legal de sua realização. Quando o executivo, em caráter excepcional, deve impor determinações de competência Legislativa compulsoriamente, utilizar-se-á de Medida Provisória, que tem prazo determinado de validade.

Salgado Filho no Ministério.⁷⁷ Para abarcar todo o conjunto de direitos sociais do trabalhador, deveríamos retomar nossa análise na lei que estabelece o salário mínimo, de 1940. Contudo ponderamos que essa lei se reveste de um caráter pessoal diferente daquela.⁷⁸

Percebemos que houve, de uma forma quase unânime, com a introdução desse conjunto legislativo, uma adaptação das políticas patronais de antanho. A universalização, que se faz necessária pela lei, apenas incluiu os que não pertenciam às associações, fazendo, no entanto, que se filiassem a sindicatos. Não mais eram os empregados controlados pelos patrões, mas sim pelo governo. Destarte, a busca pela justiça é anterior à Lei, e por ela deve ser estimulada. Assim, em nosso Direito do Trabalho, tratado por alguns por Legislação Trabalhista e por outros como Legislação Social Trabalhista, existia antes mesmo dos conselheiros do Ministro Salgado Filho. Em seu discurso estadonovista Oliveira Viana admite:

“O nosso labor foi antes o de dar técnica legislativa e sistematização a esse direito costumeiro encontrado, a esse complexo de normas e costumes que nos havia sido ‘revelado’ e que regulava – pelo único prestígio da tradição e do costume – a atividade dos

⁷⁷ Durante o período proposto foram aprovadas as seguintes medidas legais, pela ordem de promulgação: Decreto 21.186 de 22 de março de 1932, sobre o horário do trabalho no comércio; Decreto 21.364, de 4 de maio de 1932, sobre o horário da indústria; Decreto 21.417-a, de 17 de maio de 1932, sobre o trabalho das mulheres; Decreto 22.042, de 03 novembro de 1932, sobre o trabalho de menores Decreto 21.761, de 23 de agosto de 1932, que cria as Convenções Coletivas de Trabalho; Decreto 22.096 de 26 de novembro de 1932, que estende os benefícios previdenciários aos mineiros; Decreto 22.132 de 25 de novembro de 1932, criando as Comissões de Conciliação e Julgamento; Decreto 23.103 de 19 de agosto de 1933, que estabelece férias aos comerciários, Decreto 23.768, de 18 de janeiro de 1934, que estabelece férias aos industriais; Decreto 24.273, de 22 de maio de 1934, que estende os benefícios previdenciários aos comerciários; Decreto 24.275, de 22 de maio de 1934, que estende os benefícios previdenciários aos estivadores; Decreto 24.694 de 14 de junho de 1934, com a nova lei de sindicalização. e Decreto 24.615, de 09 de agosto de 1934, que estende os benefícios previdenciários aos bancários.

⁷⁸ Isso se dá devido ao aspecto tardio da norma legal, postergada por não constituir-se em uma prática comum ao empresariado nacional, e a falta de interesse desse segmento em ocupar-se de mais despesas do que já julgava possuir.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

nossos trabalhadores e suas relações com o patronato.”⁷⁹

Outrossim, sabemos que todo um cabedal de legislação que se aprovou entre 1932 a 1934 já existia, logo não era costumeiro e não poderia ter sido revelado posto ser norma escrita. Contudo o jurista tem certo nível de razão ao mencionar a questão referente a abrangência de tal conjunto legislativo. Muito embora antes da Consolidação⁸⁰ das leis, que ocorreu apenas em pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, passando este a vigor em 10 de novembro do mesmo ano, tenham havido um acentuado número de medidas legais que se alteravam.

Com efeito, não foram os fatos relacionadas a Revolução de 30 que deram surgimento à legislação social, tão pouco a estrutura corporativista se instalou em 37⁸¹. Contudo, a dificuldade que se apresentava era a publicidade de tais dispositivos, bem como a efetiva vigência dos mesmos, ante os empregadores do comércio e da indústria.

Sob este aspecto, a falta de continência da legislação trabalhista, veja o que nos diz o “Correio de Vassouras”, em uma edição de 1936:

“A nossa legislação social, afirmam os entendidos, é uma das mais adiantadas do mundo.

Nós, pobres jornalistas da roça, aceitamos tal asserção, como se aceitam os axiomas em matemática.

Entretanto o que temos observado é que, o beneficiado, na maior parte das vezes, vê-se diante de

⁷⁹ Oliveira Viana. Instituições Políticas Brasileira Vol I. p. 25.

⁸⁰ Tecnicamente, há uma diferenciação entre Consolidação e Código. Entende-se por Consolidação o fazer um conjunto de leis esparsas, dando-lhes uma consistente e sistemática compilação e união em um único conjunto de dispositivos de leis independentes. Já Código é o conjunto de dispositivos que regulam uma matéria jurídica. Enquanto um se constrói pela união de dispostos dispersos o outro é elaborado como um corpo único, sob o aspecto de organicidade e continência de jurisdição.

⁸¹ Angela de Castro Gomes, em seu livro, A Invenção do Trabalhismo, nos remete a esta premissa com recorrência.

tantas exigências a cumprir para fazer valer seus direitos, que acaba abrindo mão das prerrogativas que lhe são conferidas pela nossa adeantada legislação social ...

Surgiu-lhe de repente

1º Um inspetor de Imposto sobre Renda

2º Um inspetor do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes

3º Um inspetor identificador do Ministério do Trabalho

Vassouras, coitada que dormia no sono da inocência, se vê de um momento para o outro em camisa de onze varas.”

“Voltemos pois a nossa legislação social.

Ela é complexa. Cada assunto: acidentes no trabalho lei de férias, lei das oitos horas, Carteira Profissional, instituto de previdência, trabalho de menores, etc é regulado por lei especial. E esta é moldada, ... ampliada, amputada e revogada por outras leis, regulamentos e portarias e até, por ordens verbais de funcionários de toda categoria.

Enquanto não codificarem nossa legislação social estamos diante de uma babel.”⁸²

Vassouras dormia nos braços do passado quando lhe caiu sobre a cabeça todo um conjunto legal. Isso denota, pelo menos até 1936, a inexistência de orientação, fiscalização efetiva e eficiente no que concernia

⁸² Correio de Vassouras -Anno I nº 26 – 09 de agosto de 1936.

às novas obrigações impostas aos empregadores. Se estes não as desconheciam, ou não as cumpriam, ou o faziam da forma que lhes parecia melhor.

Afirma ainda Oliveira Vianna que a atividade normativa foi fruto das próprias massas trabalhadoras.

Sendo isso verdade, não poderíamos encontrar tamanha similitude entre a legislação proposta durante o período que antecedeu o governo Vargas e a que se apresentou como inovadora por seu ministério. Tão pouco sua efetiva vigência poderia ser tão conturbada e o desconhecimento pelas constantes modificações ser denunciado. Se fosse atividade normativa dos trabalhadores, seria utilizado de forma costumeira, incorporada, pois, à cotidianidade do empregado.

Ademais, isso equivale a dizer que há uma homogeneidade no que o autor denomina de “povo-massa”⁸³, e que os interesses jurídico-políticos de todo o contingente de trabalhadores era igual. Não era, cremos. A análise se torna mais rica na medida em que se somam as diversas realidades sócio-culturais que se devem enquadrar, quando da elaboração da norma jurídica escrita, sendo essa, em nossa opinião, o maior desafio do legislador. Ele próprio elenca os agentes sociais nos quais a legislação encontrou seu embasamento. Estão mencionados o trabalho marítimo e de estiva, comércio urbano e atividades industriais.⁸⁴ Assim, em descrevendo o autor os agentes nos quais a lei se inspirou, podemos observar, somente por essa pequena amostra de um dos consultores do Ministério de Trabalho, que dela se exclui todo um contingente economicamente ativo, porém pouco mobilizado e sem representação nas mesas de negociação.

As mudanças causadas pela derrocada do modelo econômico brasileiro em 1929 não passaram impunemente pelo setor têxtil. Desde um

⁸³ Viana Oliveira. Op. cit. p. 24.

⁸⁴ Idem. pp. 23, 24 e 25.

ano antes, as indústrias vinham passando por problemas como a falta de mercado para seus produtos, a renitência em exportar para o eixo platino, em especial das indústrias do Rio e São Paulo, a criação de vendas de fábrica das pequenas unidades fabris, o perigo dos tecidos ingleses, que retornavam ao mercado sul-americano, com preço inferior e qualidade superior. A situação da indústria têxtil era grave⁸⁵, ventilou-se a formação de cartéis, tidos como solução. Os industriais baseavam suas esperanças em nova política protecionista. No Rio de Janeiro, especificamente, davam-se falências e concordatas que somavam 816.658.689\$000, além de um grande número de indústria que funcionava com 50% da capacidade de trabalho.⁸⁶

A situação de crise enfrentada pelas fábricas cariocas não foi menor na Cia Têxtil São Luiz. Embora tenha ela garantida a venda de seus produtos em grandes casas no Rio de Janeiro,⁸⁷ sabemos por depoimento de funcionários que, no período, a fábrica teve uma queda na produção e uma busca por parte de operários de outras fábricas, tanto as de Valença como as de Paracambi e mesmo do Rio de Janeiro, de “colocação na fábrica.”⁸⁸

Paulatinamente, a questão social toma novos contornos, deixando de ser vista menos como uma questão filantrópica e de higiene e mais como uma questão política e de inserção efetiva de cidadania. A existência da questão social nada de tinha de grave em si mesma, pois deveria, julgavam os liberais, ser encarada como fruto de uma tendência internacional, e não sob a forma de revanchismo entre empregado e empregador, fruto, das relações modernas e industriais. Os próprios industriais se dispunham a aceitar e utilizar a legislação, que definia a função do arbítrio do Estado,

⁸⁵ S. Stein. Op. cit. 124 e seguintes.

⁸⁶ Eulália Maria L. Lobo. História do Rio de Janeiro . V. 2. p. 849.

⁸⁷ Revista O Brasil Próspero Primeira Série, nº 1 RJ, 1926. p. 19.

⁸⁸ Entrevista concedida pelo Sr. Antônio de Freitas. Informação corroborada pelas Autoras do Fio da Meada, quando dizem que “*havia bastante intercâmbio entre as fábricas da região*, e os operários que passavam por Pau Grande(próximo a Paracambi) tinham boa acolhida nas outras fábricas.” p.165.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
para atender a seus próprios interesses.

“Negar a existência de uma questão social no Brasil foi um erro. É certo que entre nós o problema não se apresentava com acuidade de outros povos.

No entanto ele existia ...”⁸⁹

E como existia. A modernização das relações entre trabalhador e empresário se fazia necessária para que o modelo econômico fosse substituído. Era o “Ministério da Revolução”⁹⁰, como o chamava seu primeiro ocupante, o responsável pela diluição entre os conflitos do capital e o trabalho.⁹¹ O caráter corporativista da legislação se apresenta e firma no controle institucional aos sindicatos, imposto pelo Decreto 19.770 de 19 de março de 1931 (lei sindical), e não foram calmamente aceitos pelos operários. A tentativa de sindicalização, embora legalmente facultativa, impunha ao trabalhador a ausência de prerrogativas, caso a escolha recaísse em não sindicalizar-se. Ademais, restringiu-se o número de sindicatos por categoria e o direito de greve e se modificou a esfera legal da entidade sindical.

Observe-se ser esta a primeira das medidas institucionais referentes ao direito do trabalho. E a ela se somavam a faculdade de transigir nas Juntas de Conciliação e Julgamento e a possibilidade de gozar férias, pelos Decretos 22.132/32 e 23.768/34, respectivamente. O que se buscava era, por uma suposta “harmonia social”, exercer o controle da

⁸⁹ Jorge Street. A legislação social Trabalhista. Palestra realizada a 29 de setembro de 1934. Ed Salesianas, p. 9, in Gomes, Angela Op. cit. p. 198.

⁹⁰ Carrone, Edgard. 1973.

⁹¹ Na exposição de motivos do referido decreto, fica clara a intenção do governo Vargas em estabelecer o sindicato como negociador entre trabalhadores e empresa. No entanto, no corpo do decreto e em uma série de outros, que o regulamentam, estabelecem-se critérios firmes de ingerência pública (governamental) na ação desses mesmos sindicatos, causando assim sua efetiva diminuição de negociação.

força de trabalho e, por que não, dos empresários, uma vez que o dispositivo legal não proibia a formação de entidade de classe patronal.

A modernização proposta pelo governo Vargas baseava-se em critérios de diluição da possibilidade de ação dos sindicatos. Diz-nos Luiz W. Vianna:

“Desmobilização, despolitização e desprivatização, eis o tripé que informava a nova sistemática sindical.”⁹²

No ano de 1931, foram elaborados seis projetos de cunho social e promulgadas duas leis. Isso conflitava com a política de reformas paulatinas propostas pela classe patronal, e com a entrada de Salgado Filho as reformas passaram então a ter o aspecto de “colaboração entre as classes” como objetivo, bem como a efetiva implantação dos dispositivos criados por seu antecessor.

O processo de criação de uma lei social se dava segundo critérios determinados. Eram elaborados por comissões especiais, nomeadas pelo Ministro, os estudos iniciais que resultariam num anteprojeto de reforma ou nova lei. Dessas comissões participavam, quase que na totalidade, técnicos do Ministério e seus departamentos, raramente havendo representação classista. Tal prática era criticada por se tratar de repetição das medidas excludentes que se apresentavam como as da República Velha.

Este projetos, antes de publicados, eram enviados aos órgãos de classe e, durante o período de alguns meses, poderiam receber críticas e sugestões para uma próxima reforma ou regulamentação. Só então eram formadas comissões mistas compostas por delegados do Ministério do

⁹² Vianna, Luiz W. Op. cit. p. 147.

Trabalho, Indústria e Comércio, por representantes de empregados e empregadores e também por elementos do Instituto dos Advogados. O propósito dessas comissões era fazer estudos sobre as sugestões que poderiam ser aproveitados em um texto legal ou na elaboração de uma nova lei.

O tempo entre a elaboração e a vigência da lei era longo, deixando margem de tempo para que as influências externas pudessem permear o espírito da lei. Encontramos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, um chamamento, em 1933 para a comissão que discutia o projeto do salário mínimo, votado apenas em 1940.

Além desse, outros tiveram seu andamento retardado; o projeto de lei de férias, em especial no que se refere ao trabalho industrial e a questão do trabalho do menor, no particular aspecto da carga horária ser de 6 horas. Sobre a lei de acidentes de trabalho, criticava-se a solução governamental de instauração de inquérito policial e processo criminal, que redundaria em morosidade na solução das questões indenizatórias, já resolvidas extrajudicialmente. Lembramos que as Companhias Seguradoras eram, em especial, as têxteis, ligadas aos proprietários das grandes indústrias. Esse dispositivo legal, que na teoria estabelecia maiores responsabilidades ao empregador, ficaria comprometido uma vez que, no ano de sua aprovação, 1934, a Constituição aprova uma tríplice contribuição providenciária, tornando a reforma legal inconstitucional.

Outrossim, as leis sobre o trabalho da mulher e do menor, ambos os casos foram de fácil negociação, posto que esses aspectos já haviam sido enfrentados e acordados anteriormente com os trabalhadores, sendo um pouco mais difícil a questão da carga horária imposta ao menor.

A concessão de férias, no governo provisório, foi das leis mais duras de sobre ela acordar. Os debates seguiram, com o empresariado

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

alegando a impossibilidade econômica de concessão de férias e protelaram a vigência da lei até janeiro de 1934, quando foi editado o Decreto 23.768.

Bem menos conflituosa, pelo menos em relação aos interesses patronais, se deu o projeto da carteira de trabalho. Contudo, muitos operários a julgavam como forma de controle, negando-se a possuí-la. Isso especialmente no que se refere a experiências fabris do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na realidade fabril de Vassouras, de uma forma geral os funcionários sentem muito orgulho e demonstram uma grande preocupação com a carteira de trabalho, não nos sendo apresentadas nas entrevistas nenhuma nota que desqualificasse o documento.

Em maio de 1934, logo após 2 anos e promulgação do Decreto 21.175, que cria a carteira de trabalho, um funcionário do Departamento Nacional do Trabalho veio à cidade para preparar as Carteiras dos funcionários. A fábrica mandou buscar um fotógrafo no Rio de Janeiro e financiou as fotos. No dia, contam-nos alguns funcionários, todos foram instruídos para ir trabalhar “bem bonitos”.⁹³

A isso se somam os recorrentes pedidos de cuidado com os documentos que nos foram dados em empréstimos para análise.

Finalmente se instituíram os Decretos que estabelecem as Comissões de Conciliação e Julgamento, e posteriormente as juntas de Conciliação e Julgamento, com a função de estabelecer o diálogo entre os empregados, por suas representações sindicais, e os empregadores.

Todo este cabedal de legislação Social passa a vigor e ser fiscalizado pela Inspetorias de Trabalho, que funcionavam nos Estados e no Distrito Federal e que sofriam problemas como a falta de pessoal, além das

⁹³ Podemos observar nas fotos de duas carteiras de trabalho D. Olívia e D. Maria da Glória, examinadas para a dissertação, que ambas foram tiradas no mesmo dia, pelo “retratista da fábrica”, para o confecção do primeiro lote de carteiras de trabalho.

freqüentes alterações impostas pelas constantes modificações nos textos legais. Sobre este aspecto, revela-nos a dificuldade, ainda em 1936, de conhecerem as vicissitudes legais os comerciantes e industriais vassourenses. O “Correio de Vassouras” editou, durante 5 semanas, a pedidos dos comerciantes, uma série de artigos trazendo os dispositivos legais que seus redatores julgavam mais importantes ao vassourense. A série de reportagens se limitava a transcrever os artigos dos decretos que o editor do periódico julgava mais interessante. Quase na totalidade se referia aos direitos e deveres estabelecidos ao comerciante. Declara o editor sua descrença no sucesso dos artigos. No mesmo semanário, indica as dificuldades do comércio em esclarecer dúvidas sobre seus direitos e obrigações trabalhistas.

“muito embora os dispositivos legais sejam de uma clareza meridiana e se encontre nessa cidade um funcionário do Ministério do trabalho ... perdura ... uma enorme dúvida.”⁹⁴

Essas dúvidas eram causadas pela flexibilidade, assim nos diz o artigo, nas informações dadas pelo funcionário do Ministério que ficou no município durante um período, com o fito de prestá-las aos interessados. Além da recorrência na modificação dos dispositivos legais, que se sobrepunham freqüentemente.

As dificuldades apontadas o eram em relação, na maior parte das vezes, a artigos, pontos de difícil execução, e se referiam na maioria, a questões abordadas nos projetos anteriores. Quase sempre se conseguia

⁹⁴ Correio de Vassouras -Anno I nº 28, de 23 de agosto de 1936.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

compor os interesses e se fazer uma legislação que atendesse ao “dever de assistência social e no interesse da ordem pública.”⁹⁵

Contudo, o discurso estabelecido no governo Vargas era o de modernização das relações entre empregados e empregadores, dispondo que o modelo que se deveria firmar, o de intervenção do Estado, era o mais próximo às necessidades do projeto de governo que se pretendia ingressar.

Com efeito, o projeto de modernidade deve ser visto como um constante restabelecer de conceitos e de novas perspectivas. As relações do moderno são voláteis, baseadas em critérios de produção. A vida moderna então se impôs como uma constante de inseguranças e incertezas. Deve-se empenhar para sempre olhar para o futuro, não há, pois, lugar para “relações ossificadas”. Sob esta ótica moderna, pretende-se restabelecer os princípios do liberalismo, de forma indiscriminada. Vejamos o que se pretende na reforma da justiça do trabalho.

Os que a defendem o fazem utilizando um argumento de que a ingerência do Estado em questões privadas, referindo-se, obviamente aos contratos de trabalho firmados entre empregado e empregador, fere o princípio da liberdade contratual, estabelecendo um terceiro elemento como parte interessada. Sob o verdadeiro argumento de que os juizes classistas, como hoje estão colocados, oneram os cofres públicos e não cumprem o papel que a eles é destinado institucionalmente, vale dizer, representar os interesses das classes opostas no banco de julgamento. Pede-se que a justiça do trabalho seja extinta, em vez de se requerer uma revisão no papel legal dos juizes classistas.

Vivemos em um país onde impera a desigualdade social de proporções imensuráveis, e a forma que se encontra para a distribuição de renda é o salário. Impor a derrocada da Justiça do Trabalho, propondo que

⁹⁵ CIFTA do RJ. Citado por Angela de Castro Gomes. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação social no Brasil; 1917-1937.* p. 221.

dela cuidem, ou a justiça federal, ou o juizado civil é, no primeiro caso uma impossibilidade física, posto que, na menor das questões, não dispomos de acesso facilitado ao trabalhador comum aos locais destinados às prestações jurisdicionais. Deveríamos, para tanto, criar toda uma infra-estrutura para a interiorização dos tribunais federais, o que redundaria em custos para o poder público. Em caso, de haver, de forma inquestionável, um acréscimo de volume processual à máquina já inchada dos tribunais de primeira instância, lembramos que assim o era antes da criação da Justiça do Trabalho, no Governo Vargas.

A isso se somam questões como o enfraquecimento das forças sindicais, quer pela desmobilização causada pelas práticas empresariais de “livre negociação”, onde o poder de barganha do indivíduo é sempre menor que o das classes e onde se privilegiam as relações pessoais, mais cercadas de medo (pessoal) e parcialidade. Ocorre, também, despolarização dos núcleos trabalhadores, visando à diluição da consciência de classe também há de se falar da fragmentação dos Sindicatos. Sem dúvida, esta medida acabaria com uma justiça e inviabilizaria a outra.

Vê-se na proposta governamental, uma retórica pós-moderna, com marcantes traços neo-liberais, que, em negando o passado, o dizendo menor, obsoleto, tenta retomar conceitos dele. Diz-se revolucionário, novo, buscando quebrar uma estrutura social ossificada. Falaciosamente põe em igualdade de condições aqueles que são socialmente desiguais.

Um novo sentido histórico não se constrói a partir da mera dominação do aparelho estatal. A dominação deve preceder num conjunto de direções culturais, em instituições, tanto na sociedade civil, como no Estado, que possam dar consciência ao novo, desconstruindo o velho e apontando sinais de perda da hegemonia global. Esperamos que haja uma

real modernidade, emancipatória, recusando a pseudomodernidade existente.

Se é forçoso reconhecer que até hoje, apesar das transformações históricas que distanciam os dois contextos, e às vezes por conta delas, nos deparamos com múltiplas situações e linguagens em que se expressam e se institucionalizam essas formas de dominação, essas práticas de suposta igualdade, é compensadora a idéia de que podemos tentar auxiliar em seu entendimento e, conseqüentemente, contestá-las.

CAPÍTULO III

VIDA NA FÁBRICA – A VIDA EM VASSOURAS

“Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob julgamento de impulsos e da experiência”.

Formação de Classe Operária Inglesa. E.P. Thompson.

Pretendemos, neste capítulo, estabelecer a vida cotidiana dos trabalhadores dentro da fábrica, seus horários de trabalho, as formas de assistencialismo que nela se dispunham as relações interpessoais no tocante à produção e ao cotidiano fabril. Em um segundo momento, estabelecer como eram as relações entre eles e a cidade, como eram vistos e como se viam em sociedade.

A efetiva implantação da fábrica de tecidos em Vassouras, bem como as dificuldades decorrentes desta implantação, foi fundamental para o estabelecimento da rede de serviços assistencialistas que nela se dispunham.

Era prática comum a construção de Vilas operárias quando da construção de empreendimentos fabris. Essa política social pode se caracterizar como uma tentativa dos empresários de solucionar os problemas relativos à permanência, ao controle e à formação da força de trabalho. Na região, a construção de vilas operárias não era uma medida comum.

No projeto original da fábrica de tecidos, tinha-se como objetivo a fundação de uma Vila Operária, próxima às dependências fabris.

Contudo, com as dificuldades decorrentes da implantação do projeto, foram abandonadas as obras. Em seu lugar, na frente da fábrica foi montado um jardim gramado e arborizado, em frente à rua que dava acesso ao bairro Madruga, e, ao fundo do Asilo Furquim, foi construída a Agência dos Correios, a sala de consulta médica e o refeitório. No entanto, foram edificadas casas que serviram de morada aos ocupantes de cargos de mando. Quatro eram situadas ao lado da fábrica, dando frente à rua de sua saída; eram casas grandes, com quintal e confortáveis. Em uma delas residiu, durante grande parte do tempo em que exerceu a função de gerente, o Senhor Sylvio Guimarães. Duas mais eram situadas aos fundos, estas, menores e com acabamento de pior qualidade. Nela residiam alguns contramestres. Havia também dentro da área de terras da Companhia Têxtil São Luiz, em terreno posteriormente desmembrado, nos fundos dela, uma casa,⁹⁶ onde residiram o “Seu Bruno” e suas irmãs, durante todo o período em que ele trabalhou como Mestre, e mesmo depois de se aposentar, até o fim de seus dias. Ambos exerceram, durante o período que iremos privilegiar, funções de chefia. Grande parte dos dados que dispomos para

⁹⁶ A casa possuía quatro quartos, uma sala, cozinha, banheiros, varanda, é bastante ampla, e cercada de árvores frutíferas. Hoje possui saída independente, contudo, até 1970, quando da desativação do ramal ferroviário, o acesso se dava por dentro de terreno da Fábrica.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

este capítulo é fruto das entrevistas que fizemos com os empregados da Companhia Têxtil São Luiz.

Devido ao caráter tardio da efetiva implantação das atividades da fábrica de tecidos, somadas à questão dos custos de construção de uma vila Operária, e da dificuldade que tinha, e tem, o povo vassourense para, em sua cidade buscar meios de subsistência, entendemos que a direção tenha julgado por bem a não edificação da mesma. Isso não quer dizer que não tenha havido, de uma forma efetiva, o controle e as formas de dominação.

Segundo Brandão Lopes:

“A relação empregador – operário é muito mais ampla que uma simples relação de emprego. Como relação pessoal ela tende a ser total, especialmente em uma comunidade tradicional ... A relação do operário com o industrial é total e, portanto, a sua separação, nos aspectos econômico, social e político é artificial.”⁹⁷

Muitos autores indicam a vila operária como o principal meio de controle social e ideológico estabelecido pelo empregador. Defendem que era uma forma de estendê-lo para limites além dos estabelecidos no processo de trabalho. Sérgio Leite Lopes,⁹⁸ relata que esta era uma forma de se manter um exército industrial de reserva de funcionários, como mão de obra fixa, residente em casas com aluguel subsidiado pela fábrica e que mantivesse certa autonomia em relação às cidades ou vilas próximas.

Ora, a fábrica de tecidos de Vassouras localizava-se muito próxima ao centro da sede do município, de modo que, os “serviços” assistencialistas que porventura pudessem advir da indústria, muitos deles

⁹⁷ Brandão Lopes in. Keller. Paulo Fernandes – Fábrica e Vila Operária: A vida cotidiana dos operários Têxteis em Paracambi/RJ. p.18.

⁹⁸ In. O Fio de meada. Op. cit. p. 158.

já eram propostos pela municipalidade. O ônus da construção de casas era infundado pois já havia, embora não habilitada, mão de obra em abundância. Para efeito de esclarecimento, reforçamos a afirmação de que, somente na década de 20 a fábrica iniciou seu funcionamento.

Segundo nos parece, o autor, ao referir-se aos “serviços”, oferecidos nas fábricas rurais, aponta aquelas que funcionavam em localidades afastadas dessas redes de serviços de obrigação da municipalidade, como saúde e instrução públicas, de um templo religioso, meios de transporte e comércio, que lhes pudesse atender as necessidades. Nesse sentido, para manter o trabalhador e dar-lhe condições mínimas que fossem de vida e saúde, mesmo porque com a jornada que se lhe impunha não havia muito tempo para buscar em locais distantes os víveres de que porventura pudessem necessitar, fazia-se necessária a estruturação de tais serviços; era uma forma de garantir sua permanência no trabalho.

Ademais, o “continuum” nas relações de dependência que se estabelecem não se dão, apenas, na Vila Operária. O paternalismo é marcado por muito mais que isso. Todas as práticas assistencialistas que visavam a atender o trabalhador, como o médico que graciosamente prestava atendimento, a concessão dos medicamentos por ele prescritos⁹⁹, a cooptação junto à municipalidade, do funcionamento de uma escola pública primária para os funcionários da fábrica e de seus filhos, a proximidade e a interpessoalidade das relações entre empregados¹⁰⁰ e os prepostos do empregador, juntava-se a incapacidade de se utilizar tais serviços senão pelo acesso da Fábrica, até mesmo porque se não fosse nas comunidades fabris ou nas santas-casas, mantidas pela Irmandade, o trabalhador não possuía condições de buscar outras formas de adquirir serviços de Saúde.

⁹⁹ Depoimento de D. Olívia Alves dos Santos e D. Aldaléa dos Santos Tondella, em 08/09/1999.

¹⁰⁰ Depoimento de D. Olívia Alves dos Santos e D. Aldaléa dos Santos Tondella, em 08/09/1999, de D. Conceição Lopes Telles, em 07/12/1999, de D. Zoé da Silva Martins e D. Maria Luiza Martins Jordão, em 15 de dezembro de 1999.

No que concerne à educação, as escolas públicas, que somente foram freqüentadas por uma maioria da classe média, até meados da década de 30, reforçavam no imaginário da comunidade fabril uma permanência, no sentido de apenas haver uma “mudança de protetor”. Essa posição, antes incorporada ao grande fazendeiro de café, na indústria foi atribuída aos diretores da fábrica. Nem mesmo eles, no período que estudamos, tiveram seus perfis traçados pelos entrevistados. Curiosamente, as funções de mando “direto”, aqui entendidas como o controle diário de entrada e saída de funcionários, e a gerência e fiscalização de produção e do escritório, são descritos com freqüência e riqueza de detalhes.

Há casos em que o desagravo àqueles funcionários é verificado com clareza. Contudo, em relação aos sócios proprietários da Companhia Têxtil São Luiz somente há a menção eventual do nome de um dos proprietários. O Sr. Octávio Gomes, que residiu em Vassouras com sua esposa e filho, ia ao trabalho diariamente e não foi espontaneamente citado em nenhuma entrevista dos funcionários. O que sabemos dele é que a esposa não realizava nenhuma espécie de serviço assistencialista formal, não lecionava na escola da fábrica, enfim, mantinha-se afastada dos negócios de família do marido.¹⁰¹

A cidade de Vassouras já possuía toda esta infra-estrutura quando do início das atividades da fábrica. Ademais, era comum se efetuar compras nas lojas locais utilizando-se de cadernos,¹⁰² e, ao fim do mês ou da quinzena, se fazia o acerto de contas.

¹⁰¹ Como trabalhos sobre o caráter controlador dos dirigentes, em especial no que concerne a vilas operárias, tivemos oportunidade de ver nos trabalhos de Paulo Fernandes Keller, Ana Isabel Aguiar, ambas dissertações de Mestrado do IFCS/UFRJ de 1994, referentes a experiência de Pau Grande, em Paracambi – RJ, que em muitos aspectos se assemelham a uma experiência que tivemos aqui. Em muitas ocasiões, é citada a participação das esposas dos diretores, tanto na escola quanto nas atividades religiosas, como uma forma de reforço à idéia de paternalização das relações, pela presença e unidade da família dos industriais, realizando “benesses”. Em Vassouras não houve esta característica, sem contudo ter diminuído o nível de incursão do paternalismo nas relações entre operários e patrões.

¹⁰² O procedimento de utilização de cadernos é o seguinte: Nas mercearias há um caderno com o nome de cada freguês, e quando se faz a compra efetua-se a anotação do que se comprou e do valor do bem, tanto

Quanto à existência de grêmios recreativos, blocos de carnaval, times de futebol, os funcionários da Companhia Têxtil São Luiz os implantaram, contudo não havia por parte da direção qualquer ajuda para sua manutenção. A fábrica não dispunha de cassino, campo de futebol, ginásio de festa, ou qualquer outro prédio com objetivo distinto de produção, salvo as casas dos funcionários graduados, e o refeitório/consultório.

A fábrica ficava a aproximadamente 500 metros da Igreja Matriz, ao fundo de um dos educandários públicos municipais, próxima a quatro mercearias e à farmácia.

As máquinas da fábrica, algumas adquiridas ainda antes da administração dos Gomes, foram mantidas até a venda da unidade, quando foram vendidas como sucata.

O processo de produção¹⁰³ da fábrica era constituído de setores diferenciados. O algodão chegava à fábrica bruto e, em geral meninos pequenos e jovens, em média com 14 anos (não sendo incomum encontrarem-se crianças mais jovens) eram encarregados de levar os fardos de algodão até o batedor. Nessa seção se fazia uma limpeza preliminar do algodão, retirando as impurezas, cascas, folhas, sementes, torrões de terra e pedra. Esse trabalho exigia uma constante movimentação e costumava ser feito por homens jovens. Findo isso, era o algodão enviado ao batedor, uma máquina que aprimorava o beneficiamento da matéria prima. Ambas as tarefas eram penosas¹⁰⁴, com baixo nível de exigibilidade de qualificação e insalubres¹⁰⁵, devido à constante exposição a partículas de algodão. Feito

no exemplar do armazém, como no do freguês. Usamos o presente porque ainda hoje encontramos quem negocie dessa maneira.

¹⁰³ As fases de produção e seus agentes foram descritas nas entrevistas. A descrição do trabalho e das condições de cada seção, foi completada, quando necessário, por informações contidas no Fio da Meada. p. 199 e seguintes.

¹⁰⁴ Denominam-se as atividades que impõem ao trabalhador sistemático esforço físico.

¹⁰⁵ Chamam-se insalubres as indústrias capazes de produzir doenças, infecções ou intoxicações.

isso, encaminhava-se o material para as cardadeiras, que produziam um pávio grosso de algodão. A função do operário era observar a máquina e dar continuidade ao processo de formação do fio.

O fio passava pela penteadeiras, onde ocorria um “afinamento” do fio. A operação das máquinas não exigia qualificação prévia, sendo destinado a funcionários novatos. O que se fazia era andar em torno das máquinas sob as quais recaía sua responsabilidade e emendar os pavios, com elas ainda em movimento, e, quando os carretéis estivessem cheios, parava-se a máquina e se fazia a substituição do conjunto de rolos de latão que os recebia.

Passavam então para a maçarqueira,¹⁰⁶ onde se regula a espessura do fio que se queria obter para o processo de fiação. Formava-se a maçaroca, composta pela fusão e estiramento das fibras naturais. Eram enrolados os fios e se formavam as espulas.¹⁰⁷ Todo o trabalho era realizado em pé, e não se podia permitir o rompimento dos fios. Caso houvesse obstrução pelo acúmulo de resíduos nos fios, era necessário chamar o contramestre, parar o processo, subir na máquina e desembolar o fio.

Toda esta etapa de preparação de fio se dava em um ambiente muito poluído, impregnado de partículas de algodão, com um nível de ruídos muito elevado, tanto causado pelas máquinas como pelo bater das correias que as faziam funcionar.

Feito isso, passava o fio ao processo de fiação. As fiandeiras eram responsáveis pelo encaminhamento e emenda dos fios que porventura arrebentassem e, quando cheias, pela troca das espulas. Nessa seção também trabalhavam os menores, que funcionavam como aprendizes, e

¹⁰⁶ Máquina de grande porte, destinada à formação primária do fio, que sai dela com a espessura de um barbante fino, aproximadamente 3mm.

¹⁰⁷ Espulas eram grandes carretéis cônicos onde se enrolava o fio produzido pelas máquinas.

tinham como função retirar as espulas, quando cheias. Parava-se a máquina e se fazia a troca da bobinas cheias por outras vazias. Cada máquina, denominada filantório, tinha em média 15 metros de comprimento, e cerca de 30 espulas. O número de máquinas sob a responsabilidade de cada funcionário variava, segundo a agilidade do mesmo. No depoimento abaixo podemos observar:

“D. Olívia: ... Cada pessoa toma conta de dois lados, três, conforme ... quando aprender, vai tocando um, quando já tem prática, vai tocar dois, quando já é mais ligeiro ...

D. Leia: – Esperto, passa pra três ...

D. Olívia: ... passa pra três. Eu nunca toquei três!!! Eu toquei dois, mesmo.”¹⁰⁸

O número que máquinas sob a responsabilidade dos funcionários era motivo de distinção entre eles, pois denotava competência maior para o trabalho. Em vários depoimentos falavam com orgulho do número de máquinas que tinham sob sua responsabilidade.

Ser mais competente representava, nessa seção especificamente, percorrer, durante oito horas, continuamente, 45 metros em zigue-zague, indo e voltando, observando se algum fio havia se partido e, imediatamente, emendando-o, para que a máquina não precisasse ser parada ou para que a espula não se perdesse. Caso isso acontecesse, era chamado o mestre. Quando cheias, um funcionário soltava a balança e elas eram retiradas. D. Leia, aos 16 anos, exercendo a função de aprendiz de fiandeira, já era “esperta”.

¹⁰⁸ Depoimento de D. Olívia Alves dos Santos e D. Aldaléa dos Santos Tondella, em 08/09/1999.

“... Três lavras de 15 metros, trinta, quarenta e cinco metros, pra mim andar o dia inteiro emendando aqueles fios ... Eu tinha uma marca aqui (mostra as pernas) ... Fiação não se senta, não!!!”¹⁰⁹ (pela comparação entre as máquinas que existiam em Vassouras, podemos afirmar que ela era responsável por aproximadamente 200 espulas).

Relataram-nos alguns entrevistados que muitos operários morreram vítimas de “males de respiração, porque eram fracos dos pulmões”. Os operários exerciam suas atividades em horários extremos, ou iniciavam muito cedo, ou concluíam suas tarefas tarde da noite, expostos às intempéries, quando, no fim da jornada noturna, retornavam à casa. Alguns não tinham uma alimentação substancial, posto não se adequarem aos horários de refeições impostos pela fábrica.

Já pronto, o fio passa por um beneficiamento, com a formação de fio reforçado, retorcido e enrolado em carretéis. O operário precisava ter atenção e acuidade visual. Para apurar a qualidade do fio, passava-se por um queimador de gás, para que se retirasse as impurezas que permanecessem aderidas a ele.¹¹⁰

Trabalhadores que exerciam essa função queixavam-se, nas entrevistas, de ruína na coluna e problemas de visão.

Na Companhia Têxtil São Luiz se produzia tecido de algodão, algo semelhante a um linho misto e aos panos de saco de algodão. O tingimento era feito depois da tecelagem. Assim, os fios eram conduzidos à

¹⁰⁹ Depoimento de D. Olívia Alves dos Santos e D. Aldaléa dos Santos Tondella, em 08/09/1999.

¹¹⁰ Para diminuir o volume de máquinas, algumas fábricas de fitas já compravam o fio pronto de grandes indústrias. Para produção de fitas, cordões e barbante uma máquina diferente era utilizada. Na região tivemos uma fábrica de fitas em Paraíba do Sul, uma em Barra do Pirai e uma em Valença.

urdideira, onde passariam a ser enfiados nas agulhas, segundo uma combinação de posições entre os ferros, os fios, as agulhas, os pentes e os ganchos, passando por uma peça feita de louça, para que eles não embaraçassem. Esse trabalho era realizado, na maioria das vezes, por mulheres.

Com o início do processo de tecelagem, funcionavam os teares. Muitos tecelões “acumulavam” a função de observar e enfiar a urdideira. A tarefa era o acompanhamento da tessitura do pano, a observação da existência de falhas, e sua reparação. Era uma tarefa qualificada, e remunerada por empreitada. Caso fosse detectado algum defeito no pano pelos responsáveis pela conferência, na seção de inspeção, o tecelão responsável era chamado a se explicar. As tarefas eram realizadas com risco de acidente pela possibilidade de escapar-se um ferro ou agulha¹¹¹ ou arrebentar-se uma correia.

Tecido, o pano era encaminhado para a dobra por funcionários na sala de pano, onde o serviço era eminentemente exercido por homens.

Esses eram, sob o prisma de espaço ocupado, de volume de empregados e de importância para a produção, os setores de maior significância para a fábrica.

Dali o tecido era enviado para o alvejamento, feito com a adição de água quente de uma caldeira externa ao edifício da fábrica, e depois tingido de cores diversas. Todo esse trabalho era exercido por homens, pois exigia força física e o contato com produtos químicos tóxicos e elevado calor.

Ia então o tecido para a sala de pano, onde era preparado para a comercialização, colocado em peças e enviado ao comércio atacadista.

¹¹¹ No Depoimento de D. Olívia dos Santos, ela nos conta que sofreu um acidente de trabalho. Um dos ferros da máquina de tecer se soltou, pois a máquina estaria defeituosa e lhe atingiu próximo ao olho esquerdo. Levou vários pontos e ficou de licença remunerada da fábrica por alguns meses.

Neste período não havia na fábrica venda direta ao consumidor. Os funcionários podiam, mensalmente, retirar para seu próprio uso uma certa quantidade de pano. Essa quantidade variava segundo a natureza do pano e a função do funcionário.

Havia uma oficina, onde se estocavam algumas peças de reposição de máquinas, e os funcionários, todos homens, realizavam pequenos reparos, tanto nas máquinas quanto no prédio propriamente dito. Não há menção, no período estudado, de produção de peças de reposição na fábrica. Havia uma carpintaria que realizava também, pequenos reparos, fazia as bases para que nelas fosse enrolado o tecido.

Na administração da fábrica havia um gerente, um encarregado do escritório e auxiliares. Todos os encargos, livros e controles da fábrica eram coordenados e contabilizados por esses funcionários.

Nos depoimentos há indicações de que os ofícios eram ensinados pelos próprios colegas de trabalho, não sendo necessário um período de adaptação, sendo o novo funcionário responsabilizado por um número menor de máquinas a vigiar e, na medida em que ia adquirindo prática, havia um aumento do volume do trabalho ou o aproveitamento em outras sessões onde o nível de tecnicidade seria maior, e mais adequado às habilidades demonstradas pelo operário novato.

A fábrica funcionava em dois turnos de 8 horas, realizados em rodízio. Semanalmente, se faziam as inversões entre as turmas de trabalho.

Os horários sofriam variações ocasionais, conforme as necessidades de produção, contudo, de uma forma geral eram assim dispostos:

4:30 – 1 apito de advertência

4:50 – 2 apitos para o início da primeira turma

10:00 – 1 apito para almoço

- 10:30 – 1 apito para volta do almoço
- 13:30 – 1 apito para a saída da primeira turma
- 13:30 – 1 apito para a entrada da segunda turma
- 19:30 – 1 apito para jantar
- 20:00 – 1 apito para a volta do jantar
- 22:00 – 1 apito para sair a segunda turma

Há relatos da existência de, em períodos de necessidade de produção, um terceiro turno, intermediário entre os dois turnos estabelecidos e um turno clandestino, que funcionava das 22:00 horas às 5:00 horas. O início do funcionamento deste turno foi o ano de 1966. A tecelagem tinha um horário diferenciado, pois, pelas características do serviço prestado havia a necessidade de iluminação forte. Iniciavam seu dia de trabalho às 7:00 e o finalizavam às 16:00 horas. Tinham uma hora de almoço. A eles era facultado, segundo as necessidades de produção e mediante a autorização do mestre, a realização de horas extras.

O número de operários variava, segundo a época. Em entrevista concedida em maio de 1999, o Sr. Antônio de Freitas, empregado da fábrica em 1931, nos declarou que neste ano, devido à retração do setor no Rio de Janeiro, o afluxo de operários buscando colocações na fábrica aumentou significativamente.

As máquinas só podiam ser abandonadas e o trabalho manual de qualquer natureza só podia cessar, quando do soar do apito, aí então o funcionário poderia se aprontar, trocar de roupas e pentear-se.

Aos funcionários do escritório era determinado o horário de 7:00 às 15:30 horas.

A não existência de vila operária de certa forma impôs ao operariado vassourense certas características distintas das de comunidades

fabris, localizadas em grandes centros urbanos. A primeira delas foi a dificuldade de transporte entre o local de trabalho e a fábrica. Geralmente as vilas operárias situam-se dentro do espaço físico da indústria. Há também nas fábricas do Rio de Janeiro um distanciamento relativo das áreas industriais e das de ocupação da cidade. Em Vassouras, já mencionamos, a ocupação da fábrica se deu em plena área urbana, onde os terrenos eram muito valorizados, o que criava ao operariado problemas de aquisição de terras. Ademais, conforme dissemos anteriormente, o terreno da fábrica foi “vendido” pela edilidade e antes nele funcionava um cemitério. As pessoas ficaram um tanto renitentes em habitar o local.¹¹² Com isso os trabalhadores residiam em bairros distantes, que resultava em um preço mais acessível para a compra de terrenos de moradia, tendo que fazer caminhadas que variavam de 2 a 25 quilômetros diários, em ruas na maioria das vezes desertas, sem calçamento e mal iluminadas, para que pudessem ir ao trabalho.

A mão-de-obra da fábrica, em seus primeiros anos, era formada na maioria por jovens. Muitos saíam para servir exército ou para casar.¹¹³ As moças que trabalhavam há mais tempo (na maioria dos casos por mais de 2 anos), quando deixavam a fábrica, ganhavam de presente de enxoval uma peça de tecido a sua escolha.

Algumas, ao enviuvarem, eram readmitidas. Muitas eram, junto as irmãs e irmãos, “arrimos de família”.¹¹⁴

Contudo, podemos afirmar que, no período estudado, o número de operários girava entre 140 a 160, entre homens, mulheres e crianças. Os primeiros geralmente exerciam funções que dependessem de força física, como as de carpintaria, oficina, alvejamento e coloração; os contramestres

¹¹² Há depoimentos de jovens que “levavam refeições” para os operários e que diziam que a noite, por ser o local ermo e pouco iluminado, alguns nem faziam entregas, com medo de assombração.

¹¹³ Essas são as razões mais comuns nos depoimentos.

¹¹⁴ Segundo a Enciclopédia Jurídica Leid Soibelman: Pessoa que sustenta uma família.

e o encarregado também eram do sexo masculino. Alguns poucos trabalhavam nos serviços de escritório.

O controle desta mão de obra era rigoroso. Antes do horário de entrada deveriam os operários estar no interior da fábrica, que cerrava os portões rigorosamente as 5:00. A tolerância permitida era de 5 minutos. Quem se atrasasse mais que isso “tinha seu dia cortado”. O controle do ponto era feito por um funcionário, através de pequenas plaquetas de metal numeradas. Cada funcionário, independente do setor no qual exercesse suas atividades, possuía a sua. Elas ficavam expostas na entrada da fábrica, em um painel de madeira. Quando operário chegava, tinha que retirar sua plaqueta de identificação e colocá-la em um pote, sob a supervisão do porteiro. Ao cerramento das portas era feita uma listagem dos números que restavam ser colocados no pote e enviada ao escritório. Quem faltasse o serviço sem “motivo justo” (doença ou morte na família) era demitido. Não era permitida a entrada de funcionário depois do fechamento dos portões.

Quem deixasse a empresa, por qualquer motivo, ao retornar era readmitido como um novato.

Quanto às políticas assistencialistas da Fábrica de Tecidos São Luiz, podemos assegurar que se implantaram, porém pelas próprias características do início do funcionamento da fábrica, não foram muitas e nem de competência ou responsabilidade exclusiva da Companhia Têxtil São Luiz.

A escola, Escola Proletária São Luiz, foi criada pela prefeitura municipal, em 1933, funcionava nas dependências da fábrica, e a professora, era funcionária pública municipal e ministrava aulas aos funcionários da fábrica e a seus filhos.

Cabe uma observação: não havia uma adaptação do horário letivo às necessidade de produção da fábrica, de modo que somente podiam

freqüentar a escola os funcionários que exercessem suas funções em horários diferenciados dos da escola da fábrica, e para que pudessem freqüentá-la, os funcionários deveriam ser sindicalizados.¹¹⁵

Houve também relatos da existência de um médico, que vinha prestar assistência aos funcionários da fábrica, todas as quartas-feiras. O atendimento era feito nas dependências da fábrica e, havia fornecimento de remédios, quando disponíveis no estoque da fábrica. Quando ocorriam pequenos acidentes, os funcionários eram socorridos na fábrica mesmo, e se lhes determinava que, em caso de mal estar, procurassem comunicar ao empregador ou seus prepostos.

O único caso de acidente de trabalho narrado foi posterior ao recorte temporal por nós estabelecido, embora saibamos que tenha havido outros, e a vítima foi levada ao Hospital Eufrásia Teixeira Leite, onde recebeu os primeiros socorros.¹¹⁶

Houve menção de licença na entrevista de D. Olívia. Durante dois períodos ela as obteve. Quando da gestação, e quando sofreu um acidente de trabalho. Da primeira experiência, relata-nos:

“D. Olívia: ... Toda quarta-feira vinha um médico pra consultar a gente ...

D. Léa: Isso na época da Mamãe, na minha época já não tinha mais médico, não (em 1955).

D. Olívia: Há o negócio do médico, ... Eu me tratei quando estava esperando ela: (40/41). Todo o filho que eu tinha eu abortava, aí o médico falou assim, – Agora, a senhora quando ficar grávida, vai ficar aqui, vou dar

¹¹⁵ Mesmo assim a procura pela escola existia. No Jornal Correio de Vassouras, todos os anos se relacionavam os melhores alunos das escolas públicas municipais. No ano de 1936, foi indicado um aluno da Escola da Fábrica São Luiz.

¹¹⁶ O Hospital começou a ser construído em 1936.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
uma licença pra senhora. Fiquei nove meses esperando
ela, me tratando ... Meu marido me levava ao médico.
Dr. Condé!!¹¹⁷

No horário de trabalho normal havia apenas o intervalo para almoço. Antes da construção pela fábrica de um refeitório, entre 33 e 39, mais provavelmente, entre 35 e 38, os funcionários faziam as refeições no próprio local de trabalho, sem condições de higiene e saúde, em uma tábua posta no chão, com marmitas, algumas aquecidas nas calhas da caldeira, outras trazidos por irmãos, sobrinhos ou mesmo por meninos e meninas, que auxiliavam em casa, recebendo dos operários um pequeno pagamento. Posteriormente as refeições eram realizadas em local próprio, edificado em terreno que dava fundos para o Colégio dos Santos Anjos, Esse era o horário de encontro dos funcionários, dentro do ambiente fabril. Porém, muitos utilizavam essa hora para tratar de assuntos na cidade, tendo em vista a distância a que ficava sua casa. Qualquer outra atividade, para ser realizada, havia de se pedir permissão. É claro que, os operário encontravam “brechas” para pequenas pausas. Contudo, logo eram repreendidos pelos contramestres. Os esquemas de controle eram rígidos e interpessoais. Os funcionários que exerciam as funções de mando eram reconhecidos como pessoas encarregadas de ...

“... feitoriar as atividades da fábrica”.¹¹⁸

Imbuíam-se dessa função e eram reconhecidos como:

“pessoas severas, austeras, mas justas”¹¹⁹.

¹¹⁷ D. Olívia trabalhava na fábrica durante o período de gestação, assim como seu marido.

¹¹⁸ Entrevista dada por uma operária que prefere permanecer anônima.

Sua função era, além do controle da mão de obra fabril, a montagem e afinação dos teares, ajustes em caso de alteração. Era um trabalho técnico, destinado aos que possuíam tais qualidades e impunha a quem o assumia uma constante movimentação, a exposição aos resíduos do algodão, à umidade e ao barulho intenso das sessões de fiação e de tecelagem. Na Companhia, entre 1930 e 1936, exerceram esta função somente homens, num total de cinco funcionários.

Os salários eram recebidos quinzenalmente e, na época a qual pesquisamos, não havia distinção salarial entre os que exerciam trabalhos diferenciados, salvo os que realizavam tarefas por empreitada. Em um período mais próximo à venda da Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel, já havia adicional de produtividade para quem atingisse um nível acima do estabelecido como produção mínima e os salários passaram a ser recebidos mensalmente, sendo permitido ao funcionário retirar um adiantamento, a critério da gerência.

Parte dos funcionários recebia por empreitada, essa era a forma de pagamento mais comum na tecelagem. Em outras atividades, recebia-se por hora e, em alguns casos, houve explicitação na Carteira de Trabalho do valor da hora de trabalho. Encontramos essa situação na fiação. Há ainda quem trabalhasse por salário fixo, como os trabalhadores do escritório, da oficina e da marcenaria.

Pelo declarado nas entrevistas, o salário era baixo, mas igual para os que exerciam funções semelhante, havendo apenas a redução legal permitida ao aprendiz. Há também relatos de que, em não havendo a contratação de direito, pela Carteira de Trabalho, os menores perceberiam o mesmo valor dos adultos.

¹¹⁹D. Zoé da Silva Martins e D. Maria Luiza Martins Jordão, em 15 de dezembro de 1999, citado por D. Maria Luiza.

Durante todo o período estudado não houve menção, quer em jornais, quer em entrevistas, da participação em movimentos grevistas ou reivindicatórios coletivos de qualquer natureza, nem a formação de sindicato, ou a participação deste em assuntos funcionais. Os funcionários eram filiados ao sindicato para que pudessem gozar direitos que eram vinculados apenas a profissionais devidamente sindicalizados.

Na formação e captação da mão de obra, entrevistas indicam a quase totalidade de funcionários vassourenses. A rotatividade funcional, especialmente das mulheres, era freqüente, e o motivo mais indicado era a saída para o casamento. Em média, o trabalho se iniciava nos primeiros anos da juventude, entre 14 e 16 anos. Há também indicações de trabalhadores mais novos, contudo não nos foi possível apurar a idade em que iniciaram suas atividades. Na indústria têxtil, lembramos, o trabalho como aprendiz era permitido a partir dos 10 anos.¹²⁰ Outro motivo comum era, entre os rapazes, a saída para o serviço militar. Na tecelagem havia predominância feminina, embora homens também exercessem a função. Neste setor e na fiação havia grande rotatividade.

Vemos que o projeto de iniciação no trabalho operário, especialmente no caso feminino, era tido como provisório. Assim o sendo, há possibilidade de aceitação de limites mais “largos” da exploração.

Segundo Leite Lopes e Alvim, no artigo Famílias e Operárias:

“Esse caráter efêmero acentuava sua passividade no trabalho, permitindo ao mesmo tempo ao patronato intensificar a sua exploração sem ter que correr o risco de enfrentar reivindicações coletivas ou prerrogativas

¹²⁰ Ver página 207.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

individuais de carreira: o que é insuportável numa condição permanente de trabalho pode tornar-se suportável nos limites de um projeto passageiro.”¹²¹

A isso deve-se somar que as condições de emprego oferecidas à mulher na cidade de Vassouras, com o nível de escolaridade que possuía uma operária eram quase nulas.

Nos depoimentos que colhemos, muitos falavam com orgulho da função que exerciam na fábrica, e atribuíam um “valor subjetivo” aos demais setores. De uma forma geral, as tecelãs atribuíam a si o trabalho mais importante da fábrica, embora reconhecessem que, sob o ponto de vista da organicidade interna das atribuições e funções da companhia tivessem que se subordinar profissionalmente aos contramestres, mestres, gerentes, enfim, a uma série de outros funcionários. Ainda assim, mostravam orgulho da tarefa que a produção lhes designava. Não se tratava de depreciar os setores de preparação do fio, mas de fazer ver a todos que os trabalhos giravam em torno do fruto da tarefa por elas exercido.

Muitos funcionários permaneceram na fábrica até sua aposentadoria. De uma forma geral, essa política de manutenção de mão de obra foi uma constante na Companhia Têxtil São Luiz e era ambicionada pelos trabalhadores.

Havia toda uma propaganda governamental para que se pudesse ver a carteira de trabalho como um documento de proteção ao trabalhador.

Tentava-se atribuir ao documento o status de um curriculum do trabalhador.

¹²¹ Alvim e Leite Lopes. Famílias Operárias – Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 14 – ano 5. 1990. p. 11.

“A carteira de trabalho, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil: se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.”¹²²

Concebemos que os funcionários incorporaram esse espírito de importância como prova de idoneidade. Há vários depoimentos onde há declarações que demonstram grande orgulho por ter trabalhado somente na fábrica, uns se especializando em uma função, outros por ter trabalhado em várias seções, denotando um crescer profissional.

O caso como o do Sr. Sylvio Guimarães, que iniciou suas atividades na fábrica como abastecedor de batedor¹²³ e chegou à gerência, é citado sistematicamente. Vários funcionários foram promovidos a cargos de controle de produção e distribuição.

Porém, há quase uma unanimidade nos depoimentos que colhemos em atribuir aos funcionários uma origem humilde, mesmo os que se investiam em cargos de mando. Também percebemos um certo desconforto em relatar como eram discriminados por parte da população, ainda que se reconhecessem como produtores de riqueza.

Havia funcionários mulatos, mas muito poucos eram negros. Há relatos declarando que entre os funcionários havia um preconceito em

¹²² Conta-capa das carteira Profissional da D. Aldaleia Alves dos Santos.

¹²³ Batedor é uma máquina onde se inicia a limpeza do algodão bruto. Os montes são postos em um orifício e a máquina balança com o objetivo de separar as impurezas.

aceitar os negros nos bailes promovidos pelo bloco da fábrica. Curiosamente, na foto do refeitório não aparece nenhum funcionário negro e nos bailes de carnaval, segundo relatos de entrevistados, alguns deles eram barrados por seus colegas de trabalho e nos clubes da cidade, nem sempre eles podiam entrar.

Quanto à entrada da mão de obra na fábrica, ela era indicada por familiares. Geralmente, irmãs, sobrinhos, tios, noivos e mães encaminhavam indicações de seus parentes para a fábrica, onde eram admitidos como aprendizes quando da vacância de cargos dessa natureza, também segundo critérios de produção vinculados ao sexo de requerente.

Quando iniciavam as atividades na fábrica, os operários eram instruídos por próprios colegas seus, que lhes ensinavam o ofício.

Nas entrevistas não há menção a um regulamento escrito, uma diretriz de comportamento único na fábrica. Contudo, o que se pode afirmar é que eles existiam tacitamente, e as atitudes passíveis de punição ou de imposição de regras de conduta geral dentro do estabelecimento intentavam, em última análise, a manutenção do ritmo de produção, garantindo o máximo possível de produtividade e, conseqüentemente, de lucro. Quando da entrada do funcionário, já lhe era explicado, se não soubesse “de casa”, as regras da fábrica. O não cumprimento gerava advertência ou demissão.

Relata uma operária que preferiu não se identificar, um fato ocorrido com seu irmão:

“Meu irmão era músico na Banda do Maestro Luiz Seabra, e trabalhava na fábrica. A banda foi convidada para tocar na Festa de São Sebastião

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
(Ferreiros, distrito de Vassouras, o tem como santo padroeiro).

Seu Seabra tinha dito ao meu irmão que já tinha avisado na fábrica que ele iria faltar para tocar lá. No dia seguinte, meu irmão foi trabalhar e o Seu Bruno virou-se para ele e falou: – Está despedido. Aí ele voltou para casa.”¹²⁴

Quando os operários eram surpreendidos em conversas, ou bebendo água ou café no serviço também havia repreensões. Algumas eram discretas, outras, especialmente do Sr. Bruno, são sempre descritas como veementes, austeras e nem sempre educadas.

Nesse aspecto, concordamos com Elisabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos, quando as autoras se referem às formas de controle fabril:

“As normas relativas ao processo de trabalho visavam a adequar o operário aos princípios do sistema fabril, concentrando-se as proibições nas atitudes que pudessem interferir no tempo útil de trabalho e perturbar o desenvolvimento da atividade, alterando conseqüentemente o ritmo da produção contrariando, portanto, os interesses da empresa. Dessa forma o tempo do operário era totalmente controlado e disciplinado, quer pelo apito assinalando o horário de entrada e de saída da fábrica, quer pela impossibilidade de suspensão da tarefa. O silêncio também era exigido

¹²⁴Entrevistado que preferiu não se identificar. Entrevista em 28/12/1999.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
para garantir a atenção na tarefa, apesar do barulho
extremo produzido pelas máquinas em grande parte das
seções.”¹²⁵

As condições de trabalho, a rotina fabril, as exigências da produção, o controle por parte do empregador existiam nesta unidade fabril, com características muito semelhantes às descritas nas grandes indústrias de tecido.

Não se pode deduzir o sentido das ações dos agentes sociais pela simples leitura das condições objetivas.

Ao lado dessas relações interpessoais ponteadas por um comportamento moderno, industrial, onde era imposto um controle organizacional rígido e um código cultural estabelecido, que fornecia as categorias e as práticas de uma cultura tecnológica, convivia-se com comportamentos tradicionais, como a proibição das esposas de trabalhar, a manutenção de hábitos e atitudes típicas de comportamentos rústicos, embora houvesse orgulho em incorporar este espírito de modernidade. Vivia-se um espírito dicotômico, dual, onde as experiências se confundiam e se embricavam.

Esse espírito de dualidade se reveste de uma característica de modificação das estruturas, ante as conjunturas.

Como Gramsci percebemos as formas difusas de cristalização da ideologia dominante nos aspectos de vida cotidiana. Com efeito, pode-se antever nessas transformações moleculares, entendidas aqui como as transformações “provisórias”, nos padrões de manutenção doméstica, nas atitudes cotidianas, processos significativos de erosão cultural, quebrando

¹²⁵Weid E. Von der e Bastos Ana Maria R. Op. cit. p. 236.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
por dentro um monolitismo de dado sentido hegemônico, e dessa forma,
favorecendo as tentativas de mudança.¹²⁶

No centenário de elevação de Vassouras a Vila, comemorado em 15 de janeiro de 1933, os jornais de Vassouras não se rogavam em glorificar o passado áureo do município, seus vultos famosos, os acontecimentos que notabilizaram a cidade.

Jornal “O Vassourense”, estampa na primeira página os seguintes dizeres:

“N’uma apothose de civismo e glórias,
Vassouras rasga o velário de um horizonte novo, a’
gente ativa, laboriosa e independente, nesta data
alviçareira do seu centenário.”¹²⁷

Pelo que se expõe, apregoava-se uma Vassouras nova, com predisposição ao novo, buscando no futuro soluções para reverter o quadro que se apresentava.

Michel Verret, afirma que:

“O trabalhador não traz da fábrica apenas seu
salário. Traz também as novidades, os costumes, as
experiências, as categorias de pensamento ...”¹²⁸

Ainda em “O Vassourense”, na mesma página, resgata-se o passado grandioso do município:

¹²⁶ in: Direito Moderno e Mudança Social - Ensaios de Sociologia Jurídica. p. 41.

¹²⁷ O Vassourense, Anno XIX nº 1. p. 1. de 15 de janeiro de 1933.

¹²⁸ Michel Verret, La Pensée, 162 junho 1972. in: Pereira Vera Maria Cândido. O Coração da Fábrica. p. 154.

“O centenário de Vassouras não é apenas a passagem de um anno mais na vida operosa e trepidante de um município, significa o marco aurifulgente das tradições grandiosas dos nossos antepassados, perpetuando nos feitos que as eras não consomem, toda a honradez de um povo nobre.”¹²⁹

No jornal “O Estado do Rio”, também em edição comemorativa ao centenário de Vassouras, mesmo se dizendo diferente, tem o mesmo discurso que glorifica o passado.

“A data de hoje representa portanto na vida política de Vassouras um grande avanço na escala do progresso e é por isso justa a retumbante alegria que hoje faz vibrar todos os ângulos d’essa urbs maravilhosa pelas suas naturaes bellezas, pela generosidade dos seus ares doces e serenos, pela pureza de suas virgens, pelo seu clima ressuscitador.”¹³⁰

As características que se vinculam ao progresso não são ligadas às inovações tecnológicas, às descobertas científicas, a estudos de qualquer natureza. Então o que era o progresso, senão a repetição de permanências?

A dificuldade, nos parece, era determinar que o aspecto cultural era tido como o mais substancial. Em documentos identificatórios todos os funcionários se autodenominam operários, contudo não eram capazes de absorver, internamente, conceitos de relações modernas.

¹²⁹ O Vassourense, Anno XIX, nº 1. p. 1. de 15 de janeiro de 1933.

¹³⁰ O Estado do Rio de Janeiro, Anno XIV, 15 de Janeiro de 1933, nº 548. p 1.

Como fazê-lo, se dentro da realidade diária, mesmo o prefeito municipal convivia com esse paradoxo.

A municipalidade, que em 1933, cria uma escola exclusiva para os operários sindicalizados e seus filhos menores, em 1932, pelo Decreto nº 133, ao estabelecer as considerações sobre a vocação do município, declarou-o como essencialmente agrícola, e a instrução, pela orientação pedagógica vigente, que deveria preparar o indivíduo para a vida social e coletiva, determina a fundação de uma escola agrícola municipal.

E essa era uma dificuldade não só dos funcionários da fábrica como dos demais munícipes de Vassouras.

Em comparação, da euforia vivida da primeira fase de implantação da indústria em Vassouras, quando da efetiva entrada da administração dos irmãos Gomes, o furor progressista já havia em muito declinado.

Vassouras já havia definido sua grande vocação – a criação de gado. A maioria das fazendas do café já haviam sido ocupadas por reses,¹³¹ tanto para o corte como para o leite. Uma das indústrias que tivemos era a de produção de “Cream Suisse” a Companhia de Laticínios Vassourense, do Sr. Leon Gilson, em Barão de Vassouras.

O matadouro Municipal de Vassouras era muito utilizado para a sangria de gado de toda a região.

Além disso, ao comércio era atribuída uma fonte de renda significativa para a sede municipal.¹³²

¹³¹ No levantamento próximo a 1933, foram contabilizadas 20.000 reses adultas no município de Vassouras. in O Governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas Municipalidades durante o ano de 1933-Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói, Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Exemplar nº 0422. 1934.

¹³² Em levantamento de anúncios de jornais entre 1933 e 1936, pudemos observar somente na sede 05 hotéis, 26 lojas entre revendedoras de carros, bancos, lojas lotéricas, lojas de ferragens, de tecidos e de “secos e molhados”, além de 10 anúncios de profissionais liberais, entre advogados, dentistas e médicos. A maioria se localizava à Rua Caetano Furquim. A isso devem-se somar os pequenos estabelecimentos que não anunciavam em jornais.

A municipalidade enfrentava um sério problema orçamentário, derivado de uma diminuição da receita orçada¹³³ e da arrecadada. Houve, segundo dados oficiais, uma diminuição de 6:045\$368, que, acumulada ao déficit anterior, somava o total de 20:395\$870.¹³⁴

Apesar disso as preocupações da municipalidade em amparar a indústria de tecido permaneciam.

Em 1930 assume a prefeitura, pelo Decreto do Governo Provisório nº 19.398, de 11 de novembro, o Coronel Joaquim Ribeiro de Avellar.

Em sua gestão, ele estabeleceu um Decreto que isentava a Sociedade Anônima Companhia Têxtil São Luís do pagamento de taxas e impostos, pela prorrogação de uma Deliberação da Câmara Municipal de agosto de 1921, quer dizer, meses depois da administração dos Gomes.

Essa isenção prevaleceu devido à

“... crise aguda (que passam as indústrias de tecido), cujas conseqüências tem feito paralisar, totalmente ou parcialmente, um grande número de fábricas, deixando desempregados milhares de operários e famílias.

¹³³ Receita orçada constitui-se do valor esperado para a arrecadação municipal em um exercício fiscal.

¹³⁴ O déficit de Vassouras era maior que a receita arrecadada de Barra de São João, Bom Jardim, Rio Claro, São Pedro D’Aldeia, pouco menor que a arrecadação de Sumidouro. Anexo I.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
... (e ser) dever público minorar os efeitos da

crise, tendo em vista, sobretudo, a necessidade de evitar o aumento do número dos sem trabalho.”¹³⁵

De fato a crise se estabeleceu, e impôs suas necessidades à fábrica, que era uma das maiores fontes empregadoras da sede municipal. Ou trabalhava-se no comércio, ou na fábrica. O fechamento dela iria causar um sério dano social à população trabalhadora da cidade de Vassouras.

Assumindo a prefeitura Municipal de Vassouras, depois do pedido de exoneração do Coronel Joaquim Ribeiro de Avellar, o Sr. Maurício Paiva de Lacerda enfrentou um déficit ainda maior, de 50:792\$595.¹³⁶

Naquele ano de 1932, o prefeito municipal, com vistas a suprir as necessidades oriundas da comemoração do centenário da elevação de Vassouras a Vila, baixou o Decreto nº 123, de 24 de novembro de 1932¹³⁷ no qual estabelece um acréscimo tributário, por uma taxa de 5% sobre todos os impostos, para arcar com as despesas advindas do centenário do município. Esse acréscimo era imposto ao exercício seguinte.

Por conta desse expediente, a arrecadação do município de Vassouras foi a maior verificada no primeiro quinquênio da década de 30. Todavia a arrecadação do município subiu de 345:986\$322 em 1929 para 446:135\$810 em 1933.

O acréscimo na arrecadação é atribuído à maior seriedade, por conta de medidas estabelecidas pelo prefeito como a proibição de “meia licença”¹³⁸, que antes vigorava, e a aplicação das rendas públicas em obras

¹³⁵ Prefeitura Municipal de Vassouras, Decreto nº 8 de 6 de junho de 1931. Câmara Municipal de Vassouras.

¹³⁶ Anexo II.

¹³⁷ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1932. p. 13.

¹³⁸ O regime de meias licenças consistia na permissão do comerciante ou industrial, que iniciasse as atividades durante o exercício fiscal, fazer o pagamento parcial da cota tributária da municipalidade.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

de utilidade e necessárias, bem como a arrecadação direta proveniente da indústria, ou indireta, do urbanismo.

Segundo os dados de que dispomos, a agricultura do município fixou-se nos distritos de Paty do Alferes, Massambará e Avellar, ficando neste um mercado que fornecia ao grande Mercado de Madureira. Destacava-se pelo cultivo do tomate e pimentão e de cereais.

Nesse período houve, por determinação municipal, isenção de imposto predial para localidades próximas a Paty do Alferes, em especial na estrada que a liga Petrópolis a Avellar e na estrada que liga Paty do Alferes a Andrade Pinto, criadas em 1933, o que causou um acréscimo na população daqueles distritos, viabilizando e facilitando o escoamento da produção agrícola da área. Com isso reforçou-se a fixação das pessoas nas localidades de “vocação agrícola”.

Na década de 30, a sede municipal já contava com a grande parte das ruas do perímetro urbano iluminadas, e muitas localidades distantes do centro já dispunham desse serviço nas casas de seus moradores.

Foi doado ao Governo Federal um terreno, próximo a fábrica de tecido, para que se mandasse construir o prédio dos correios e telégrafos e o Palacete do Barão de Canan a, bem em frente a Praça Barão do Campo Belo, foi adaptado para que l  se instalasse o Fórum, onde funcionou até 1997.

A comemora o do Centenário gerou um surto de obras públicas de grande vulto, especialmente no sede municipal. Foram construídos uma escola, dois monumentos; a cidade e vários distritos foram arborizados; reforçaram-se as caixas de abastecimento público de água potável; melhorou-se a ilumina o pública, tanto no que se refere à potência das

Podia aplicar-se tanto a “negócios novos”, como a “reabertura de portas”. Segundo leituras de jornais da época, a revoga o dessa medida causou desagrado entre os comerciantes.

lâmpadas, como no concenrente à quantidade de ruas, sem, contudo desvinculá-las da proximidade do centro histórico.

Para o operariado foram doados dois terrenos para o repouso dos eletricitários, além de lançarem-se os alicerces do Sindicato Operário Vassourense, em um terceiro. Infelizmente, nada além dos alicerces existiu.

Além dele, foi lançada a pedra fundamental da construção do maior cinema de Vassouras, o Cine Theatro Centenário, existindo, ainda, mais um, que funcionava no Salão Brasil.

Os carnavais em Vassouras eram animados: os blocos mais conhecidos eram o “Espera que vem”, o “Não me aperte no baile”, o “Quando ela não quer” e o “Pendura a saia no gancho”. Posteriormente, foi fundado o bloco da Fábrica. Qualquer pessoa, mesmo que não fosse empregado da fábrica de tecidos poderia desfilar no bloco. Porém, a grande maioria dos componentes era ou tinha sido funcionários.

Quando os funcionários queriam realizar um baile de carnaval, o faziam no salão da Prefeitura Municipal ou, posteriormente no salão de refeitório da fábrica. Muitos bailes pré-carnavalescos eram feitos com o objetivo de angariar fundos para a compra de aparatos para o desfile.

As fantasias do Bloco, mesmo as mais elaboradas, eram feitas pelos próprios operários, em suas casas, e com tecidos finos, que a fábrica não produzia.

O time de futebol da Fábrica de Tecidos São Luiz foi ativo nas partidas de futebol, participando de muitos campeonatos. Há menção em vários jornais da época dos torneios realizados entre os clubes da cidade. Houve até uma disputa entre os jogadores do time “da fabrica” e um combinado de outros trabalhadores têxteis.

O carnaval, o futebol, os encontros na praça e outras atividades de lazer eram espaços onde se firmavam e consolidavam relações de

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936
amizade entre os operários. Os operários têxteis de Vassouras procuravam tecer, cotidianamente, relações sociais na fábrica, na igreja, na escola, no comércio local, enfim, buscavam encontrar seu lugar social.

Bourdieu argumenta que:

“... reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos é permitimo-nos deduzir a existência, ler as condutas na descrição dos aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de discursos encarados como matrizes reais das práticas.”¹³⁹

¹³⁹ Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. p. 77.

CONCLUSÃO

Vassouras tem muitas histórias, quem aqui vive, respira, nasce e morre, o faz com os vestígios do Brasil Império. Contudo, estes são apenas uma parte do que se viveu.

O casario, as fazendas são as marcas indeléveis deste passado glorioso, porém, esse é apenas um dos passados de Vassouras. Foi-se o café, ficaram as terras, o município, a população. O tempo não pára, nem tão pouco a história. Neste trabalho expusemos uma dessas histórias.

O sonho de progresso foi acalentado durante anos, e finalmente coporificado na fábrica de tecidos, que enfrentou uma série de dificuldades para sua implementação. A modernidade era vinculada à fábrica. As novas relações por elas impostas dariam novas possibilidades a cidade em crescimento. Os trilhos eram os móveis do progresso.

As relações entre operários e industriais também eram fruto de progresso, e no segundo capítulo estabelecemos as bases pela quais foram construídas. Demonstramos que, com todo o processo de elaboração legislativa proposto pelo governo Vargas, quer pela formação de comissões, quer pela sucessivas retificações dos dispositivos legais, sob o pretexto de melhor adequá-lo às necessidades do trabalhador, na realidade social que nos dispusemos a estudar não houve participação, interesse e em muitos casos conhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Na proporção em que a pesquisa se desenvolvia, assim como as leituras para o aprofundamento teórico, as entrevistas com os operários, as

tentativas, muitas delas infrutíferas de aprofundar através de documentos as informações delas obtidas, uma certeza interior crescia: a fábrica de tecido foi uma fonte de transformação na vida cotidiana do vassourense.

A municipalidade, de muitas formas auxiliou a Companhia Têxtil São Luiz a implementar as políticas assistencialistas, sempre mantendo boas relações com a direção.

Os funcionários desenvolveram todo um conjunto de comportamento descritos como paternalizados, comuns aos trabalhadores têxteis do período por nós trabalhado.

As relações entre empregador e empregado era respeitosa, e a animosidade que existia era personificada não na figura do proprietário, mas na dos encarregados. O reconhecimento pessoal da figura do empregador era de um homem bom, contudo a idéia da fábrica enquanto empresa estabelecia-se em uma esfera pendular, ora como boa, pois lhes provia o sustento, ora como má, que lhes explorava o trabalho. Nesse sentido, desenvolveu-se uma política antipatronal, entendida aqui como uma animosidade ao sistema, mais presente no decorrer dos anos de funcionamento da fábrica, do que uma concepção anticapitalista.

Pelas entrevistas que nos foram concedidas, percebemos que, embora as formas compartamentais impostas pelo capital, determinando as condições de vida dentro da comunidade fabril, havia um ponto de transigência neste controle. A inexistência da vila operária permitiu que os trabalhadores se unissem em torno da fábrica, com a formação do bloco, do clube de carnaval e do time de futebol, usando o mesmo aparato que lhes impunha ordem como ponto de partida para sua própria organicidade externa.

- Código Civil Annotado pelo Dr. João Luiz Alves** RJ, F. Briguiet e Cia Editores – Livreiros, 1917.
- Correio de Vassouras** – 2ª fase – Anno I nº 28, de 23 de agosto de 1936.
- Correio de Vassouras** nº 11 de 15 de setembro de 1917.
- Correio de Vassouras** nº 13, 29 de setembro de 1917.
- Correio de Vassouras**. Anno II nº 18 de 03 de novembro de 1917.
- Correio de Vassouras** – 2ª fase – Anno I nº 26 de 09 de agosto de 1936.
- Correio Vassourense** Anno II nº 11 de 23 de agosto de 1917.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, novembro de 1932.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, dezembro de 1932.
- Documentos Parlamentais Legislação Social** 1º Volume 1919.
- Jornal de Vassouras**, Anno I, nº 10, de 08 de Setembro de 1917.
- Museu Casa da Hera – MCH – 90.10.53** Museu casa de Hera – correspondência particular de Eufrásia Teixeira Leite.
- O Estado do Rio de Janeiro**, Anno XIV, 15 de Janeiro de 1933 nº 548.
- O Governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas Municipalidades durante o ano de 1933 – Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras**. Niterói, Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Exemplar nº 0422, 1934.
- O município**, nº 25 de 23 de outubro 1913.
- O município**, nº 15, de 15 de agosto de 1918.
- O Vassourense**, Anno I, de 20 de maio de 1914.
- O Vassourense**, Anno I nº 10 Ide 05 de junho de 1914.
- O Vassourense**, Anno V, de 12 de janeiro de 1918.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:

A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

O Vassourense, Anno XIX nº 1 p. 1 de 15 de janeiro de 1933.

Revista Brasil Próspero nº 1 Ano I. Julho de 1926.

Prefeitura Municipal de Vassouras – Arquivos da Câmara.

Resolução nº 11 de 08 de julho de 1924.

Decreto nº 8 de 03 de junho de 1931.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de.** *Pequena História da Formação Social Brasileira*. RJ. Graal, 1981. p. 462.
- ALVIM, R e LEITE LOPES, J.S.** *Famílias operárias*. in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, pp.08-17, Ano 5, 1990.
- ANASTÁCIA, Carla Maria Junho.** *Corporativismo, Legislação Sindical e Prática organizacional do trabalho em Minas Gerais (1931/1939). Apontamentos para um debate*. in *Revista de Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte*, pp. 65-77. 1986.
- _____. *Corporativismo e cálculo político – o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932/1937)*. RJ, IUPERJ, Tese de Doutorado em Ciência Política, 1990.
- AGUIAR, Ana Isabel.** *Entre o Discurso e a Prática: Educação da Infância em Escolas de Fábricas com Vila Operária*. Dissertação de Mestrado. PPGS/IFCS/UFRJ.
- BEAUD, Michel.** *Arte da Tese*. RJ, Bertrand Brasil, 1996.
- BERMAN, Marshal.** *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. SP, Companhia das Letras, 1997.
- BORIS, Fausto.** *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III O Brasil Republicano, 1º Volume, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*, Ed. Difel, SP, 1981.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III O Brasil Republicano, 3º Volume, Sociedade e Política (1930-1964)*, Ed. Difel, SP, 1981.
- _____. *A Revolução de 1930 Brasiliense* SP, 1970.

- BRANDÃO** Helena H. N. Introdução à Análise do Discurso. SP. Ed. da Unicamp, 1993.
- BOURDIEU**, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa, Difel: Brasil Bnertrand. 1989.
- CÂNDIDO**, Filho José. O Movimento Operário: O sindicato, O Partido. Petrópolis, Vozes, 1982.
- CARONE**, Edgard. A Segunda República. SP, Difel, 1973
_____. A Terceira República(1937-1945). SP, Difel, 1976.
- DE DECCA**, Edgard Salvatori, A Ciência da Produção: Fábrica despolitizada. in: *Revista Brasileira de História*, nº 6. SP. Ed. Marco Zero, 1984.
- FERNANDES**, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. SP, Zahar, 1975.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes e Janaina Amado. Usos e Abusos da História Oral. RJ, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- FAORO**, Raimundo. Os donos do Poder- Formação do patronato Político brasileiro. 12ª Edição SP, Editora Globo, 1997
- FREIRE**, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o regime da economia patriarcal. RJ, Record, 26ª ed., 1989.
- FURTADO**, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento econômico. SP, Nova Cultural, 1986.
- GEBRAN**, Philomena (Coord). Conceito de Modo de Produção. RJ, Paz e Terra, 1978.
- GOLDENBERG**, Mirian. A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. RJ. Record, 1998.
- GOMES**, Angela de Castro. Burguesia e Trabalho Política e Legislação social no Brasil; 1917-1937. RJ. Editora Campus Ltda. 1979.

Dumará, 1994.

GENRO, Tarso. Pensar o direito no socialismo. Quatro ensaios marxistas.
Porto Alegre. Tchê!, 1986.

JULIA, Dominique e Boutier, Jean. Passados Recompuestos. Campos e
Canteiros da História. RJ. Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

JÚNIOR, Arruda Edmundo de L. Direito Moderno e Mudança Social.
Livraria Del Rey Editora, BH. 1997.

. Sociologia do Direito:
Marxismo, liberalismo e modernidade. Porto Alegre. Livraria do
Advogado, 1996.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. SP. Brasiliense, 26ª
ed., 1981.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. 3ª Edição RJ, Paz e
Terra, 1989.

HOBSBAWN, Eric J. Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a
História Operária. RJ, Paz e Terra, 2ª Edição, 1988.

. A era do Capital: 1848-1875. , 2ª Edição, RJ,
Paz e Terra., 1979.

. A era dos Extremos - O breve século XX 1915-
1991. SP, Companhia das Letras, 1997.

KELLER, Paulo Fernandes. Fábrica e Vila Operária: A Vida cotidiana
dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ. RJ, Solon, 1997.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. SP, Martins Fontes, 1993.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Papirus. SP, 2ª ed..

LEVY, Maria Barbara. A Industrialização do Rio de Janeiro através de
suas Sociedades Anônimas. RJ, EUFRJ, 1994.

LINHART, Robert. Greve na Fábrica. SP, Paz e Terra, 1978.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et alli. Rio de Janeiro Operário. RJ, Access Editora, 1992.

_____. História do Rio de Janeiro. RJ Ed. Access s/d.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. À Sombra das Tradições O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Transição Democrática (1974/1985): Um estudo sobre o Estadismo Sindical. Niteroi, UFF Tese de Mestrado em História Social das Idéias mimeo, 1994.

MARX, Karl. O Capital. RJ, Zahar, 1986.

_____. A Ideologia Alemã. RJ, Zahar, 1969.

MARX, Karl e F. Engels. Manifesto Comunista., SP, Ched Editorial, 2^a ed, 1980.

MARCONDES Filho, Ciro. Quem manipula quem? Petrópolis, Vozes, 1986.

MORAIS FILHO, Evaristo de. Introdução ao Direito do Trabalho-I. RJ, Forense Editora, 1956.

_____. Apontamentos de Direito Operário. SP, s/ed. 1971.

OLIVEIRA, Juarez de. C.L.T. SP, Editora Saraiva, 20^a ed., 1995.

PENNA, Lincoln de Abreu. Uma História da República. RJ. Nova Fronteira, 1989.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. O coração da Fábrica: estudo de Caso entre operários têxteis. RJ, Campus, 1979.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. SP, Cia da Letras, 1989.

RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras. Niterói, SEEC, 1978.

REICHEL, Heloisa J. A indústria Têxtil do Rio Grande do Sul 1910/1930. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1978.

- RICCI, Maria Fernanda C. de C. Moares et alli.** Modernidade, uma questão Conceitual. Trabalho apresentado na V Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas - CFCH/UFRJ. 1999.
- SKIDMORE, Thomas E.** Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). RJ, Paz e Terra 5ª Edição, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck.** Formação Histórica do Brasil. SP. Brasiliense, 8ª Edição, 1973.
- STEIN, Stanley J.** Origens e Evolução da indústria Têxtil no Brasil - 1850 - 1950. RJ, Campus, 1979.
- _____. Vassouras: Um Município brasileiro do café, 1850-1900. RJ, Nova Fronteira, 1985.
- SOUZA, Joaquim Alvarenga.** Preservemos, Prestigiando Lembranças Históricas de Vassouras - Terra e Povo. RJ, 1985.
- TEIXEIRA, Francisco M.P. e TOTINI, Maria E.** História Econômica e Administrativa do Brasil, SP. Ática.
- THOMPSON, Paul.** A Voz do Passado – História Oral. RJ. Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E.P.** A formação da Classe operária Inglesa. 2ª Edição. RJ Paz e Terra, 1989.
- TRONCA, Ítalo.** Revolução de 1930 a dominação oculta. SP, Brasiliense, 1982.
- TURAZZI, Maria Inez.** A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem. RJ. Ed. COPPE/Marco Zero, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck.** Sindicalismo e Liberalismo no Brasil. 2ª ed. RJ, Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Oliveira.** Instituições Políticas Brasileiras. RJ, Record Cultural, 3ªed., 1974.

Direito do Trabalho e Democratização Social – O Problema do trabalhador no Estado. SP. 1951.

WEID, Elisabeth von der e BASTOS Ana Marta R. *O Fio da Meada Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil Rio de Janeiro. FCRB-CNI, 1986.*

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e Movimento Operário: Algumas questões para História do Período 1945-1964. Revista de Cultura Contemporânea.*

ANEXOS

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

Anexo I - Receita e Despesa dos Municípios no Exercício de 1932.

Municípios	Receita		Despesa		Resultado do Exercício	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Efetuada	Saldo	Déficit
Ang. dos Reis	179:520\$000	133:906\$086	179:520\$000	120:090\$656	13:815\$430	\$
Araruama	85:000\$000	65:033\$500	85:000\$000	64:704\$828	328\$672	\$
Barra Mansa	307:502\$200	318:684\$600	307:502\$200	317:683\$034	1:001\$566	\$
Barra do Pirai	800:000\$000	748:689\$500	800:000\$000	724:402\$127	24:287\$373	\$
Barra de S. João	49:500\$000	20:138\$805	49:500\$000	20:758\$800	\$	169\$995
Bom Jardim	128:000\$000	95:387\$650	128:000\$000	105:753\$540	\$	10:365\$890
Cabo Frio	227:400\$000	139:322\$800	227:400\$000	146:384\$130	\$	7:061\$330
Cambucí	162:000\$000	120:920\$400	162:000\$000	122:031:700	\$	1:111\$300
Campos	2.206:208\$900	1.969:374\$006	2.206:208\$900	1.893:569\$945	75:804\$061	\$
Cantagalo	160:000\$000	168:896\$842	160:000\$000	174:789\$547	\$	5:892\$705
Capivari	80:890\$000	41:907\$000	80:890\$000	42:402\$100	\$	495\$100
Carmo	92:758\$000	52:570\$600	92:758\$000	55:900\$950	\$	330\$350
Duas Barras	56:100\$000	36:540\$100	56:100\$000	36:536\$900	3\$200	\$
Iguassú	1.080:000\$000	1.099:896\$150	1.080:000\$000	1.136:198\$812	\$	36:302\$662
Itaboraí	116:500\$000	82:163\$736	116:500\$000	86:330\$396	\$	4:166\$660
Itaguaí	119:500\$000	72:341\$404	119:500\$000	70:476\$400	1:865\$004	\$
Itaocara	128:975\$000	90:826\$588	128:975\$000	897\$6\$702	1:069\$886	\$
Itaperuana	629:500\$000	673:510\$450	629:145\$000	621:193\$900	52:316\$550	\$
Macaé	473:000\$000	433:767\$270	473:000\$000	448:448\$670	\$	14:681\$400
Magé	245:000\$000	289:650\$400	245:000\$000	294:138\$990	\$	4:488\$590
Mangaratiba	115:000\$000	81:699\$700	115:000\$000	83:531\$888	\$	1:832\$188
Maricá	72:500\$000	54:886\$200	72:500\$000	55:425\$300	\$	539\$100
Niterói	9.196:000\$000	10.056:472\$952	9.196:000\$000	10.546:841\$962	\$	490:369\$010
Nova Friburgo	694:000\$000	701:612\$100	694:000\$000	617:079\$440	84:532\$660	\$
Paraíba do Sul	433:400\$000	412:782\$469	433:400\$000	403:834\$600	8:947\$869	\$
Parati	80:990\$000	38:885\$700	80:990\$000	38:245\$616	640\$084	\$
Petrópolis	2.943:750\$000	3.128:358\$747	2.943:750\$000	2.943:750\$000	175:347\$362	\$
Pirai	120:000\$000	87:698\$200	120:000\$000	107:040\$220	\$	19:342\$020
Resende	321:300\$000	259:890\$596	321:300\$000	258:315\$827	1:574\$769	\$
Rio Bonito	129:765\$300	135:239\$340	129:765\$300	197:673\$250	\$	62:433\$910
Rio Claro	50:100\$000	23:615\$800	50:100\$000	23:647\$360	\$	31\$560
S. de Japuíba	62:227\$000	49:280\$600	62:227\$000	48:739\$200	541\$400	\$
S ^{ra} M ^a . Madalena	100:600\$000	88:413\$950	100:600\$000	85:825\$650	2:588\$300	\$
Santa Tereza	85:013\$343	50:167\$800	85:013\$343	53:953\$900	\$	3:786\$100
Santo A. de Pádua	300:000\$000	297:660\$450	300:000\$000	307:649\$360	\$	9:988\$910
São Fidelis	236:543\$169	246:652\$009	236:543\$169	268:592\$976	\$	21:940\$967
São Gonçalo	1.112:000\$000	1.071:546\$427	1.112:000\$000	1.024:408\$207	\$	47:138\$220
São F. de Paula	90:000\$000	53:328\$260	90:000\$000	57:470\$825	\$	4:142\$565
São J. da Barra	125:400\$000	110:613\$900	125:400\$000	113:353\$400	\$	2:739\$500
São João Marcos	74:490\$000	24:982\$900	74:490\$000	24:981\$800	1\$100	\$
São P. d'Aldeia	55:205\$000	35:083\$100	55:205\$000	36:679\$929	\$	1:596\$829
São S. do Alto	58:355\$000	23:879\$280	58:355\$000	25:678\$526	\$	1:799\$246
Sapucaia	111:000\$000	103:126\$200	111:000\$000	103:534\$580	\$	408:380
Saquarema	56:680\$000	50:670\$573	56:680\$000	51:606\$322	\$	935\$749
Sumidouro	58:490\$000	27:224\$300	58:490\$000	26:654\$000	570\$300	\$
Terezópolis	820:200\$000	637:187\$200	820:200\$000	592:300\$000	44:887\$200	\$
Valença	401:200\$000	434:931\$504	401:200\$000	412:355\$680	\$	22:575\$824
Vassouras	404:660\$000	389:133\$599	404:660\$000	439:926\$194	\$	50:792\$595
Totais:	25.636:272\$912	25.328:551\$743	25.635:917\$912	25.529:909\$524	559:836\$830	761:194\$611

Fonte: O Governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas Municipalidades durante o ano de 1933 –Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói, Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Exemplar n° 0422, 1934.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

AnexoII -Arrecadação Municipal nos anos extremos do quinquênio 1929-1933

Municípios	Receita Arrecadada			
	1929	1933	Para Mais	Para Menos
Angra dos Reis	70:368\$350	70:638\$350	100:770\$584	\$
Araruama	71:800\$590	61:544\$700	\$	10:255\$890
Barra Mansa	263:218\$800	371:189\$650	107:970\$650	\$
Barra do Pirai	608:129\$030	869:012\$974	260:883\$944	\$
Barra de São João	19:341\$058	22:287\$273	2:946\$215	\$
Bom Jardim	109:123\$730	78:401\$800	\$	30:721\$930
Cabo Frio	135:039\$700	137:025\$100	1:985\$400	\$
Cambuci	154:652\$940	127:075\$500	\$	27:577\$440
Campos	2.036:543\$194	2.538:175\$538	501:632\$344	\$
Cantagalo	161:536\$259	174:263\$780	12:727\$521	\$
Capivari	60:998\$300	46:693\$700	\$	14:304\$600
Carmo	80:366\$700	62:571\$600	\$	17:795\$100
Duas Barras	53:815\$900	33:629\$700	\$	20:186\$200
Iguassú	802:720\$925	1.272:386\$500	469:665\$575	\$
Itaboraí	83:225\$190	103:861\$900	20:636\$710	\$
Itaguaí	73:299\$499	88:167\$285	14:867\$786	\$
Itaocara	\$	\$	\$	\$
Itaperuana	580:643\$460	710:561\$100	129:917\$540	\$
Macaé	500:947\$320	499:560\$562	\$	1:386\$758
Magé	\$	\$	\$	\$
Mangaratiba	62:073\$400	74:379\$000	12:296\$600	\$
Maricá	43:175\$206	46:771\$500	3:596\$294	\$
Niteroi	9.088:465\$273	9.787:360\$600	698:895\$327	\$
Nova Friburgo	655:596\$940	727:401\$300	71:804\$360	\$
Paraíba do Sul	522:095\$305	444:459\$600	\$	77:635\$705
Parati	33:323\$100	51:343\$100	18:020\$000	\$
Petrópolis	2.771:247\$218	3.173:319\$400	402:072\$182	\$
Pirai	119:694\$220	154:984\$660	35:290\$440	\$
Resende	227:681\$380	322:995\$200	95:313\$820	\$
Rio Bonito	109:749\$970	108:779\$900	\$	970\$070
Rio Claro	13:424\$300	17:517\$200	4:092\$900	\$
SantAna de Japuíba	36:489\$600	56:512\$600	20:023\$00	\$
Santa Maria Madalena	93:660\$500	76:455\$100	\$	17:205\$400
Santa Tereza	41:213\$401	66:054\$100	24:840\$699	\$
Santo Antônio de Pádua	338:842\$160	283:450\$220	\$	55:391\$940
São Fidelis	241:836\$510	240:936\$898	\$	899\$612
São Gonçalo	970:155\$470	1.100:240\$100	130:084\$630	\$
São F. de Paula	\$	\$	\$	\$
São João da Barra	128:860\$255	112:950\$100	\$	15:910\$155
São João Marcos	22:117\$084	24:677\$400	2:560\$316	\$
São Pedro d'Aldeia	28:303\$700	34:319\$000	6:015\$300	\$
São Sebastião do Alto	26:463\$700	26:960\$635	496\$935	\$
Sapucaia	91:625\$100	108:759\$100	17:134\$000	\$
Saquarema	47:384\$750	59:955\$450	12:570\$700	\$
Sumidouro	26:568\$200	20:943\$100	\$	5:625\$100
Terezopolis	609:049\$300	680:009\$400	70:960\$100	\$
Valença	420:674\$153	427:568\$484	6:894\$331	\$
Vassouras	345:986\$322	446:135\$810	100:149\$488	\$
Totais:	22.981:527\$462	26.042:777\$253	3.357:115\$691	295:865\$900

Fonte: O Governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas Municipalidades durante o ano de 1933 –Exposição feita ao Chefe do Governo Provisório da República Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal, Capitão de Corveta Ary Parreiras. Niterói, Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Exemplar nº 0422, 1934.

Anexo III

Crescimento das Indústrias Têxteis de Algodão do Brasil, 1905 – 1921

An o	Área	Fabricas		Fusos		Teares		Trabalhadores	
		Número	Por cento	Número	Por cento	Número	Por cento	Número	Por cento
1905	Brasil	110	100	734.928	100	26.420	100	39.159	100
	Distrito Federal	10		209.200		7.360		8.216	
	Estado do Rio	11		115.560		3.776		6.024	
	Estado de São Paulo	18		110.996		3.907		6.269	
	Estado de Minas	30		45.382		2.295		3.098	
		69	63	481.138	65	17.338	66	23.607	60
1915	Brasil	240	100	1.512.626	100	51.134	100	82.257	100
	Distrito Federal	23		338.326		11.562		16.045	
	Estado do Rio	23		176.610		5.405		8.280	
	Estado de São Paulo	51		378.138		12.743		18.338	
	Estado de Minas	53		131.486		4321		9.028	
		150	63	1.024.560	68	34.031	67	51.691	63
1921	Brasil	242	100	1.521.300	100	59.208	100	108.960	100
	Distrito Federal	14		411.000		13.000		19.000	
	Estado do Rio	23		180.000		6.000		12.500	
	Estado de São Paulo	55		415.900		14.700		25.000	
	Estado de Minas	60		130.000		5.800		18.000	
		152	63	1.136.900	75	39.500	67	74.500	68

Fonte: Garry, Textile Markets of Brazil, pp 22-23: Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro, Relatório 1921-1922, p.39 in Stein Stanley J. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil; -1850/1950.p 111

Anexo IV

Cópia da Resolução N. 11 de 08 de julho de 1924, sancionada pelo
Prefeito municipal Sr. Sylvio Ferreira Rangel – Arquivos da Câmara
Municipal de Vassouras

RESOLUÇÃO N. 11

O Povo do Município de Vassouras, por seus representantes na Câmara Municipal, resolveu e eu promulgo o seguinte:

Art. 1º. — As tabeas de impostos e taxas constantes da legislação Municipal vigente addite-se:

Alvarás especiaes

- | | |
|--|----------|
| a) Fabricas de tecidos de algodão | 300\$000 |
| b) Fabricas de cordas, meias e tecidos de malhas | 100\$000 |

Art. 2º. — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos aquelles a quem a presente Resolução competir, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como nella se contém e declara.

Publique-se e cumpra-se em todo o territorio do Município.

Paço da Prefeitura Municipal de Vassouras, 8 de Julho de 1924.

Sylvio Ferreira Rangel
Prefeito Municipal.

Anexo V

A Companhia de Tecidos D. Isabel.

Em 07/06/1972 a Companhia Têxtil São Luiz foi incorporada ao conjunto fabril da Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel, com sede em Petrópolis à Rua Sá Earp, 623, pelo valor declarado, segundo o laudo de avaliação, de Cr\$1.402.706,48. (Escritura de compra e venda. Anexo VII).

Hoje, a matriz encontra-se instalada no Rio de Janeiro. Tentamos inúmeros contatos com a diretoria da D. Isabel, no sentido de buscar documentos da incorporação, e da Companhia Têxtil São Luiz, assim como dados referentes ao período temporal estabelecido para o trabalho, não logrando êxito na empreitada.

O que nos foi possível apurar, o fizemos por funcionários das duas fábricas, a sede em Petrópolis e da filial de Vassouras.

Segundo depoimento de D. Zilda Almeida Tamancoldi, de 26 de novembro de 1998, a Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel foi fundada no ano de 1888, por Gustavo Webber, sendo posteriormente administrada por um seu sobrinho, o Sr. Adolfo Webber. A filha do Sr. Adolfo casou-se com Geraldo Guyler, que assumiu a administração daquela companhia.

Atribui a administração do Sr. Geraldo a apogeu da fábrica. Tinha cerca de 1.800 funcionários, funcionava em turnos durante 24 horas e produzia “jeans”, que era importado ao Canadá, entre outros tecidos de algodão. Contava com vila operária, creche, gratificação natalina, refeitório, plano de saúde e caixa beneficente.

Diz que com o afastamento do Sr. Geraldo houve o declínio da fábrica, por ela tida como uma das maiores da América do Sul.

O prédio onde originalmente situava-se a sede está abandonado e em ruínas.

Quanto à unidade de Vassouras, com a aquisição da Cia Têxtil São Luiz, todo o maquinário que preexistia na fábrica foi vendido como sucata, e novas máquinas, mais modernas, foram trazidas para a produção de tecidos mais finos e de maior largura. Contudo, o fornecimento de energia elétrica não foi suficientemente potente para suprir as necessidades do novo maquinário, e entre 1980/1982 as atividades fabris foram abandonadas. Essas informações foram obtidas por funcionários que atuaram na fábrica quando do seu fechamento. Muitos foram convidados a assumir suas funções em outras unidades da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel, tanto em Petrópolis como no Rio de Janeiro.

Anexo VI

**Certidão de 13 de agosto de 1973, da Incorporação da
Companhia Têxtil São Luiz pela Companhia Fabrica de Tecidos Dona
Isabel.**



Cartório do 3º Ofício

CGC - MF 30.444.426/0001-03
Praça Promotor Athayde Parreiras, 18/303 - Centro - Tel.: (0244) 71-1578

VASSOURAS - RJ
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
1ª, 2ª E 4ª Distritos

Bel.: José Carlos Ganhadeiro
Oficial
Carlos Roberto Ganhadeiro
Substituto

CERTIFICA que revendo em seu poder, os livros de "REGISTRO DE IMÓVEIS" deste Terceiro Ofício, deles no de número 3-R - TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, consta à fls. 13, o registro sob número de Ordem 11.781, feito em data de 13 de Agosto de 1973, sendo:

TÍTULO: Incorporação, sendo, adquirente (s): COMPANHIA FÁBRICA DE TECIDOS DONA ISABEL, inscrita no C.G.C. do Ministério da Fazenda sob nº 31.119.639/001, e na Jucerj, sob nº S.A - 0209, com sede em Petrópolis - RJ, á rua Dr. Sá Earp, 632.

Transmitente (s): COMPANHIA TEXTIL SÃO LUIZ, inscrita no C.G.C. / sob nº 32.404.691/001 (Ministério da Fazenda), com sede nesta Cidade, á rua Octavio Gomes, nº 11.

Título: Certidão da Jucerj nº SRC 609/72, de 7/06/1972, assinada pelo Secretário Geral Manoel Pereira Gomes, do arquivamento nº SA-209, da Ata de reforma de Estatutos e Incorporação da Companhia de copia da Ata, laudo de avaliação, Certidão SRC-606/72 e publicação do Diário Oficial ns. 12.213 e 12.214.

Valor Declarado: CR\$1.402.706,48 (Hum milhão, quatrocento e dois mil, setecentos e seis cruzeiros e quarenta e oito centavos):-

Imóvel: (características) Um terreno medindo aproximadamente 31.000,00/ metros quadrados, confrontando com a rua Octavio Gomes, com a / Estrada F. C. do Brasil, por um válo com Antonio Thomé, Dr. An- tonio José Fernandes Junior, Cel. Manoel de Souza Jordão ou su- cessores e com quem mais de direito e com herdeiros de Geraldi- na de tal. Um prédio onde funciona a Fábrica, sito a rua Octa- vio Gomes, nº 5, constituído de pedra, cal e tijolos, coberto / de telhas francesas, todo concretado, colunas, madeiramento em madeira de lei, clara-boias de vidro, todo cercado de janelas / envidraçadas, com caivilhos de ferro, compartimento á parte, pa- ra caldeira a vapor, alem de armação para depósito, perfazendo/ o total de 3.852,00 metros quadrados de área construida. Seis / casas residenciais de números 135, 135/101, 183, 171, 225 e 227 sendo as quattros primeiras situadas a rua Octavio Gomes, e as / duas últimas na rua Galeno Gomes, construidas de pedra, cal e / tijolos, conertas de telhas, perfazendo um total de 563,10m2 de área construida, todas construidas no terreno acima descrito. / um terreno com 405,00 metros quadrados, confrontando pela fren- te com a rua Octavio Gomes, na extensão de 22,50 metros, com // 18,00 metros de fundos, pelo lado direito com o novo prédio dos Correios e Telégrafos, pelo lado esquerdo com a propriedade de/ Flacidina de Castro Correa Pinto e pelos fundos com o Asilo Fur- quim. Prédios números 34 e 48, da rua Octavio Gomes, construido no terreno acima, onde funciona o varejo e o refeitório da fá- / brica, perfazendo o total de 196,00m2., de área construida. Ter- reno medindo 1.671,00 metros quadrados, desmembrado da Chácara/ sito a rua Dr. Domingos de Almeida, nº 285, que assim se descri- ve e caracteriza: limita pela frente, em toda sua extensão com/ a linha da Estrada de F. C. do Brasil, por um lado com terreno/ de propriedade da mesma Estrada de Ferro, por outro lado com // terrenos da Cia. Textil São Luiz, e finalmente, pelos fundos //

Anexo VII

Entrevistas:

Como mencionamos na introdução, realizamos um conjunto de 16 entrevistas para a dissertação.

Procuramos priorizar experiências diretas, de trabalhadores da fábrica no recorte temporal que demarcamos como o do trabalho. Quando isso não foi possível, entrevistamos familiares de pessoas citadas. Foram tomados os depoimentos no período entre maio e novembro de 1999. Todas as pessoas foram absolutamente gentis e solícitas, nos recebendo sempre com presteza, nos proporcionando relatos plenos em emoção e clareza. Há muito o que aprender quando nos propomos a ouvir.

De uma forma geral as entrevistas foram realizadas em conjunto de dois ou mais trabalhadores, nem todos exercendo sua função no período temporal por nós demarcado. Elas são recorrentes em muitos pontos, assim optamos por reproduzir apenas as que foram utilizadas no trabalho como citação. Mesmo essas, nos reservamos ao direito, por pedido dos entrevistados, de omitir certas partes, já que ainda hoje muitas pessoas que trabalharam na fábrica, ou suas famílias estão convivendo quotidianamente em Vassouras.

Para efeito de esclarecimento, nomearemos os entrevistados uma primeira vez, depois seguiremos apenas estabelecendo suas iniciais.

Entrevista I

Sr. Antônio de Freitas em maio de 1999. Recebeu-nos em sua casa; a entrevista contou com a participação de sua filha, a Prof^a Delma de Freitas Lima.

Antônio de Freitas, brasileiro viuvo, nascido em Sete Lagoas, Estado de Minas Gérias, em 26 de junho de 1914, operário da Companhia Têxtil São Luiz.

DFL- Oi papai, lembra da Fernanda, neta do Decinho, filha da Vaninha?

FC- Oi Seu Antônio; tudo bem?

AF- Como vai minha filha!? Gosto muito de sua família; de seu avó, de sua avó... (Seu Antônio foi Oficial do Registro Civil durante muitos anos: ele e meu avó foram colegas e infância e de trabalho).

DFL- Papai, a Fernanda esta fazendo em trabalho sobre a fábrica de tecido. Ela veio aqui ver se o senhor pode lembrar alguma coisa do senhor ou da mamãe.

AF- Pega lá os documentos e empresta a, ela Delma. Olha, minha filha, a fábrica de tecidos funcionou aqui durante muitos anos. Eu trabalhei lá, minha mulher também.

FC- É mesmo Seu Antônio?

AF- Muita gente trabalhou naquela fábrica, era o que tinha. Logo cedo o apito tocava se ia para a fábrica.

FC- Como era a convivência dentro da fábrica?

AF- Era boa, quase sempre, muita gente começou a vida lá dentro.

FC- Seu Antônio, o Senhor se lembra como é que a legislação do Vargas foi aceita lá?

AF- O (fulano de tal “pessoa da cidade”) era a ANL, e combatia o Vargas de todo o jeito. Ele vivia a dizer que o que aconteceu em 30 foi golpe. Esses comunistas...(). Eu acho que para o trabalhador foi ótimo. Antes não tinha férias, o salário era pouco, não tinha direito nenhum....

FC- E depois, Seu Antônio?

AF – Demorou um pouco mais foi melhorando. Esse período foi muito ruim para a industria. Vinha muita gente procurar emprego na fábrica. Gente até do Rio de Janeiro. Você sabia que sua avó trabalhou lá?

FC- Acho que foi minha bisavó, e a irmã dela?

AF- Há é...

FC- Seu Antônio,... como é que era a proporção de trabalhadores. Tinha mais homens, mulheres, crianças...?

AF- Tinha de tudo um pouco. Acho que tinha pouca criança. Mas tinha muito jovem.

FC- E estrangeiro, tinha muito?

AF- Acho que não minha filha...

FC- E como eram as rotinas de trabalho, o Sr. Criou muitos amigos?

AF- Todo mundo se conhecia, Vassouras é muito pequena. Teve gente da Fábrica que morou de aluguel aqui em casa.

Entrevista II

D. Glória Lopes Telles e Consuello Lopes Telles

Entrevista concedida em dezembro de 1999.

FC- Muito obrigada pela entrevista, gostaria que a senhora declarasse seu nome.

GLT- Mas precisa?

FC- Claro! Depois como eu vou agradecer?

GLT- Meu nome é Glória Lopes Telles...

FC- D. Glória....

CLT- O meu é Consuelo Lopes Telles.

FC- E a D. Consuelo...

FC- D. Glória... a senhora trabalhou na fábrica durante quantos anos?

GLT- Trabalhei durante quase sete anos. Aí saí pra casar e não voltei mais.

FC- Saiu porque casou?

GLT- É...

FC- Era muito comum sai pra casar, não é?

GLT- Sabe o que, eu casei meu marido falou pra mim que não queria que eu trabalhasse mais.

FC- Com quantos anos a senhora começou lá?

GLT- Quinze anos.

FC- Uma menina, praticamente...

GLT- É novinha...

FC- E você, Consuelo, também trabalho lá novinha assim?

CLT- Novinha... não quando eu comecei...72... já estava com 20 pra 21.

FC- ...é nem tão mocinha.... A Consuelo trabalhou no escritório.

CLT- Não, primeiro na loja depois no escritório...

FC- Sempre teve loja?

CLT e GLT – Não.

GLT- No meu tempo não tinha loja não...

CLT- A loja era nova, quando eu entrei pra lá foi pra ajudar na semana do retalho, vinham aqueles amarrados de retalho das outras fábricas, eles montaram aqui mas tinham outras fábricas, eles mandavam aqueles amarrados de quilo, ai foram três dias de dia do retalho.

FC- Sabe que eu lembro disso? Eu lembro da loja, dos retalhos, mas não lembro dos apitos!! Dizem que tinha apito.

GLT-O apito tocava as 5.

FC- Eu pensei que fosse máquina, tinha uma pessoa que tocava o apito?

GLT- (faz que sim com a cabeça)

FC- A Senhora lembra dos horários? Você lembra, Consuelo?

GLT- Eu lembro...4:30 da manhã, 5 pras 5 pra gente entrar...

FC- A senhora trabalhava no turno da manhã?

GLT- Trocava, né..., uma semana de manhã, outra semana de noite. De manhã eu pegava as 5 horas saía 1:30. Almoçava as 10 horas do dia. Só trinta minutos pro almoço, somente.

FC- Onde é que almoçava?

GLT- Tinha refeitório, na minha época, tinha refeitório... é onde fica a capela(*mortuária*), agente atravessava a rua e ia lá almoçar.

FC- E antes, acho que foi o Seu Antônio de Freitas que me disse que não tinha antes não?

GLT- Não, antes não tinha nada, o pessoal almoçava entre as máquinas, colocava um tábuca assim(mostra o chão no sentido horizontal), sentava e comia por lá mesmo.

FC- Como é que era o ambiente...como é que era lá dentro da fábrica, que máquinas tinham?

GLT- Tinha... a fiação né.

FC- A Senhora trabalhava na Fiação?

GLT- Trabalhava na fiação, aquelas máquinas compridas...tomava conta de dois lados, ficava andando assim pra lá e pra cá assim numa gretinha... 8 horas por dia emendando fio.

FC- Oito horas emendando fio!!!

GLT- Aquilo tinha vez que embolava tanto... pra fazer o fio tinha a maçaroca... um barbantino molinho, uma linha, sabe? Um algodão assim meio torcido. Ai dali passava fazia a linha, torcendo e enrolando nas espulas.

FC- Isso que fazia era a máquina? Fazia essa torção do algodão? O Algodão vinha bruto?

GLT- Não, vinha já assim uns macarrão, um fio grosso. Antes de vir pra fiação tinha lá a massaroqueira, que batia, enrolava os fios, ia só afinando, ate chegar na fiação.

FC- Aí na fiação se faz o fio pra tecer...

GLT- É. Tinha outra máquina que chamava Urdideira, que fazia espula maior.

FC- Que é espula?

GLT- A espula era uns negócio assim (formou um cone), um carretel, igual de máquina(de costura industrial) só que era grande. Ai punha na máquina da tecelagem e ia fazendo assim (mostra com a mão um vai e vem), e as espulas que eu trabalhava com ela na fiação ia ao contrário, tecendo ia um fio por baixo outro por cima, e a máquina ai batendo.

FC- Come é que os fios se encaminhavam? Por dentro da agulha?

GLT- Num sei... acho que era, um formato de agulha, assim de aço.

CLT- Era sim....

GLT- Um pente assim, de aço...Aquilo ia batendo....

FC- Gente..., aquilo caia?

GLT- É perigoso, tem que tomar cuidado com os dedos né?!!!

CLT- Eu também, só lembro quando eu passava lá só via o pessoal trabalhando (....) pra ir ao escritório eu passava perto das máquinas, mas fazia tanto barulho...

FC- Pois é, tudo bate

GLT- Também tem as polias...

FC- Outra coisa que eu percebi, não sei se é impressão é que tinha muita mulher... eu só falei com senhoras! Falei com o Seu Antônio e com o Seu Manoel.

CLT- Não tem o Seu Luiz não.... Os homens trabalhavam lá, no meu tempo tinha o Daniel, aquele que era da “Xapel” (Xavante Auto-peças), o Hélio....

FC- Quem falou que trabalhou na fábrica também foi o Seu Fernando Tondella, trabalhou na Marcenaria da fabrica. Mas.. essas pessoas trabalhavam lá dentro da fábrica ou assim, na marcenaria, no transporte, no escritório...?

CLT- Na fábrica mesmo. No escritório trabalhavam o Nilinho, já agora na minha época....

GLT- Na minha época era o Augustinho (Augusto de Castro), a mulher do Arlindo...

- FC- Mas, as mulheres eram maioria mesmo ou e impressão?
GLT- É impressão, tinha homem também.
FC- Mas trabalhando dentro da fábrica ou no escritório, assim.
GLT- Não, tinha na oficina, na sala do pano que era pra dobrar, pegar aqueles fardos pesados era homem.
FC- E como é que fazia, então passava na urdideira, não, primeiro no batedor....
GLT- Isso!!
FC- ...que tirava a sujeira do algodão, depois ia pra fiação pra fazer o fio fininho, depois ia pra fiação. Ai depois, o que acontecia?
GLT- Todo o pano ia pra uma máquina que eu não sei explicar como é que era, pra colorir o pano, tinha azul, rosa...
FC- Todo o pano era igual?
GLT- Era, tudo igual. O Pano cru, que eles dizem.
FC- E era um pano grosso, um pano fino?
GLT- Era um linonzinho... um algodãozinho
CLT- Um pano tipo, mais fino um pouco que os sacos que tem agora....
FC- Ai, ia pra essa máquina que tingia...
GLT- é.
CLT- Na época que eu trabalhei lá não cheguei ver esta máquina. Só fazia branco. Saia da máquina assim e fica um homem com um pau dobrando pra lá e pra cá, .. Acho que era em metro...
GLT- é.
CLT-...e depois ele enrolava as peças.
FC- Esse serviço era feito por um homem.
GLT- É um negócio de muita força, tem que ficar o tempo todo assim (faz movimentos de vai e vem apontando pra cima)
GLT- Comigo não, eu só tomava conta da minhas máquinas, toma conta das linha, dava nós....
FC- E não podava parar.
GLT- Não, mas as vezes embolava muito, ai i contramestre vinha.
FC- Por quantas espulas a senhora era responsável?
GLT- Umas duzentas...
FC- Nossa!!
CLT- Era um Corredor.
FC- Então tinha quantas?
GLT- Há..., muitas.
FC- Fiandeiras com a senhora tinham mais de dez?
GLT- Tinha mais.
CLT- Todo o espaço desde o posto do Dodô até ali, pra cá do Aliança era a fábrica.
FC- Eu sei....
GLT- Tinha as máquinas da fiação, tinha a urdideira. A urdideira e que era a máquina grande, tinha uma só, ela aprontava o fio levar pra fazer os panos enfiados.
FC- Então o número de fusos vaiava segundo o tecido, quando o pano fosse enfiado era o dobro.
GLT- A espula que eu trabalhava com ela já ia direto pra tecelagem, chegava lá e ai...bota as bobinas e a gente fazia assim (mostra o processo de “enfiar o fio”), e ia pra tecelagem.
FC- Então na tecelagem se observa pra ver se dá defeito no pano?
GLT-...é.

FC-E Se ficasse defeito.

GLT- ...ai tinha que desmanchar...

FC-...tudo na mão?!!.

GLT-...é, pega o pente e faz assim(demonstra a separação da tecitura).

FC- E como é que era a vida normal lá dentro, a senhora entrava as 4:30...

GLT- 5 pras 5 já tinha que estar lá dentro.

FC- Como era o controle de horário. Na época da Consuelo já tina cartão de ponto...

GLT- Tinha umas placas em uma tábua, cada um que trabalhava ali tinha um número, quando chegava tinha que tirar o numero e botar num pote, que é pra marcar presença n.

FC- Ahm!!! E quem controlava isso era o pessoal do escritório?

GLT- Era...’o pessoal do escritório

FC- Que legal! E os contramestre, tinha um só?

GLT- Não tinha mais... tinha seu Bruno, era alemão, tinha o Salvino, o Salvino também dava uma mão lá agente no que tinha que fazer, ver se a gente estava trabalhando direitinho...

FC- Então o contramestre tinha essa função.

GLT- Tinha, quando a máquina estava muito ruim ela regulava, ficava na cabeceira com a gente, quando a linha estava muito embolada ela ajudava a desembolar...

FC- Então a função deles era, digamos, supervisionar o serviço. Se precisasse dar uma bronca ela dava...

GLT- Falar com ninguém, não podia, não podia ninguém conversar ainda mais com o seu Bruno...

FC- O Seu Bruno era bravo era?

GLT- Era bravo mais era justo, era certo, chamava logo atenção, chamava você a falava já tinha uns lá que gostava de fazer fuxico. Qualquer cozinha ele buzinava na cabeça dele.

FC- Do seu Bruno?

GLT- É...

FC- Então o Seu Bruno era o contramestre “Mor”.

GLT- quando fazia tempo de frio, no frio embolava muito, ou a minha maquina estava ruim, soltava aquele algodão assim, ela me ajudava a desfazer aqueles rolinhos. Ai mandava vir o mecânico ver qualquer coisa... tinha sempre atenção com a gente.

FC- Devia ser bem difícil que esse pó de algodão entranha...

GLT- Há meu Deus, agente ficava assim com o pé branquinho e na hora de varrer a máquina, aquele bequinho tirava um monte de poeira.

FC- Tinha que varrer muito?

GLT- Todo dia, toda hora, na máquina agente passava um pauzinho com uma flanelinha, pra tirar a poeira, funcionar direito.

FC- Quer dizer que dava muito trabalho.

GLT- CLT- Dá muita poeira.

FC- Não era do Chão?

GLT- Era cento grosso lá.

FC- Gente, mas se desse algum problema de incêndio não tinha nem pra onde correr.

CLT- Tinha um extintor perto da porta.

FC- Mas... quantos contramestres tinham?

GLT- Tinha o Salvino... outro também seu Joaquim, era um por sessão, por turno.

FC- E a caldeira.... Na época da senhora não tinha não?

GLT- Tinha...

CLT- Era tudo á vapor, era a caldeira que gerava a energia.

GLT- Não era elétrico, a caldeira era para engomar o tecido.

CLT- Era um vapor, um calor terrível...

GLT- No almoço, tinha um lugar com a aguazinha da caldeira, onde o pessoal botava as marmitas pra esquentar, ou a garrafinha de café.

FC- E podia beber café durante o expediente?

GLT- Não, só na hora certa.

CLT- Quando chegava assim umas dez horas o pessoal pegava as marmitinhas e botava todas lá pra esquentar.

FC- Eu estou curiosa, saber porque, eu vi lá na escritura da Venda do terreno da Lanco e vi que tinham umas casas. Que casas são essas.

GLT- Casa tem, Tem casa lá atrás, casas pequenas, a chácara.

CLT- Onde funciona a clínica do Dr. Nilo e Dr. Riquelme...

FC- Quem morava ali?

CLT- No meu tempo era o Seu Kurt. Tinha casa no terreno, o Seu Moraes (gerente 1970) morava na fábrica, depois eles forma vendendo como o tempo.

FC- Mas tinha muita casa?

CLT- Ali na beirada da rua tinha bem umas duas ou três. Inclusive a Casa do Seu Moraes eu conheci bem, era uma casa grande, boa.

FC- Mas as pessoas que moraram, lá eram todas da fábrica.

CLT- No meu tempo eram, o gerente...

GLT- No meu tempo morava o seu Bruno, o Seu Sylvio.

FC- Agora, os operários moravam, aonde?

GLT- A os operários moravam espalhados. Eu por exemplo mora *lá*... na saída do asfalto. (aproximadamente 4 quilometro).

FC- E, assim, tinham muitos colegas da senhora que moravam para aqueles lados ou era todo mundo espalhado...

GLT- Era tudo espalhado, cada um "*prum*" canto. Do meu lado lá tocava minha prima, ela não era da Vassouras. Veio morar pra trabalhar na fábrica.

FC- Como é que faziam pra chamar as pessoas pra trabalhar na fábrica, era indicação...como é que a senhora foi?

GLT- Uma pessoa conhecida lá que pedia e grudavam a vaga pra gente. Quando vagava, aí quando estava precisando de operário mandava chamar.

FC- E era muito comum Sair assim por casamento. Então o que girava mais era mulher né?

GLT- É.

FC- A Senhora sabe de alguém que tenha saído por outro motivo?

GLT- Não por exemplo, os rapazes as vezes saiam quando iam servir o exército, e arranjava coisa fora ou ficava por lá mesmo.

CLT- O papai saiu né?

GLT- É.

CLT- O papai saiu pra servir o exército.

FC- A foi? E senhora conheceu o marido da senhora lá?

GLT- Não, não. Eu conheci por acaso, mas ele já não estava trabalhando (...)lá. Já tinha saído e estava trabalhando de servente de pedreiro, gostava muito de cavalo, essas coisas, saia á cavalo.

CLT- Mamãe quando entrou lá ainda era de menor...

GLT- Que que eu ia falar.... Eles com certeza não quiseram dar a você uma informação melhor sobre a fábrica, acho que é porque lá era muito difícil assinar a carteira.

FC- Eles não assinavam não?

GLT- Tinha muitos clandestinos. Eu entre Lá com quinze anos, com dezoito é que foram assinar minha carteira. Não tinha esse negócio de indenização de tempo de casa não. Não, sabe o que eles faziam, dava lá 10, 20 metros de pano quando você saísse, e pronto.

CLT- A indenização era uma peça de pano quando saia.

GLT- Eu saí faltando o que... 5 dias pro meu casamento, na hora de sair me deram um corte de pano.

FC- Quem era o gerente quando a senhora saiu?

GLT- Tinha o Sylvio Magalhães.

FC- Seu Sylvio trabalhou lá desde menininho.

CLT- Quando eu entrei ela já não estava mais lá não. Parece que tinha saído recente. O pessoal tava sempre procurando por ele.

GLT- Ele era Chefe do escritório.

FC- Olhando nos jornais de época, agente achou um anúncio da fábrica e tinha lá os nomes de três irmãos Maximiliano Gomes, Galeno Gomes e Octávio Gomes. Eles tavam lá como administradores. A senhora lembre se escutava alguns desses nomes?

GLT- Não, não lembro não.

CLT- Eu quando fui pra lá já era o seu Moraes, ele era do norte, de Pernambuco, eu acho.

GLT- Tem uns retratos.

FC- A senhora me empresta pra eu copiar.

GLT- Tem um monte, tem do bloco...

FC- Tinha bloco de carnaval, né?! Que gente animada!

GLT- Tinha bloco de carnaval, clube de futebol.

FC- Como é que era?

GLT- O carnaval quem fazia era o pessoal lá, reunia, cada um dava um bocadinho do dinheiro pra arrumar, comprava os tecidos que dava pra gente fazer as roupas. Cetim, essas coisas.

FC- A Fábrica dava o tecido?

GLT- Não,...

FC- Não produzia essas coisas. Lá era só algodão.

GLT- A fábrica cedia o Clube.

FC- Onde era o clube?

GLT- No restaurante, em frente a fábrica. Fazia Baile, cobrava dinheiro, vendia ingresso.

FC- Mas era tão pequenininho!?

GLT- Mas era pequenininho, era pouquinha gente!

FC- E o Bloco saía sempre, todo ano?

GLT- Todo o ano. Por muitos anos. Meu marido, minha cunhada sempre saíram no bloco.

Mostra os retratos e damos por finalizada a entrevista.

Anexo Iconográfico



Fotografia extraída dos arquivos do “O Vassourense”, cedida pela Viúva do Redator. Refeitório da Cia. Têxtil São Luiz, ao fundo, consultório médico. 1936



D. Ruth Pain Pina, fiandeira, em suas funções, pouco antes da incorporação pela D. Isabel, em 1972. A máquina da foto era utilizada á época estabelecida para o trabalho.



Casal em suas bodas, formado por operários: O Sr. Sebastião de Souza Telles e D. Glória Lopes Telles.



Funcionários da loja da fábrica, instalada na década de 70. Ao centro, Consuelo Lopes Telles, filha do casal acima.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936



INFORMAÇÕES

A presente carteira n. 27233 série 8
foi expedida a Olívia Alves
filho de Teraphim Alves
e de Isidolina Alves
nascido em Barra do Pirahy - est.
das Brisas de Severinópolis de 1914
Estado civil solteira
Profissão fiandeira
Instrução Primária
Residência Vassouras - RJ

Matricula n. _____ do Sindicato _____

Beneficiário ou pessoas a cuja subsistência prove
Leila Jaigina nº 12

Observações _____

D. Olívia Alves dos Santos, tecelã, na foto como 20 anos, funcionária registrada da Fábrica desde 1933. Foi indicada por seu noivo, também operário. A foto foi extraída da carteira de trabalho, tirada no dia 9/05/1934, por ordem e custo da empresa.



14

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do Estabelecimento: Empresa ou Indústria
COMPANHIA TEXTIL S. LUIZ

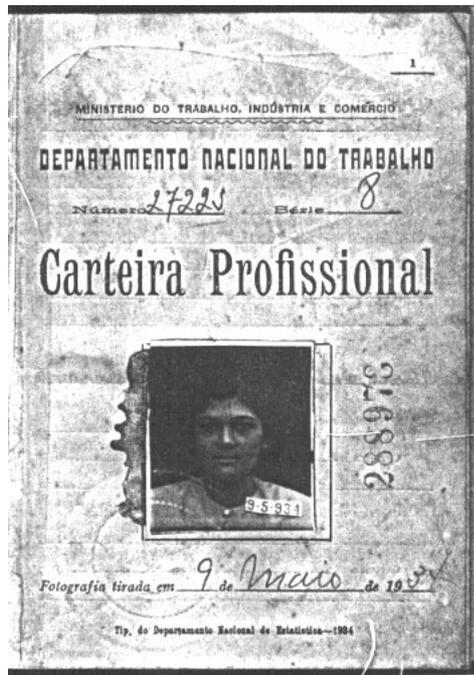
Atividade econômica: fca. de fiacao e tecido
Estado: do Rio de Janeiro
Cidade: de Duas Barras
Rua: Estácio Gomes, 11
Profissão: fiandeira
Exercida na: fca. de fiacao
(Seção ou Setor do Estabelecimento)

Salário: 6,30 e hora
Tipo de Salário: horista
(Mensal, Diário, Tarefa, etc.)

Data da Admissão: 1. de Setembro de 1934
Augusto Pereira de Jesus Jr.
(Assinatura do Empregador)

Data da Saída: de de 19.....
(Assinatura do Empregador)

D. Aldalea dos Santos Tondella, fiandeira, filha de D. Olívia, foto extraída da carteira de trabalho de menor.



INFORMAÇÕES

A presente carteira n. 2722 sup. 8
foi expedida a Maria G. B. Carvalho
filho de Marcinialdo J. Carvalho
e de Jorniana B. de Carvalho
nascido em Vassouras - te. do Rio
12 de Junho de 1916
Estado civil solteira
Profissão tecela
Instrução primaria
Residência Vassouras - te. do Rio

Matrícula n. _____ do Sindicato _____
Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência provê _____
Observações _____

D. Maria da Glória de Carvalho Freitas, iniciou suas atividades na fábrica aos 15 anos, tecelã, a foto foi extraída da carteira de trabalho, tirada no dia 9/05/1934, por ordem e custo da empresa.

N. 2670
Data no Tribunal Regional

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15. zona Vassouras
Domicílio eleitoral 1º Distrito
Número de ordem da inscrição 2715
Data da inscrição no cartório 17 de Agosto de 1934

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Maria da Glória Carvalho

Filiação Marcinialdo José de Carvalho
Naturalidade Estado do Rio Janeiro
Idade 18 anos - Data do nascimento 15 de Junho de 1916

Qualificativos
Estado civil solteira
Profissão tecela

Maria da Glória Carvalho
Assinatura do Eleitor

Manoel B. de A.
Juiz a 15.º Juízo Eleitoral

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e recebeu o número _____ nos _____ dias de mês de _____ do ano de mil novecentos e trinta e _____

Director da Secretaria

Polegar direito

Forma da impressão dactiloscópica

D. Maria da Glória de Carvalho Freitas, ainda solteira, declarando como profissão a

M. G. L. de C. F.

MINISTERIO DA GUERRA

(1) 1ª. R. M. (1) 2ª. C. R.

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 2ª CATEGORIA

Nº 43321 (5)

Certifico que o cidadão **ANTÔNIO DE FREITAS** (1)
da classe de 1914 (1), (1) declarado reservista de 2ª categoria pelo T. G. n. 27 (1)
E. L. M. n. ----- (1) em que se matriculou a 30 de Outubro de 1933 (1)
e cujo nome consta da lista de alistados de 1934 (1)

A) Identificação

Filho de Pio Pereira de Freitas (1)	Fotog. tirada em 5-9-1934 (1)	Côr: branca (1)
e de Stephaniea Moreira de Freitas (1)		Cabelo: castanho escuro (1)
		Olhos: castanhos (1)
Natural de Estado Minas Geraes (1)		Altura 1,64 (1)
Município Sete Lagoas (1)		Nariz: afilado (1)
Cidade (lugar) Sete Lagoas (1)		Rosto: oval (1)
Data de nascimento 26-Junho-1914 (1)		Boca: regular (1)
Especialidade Ciclista (1)		Sinais particulares: não tem. (1)
Vacinado? Sim L. P. Sim Escreve? Sim (1)		
Profissões sucessivas Operario (1)		

Inspectoria de Tiro
1ª Região Militar
Antônio de Freitas
(Assinatura do Reservista) (4)

B) Mobilização

Data em que se fez reservista 31 de Agosto de 1934 (1)
Viu residir em Vassouras - Rua Dr. Fernandes, 35. (1)
(Cidade e, si possível, rua e numero) (1)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se: Ao Centro de Mobilização n. 1 (3)
No dia 1.º de mobilização (3)

(2) *Pro a quem, 27 de Agosto de 1935*
(Ass.) *Demétrio de Azevedo*
Inspector Regional do T. G. (2)

Foi registado nesta C. R. (3)
(Ass.) *Antônio de Freitas*
Chefe da 1ª C. R.

OBSERVAÇÕES:
A) Este certificado poderá ser substituído pela caderneta correspondente.
B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, si aí não houver guarnição militar), afim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe foi atribuído.

NOTAS: (1) Prescrito pelo instrutor do T. G. ou da E. L. M.
(2) Prescrito pelo Inspector regional do T. G.
(3) Prescrito pelo chefe da Circunscrição de Recrutamento.
(4) Prescrito pelo reservista.
(5) Número de ordem dada pelo Estado-Maior do Exército.

1ª. R. M. - 1ª. D. I. - 2ª. C. R.
RESERVA DE 2ª. CATEGORIA
Fichado: 5-XII-935
Antônio de Freitas

Certificado de Reservista de Sr. Antônio de Freitas, onde declara ser operário. Foi funcionário da fábrica durante o período por nós demarcado.



Foto do casal de mestre sala e porta estandarte do Bloco da Fábrica.

A Tessitura de uma Comunidade Fabril:
A Experiência de Vassouras – Companhia Têxtil São Luiz – 1930/1936

INFORMAÇÕES		MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO	
A presente Carteira n. <u>48521</u> serie <u>26^a</u>		DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO	
foi expedida a <u>Zoé da Silva Martins</u>		Número <u>48521</u>	Série <u>26^a</u>
filho de <u>Marciano Barbosa Martins</u>		Carteira Profissional	
e de <u>Luiza da Silva Martins</u>			
nascido em <u>Vassouras</u>			
em <u>28</u> de <u>Dezembro</u> de <u>1919</u>		906156 31-AGO-937	
Estado civil <u>solteira</u>			
Profissão <u>tecelã</u>		Fotografia tirada em <u>31</u> de <u>Agosto</u> de 19 <u>37</u>	
Instrução <u>primaria</u>			
Residência <u>Vassouras</u>			
Matrícula n. _____ do Sindicato _____			
Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência prove <u>Mãe</u>			
Observações _____			

As irmãs Maria Luiza e Zoé da Silva Martins, a primeira dobradeira e a segunda tecelã. Iniciaram as atividades na fábrica em dezembro de 1935.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO	
DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO	
Número <u>48589</u>	Série <u>26^a</u>
Carteira Profissional	
	
929281 3-SET-937	
Fotografia tirada em <u>3</u> de <u>Setembro</u> de 19 <u>37</u>	

EMPREGOS OCUPADOS	
Nome do estabelecimento, empresa ou instituição <u>COMPANHIA INDUSTRIAL S. LUIZ</u>	
Cidade <u>Vassouras</u>	
Estado <u>do Rio</u>	
Rua <u>Dr. Carret</u>	
Especie do estabelecimento <u>n. 11</u> <u>Industria</u>	
Natureza do cargo <u>Operaria</u>	
Data da admissão <u>13</u> de <u>Agosto</u> de 19 <u>35</u>	
Data da saída <u>18</u> de <u>Junho</u> de 19 <u>38</u>	
Remuneração (especificada) <u>Tarefa</u>	
Percentagens _____	
Observações _____	
Assinatura do empregador: <u>[Signature]</u>	